

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FRANCYMÁIKEL ALVES DE OLIVEIRA COSTA**

**RECENTES ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL RURAL EM ALAGOAS**

**MACEIÓ**

**2013**

**FRANCYMÁIKEL ALVES DE OLIVEIRA COSTA**

**RECENTES ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL RURAL EM ALAGOAS**

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas para a obtenção de título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti

**MACEIÓ**

**2013**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos**

C837r Costa, Francymáikel Alves de Oliveira.  
Recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas / Francymáikel Alves  
de Oliveira Costa. – 2013.  
117 f. : il.

Orientador: Gabriel Augusto Miranda Setti.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.  
Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 109-117.

1. Sindicato rural. 2. Reestruturação produtiva. 3. Movimentos sociais.  
4. Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas – Práticas sindicais.  
I. Título.

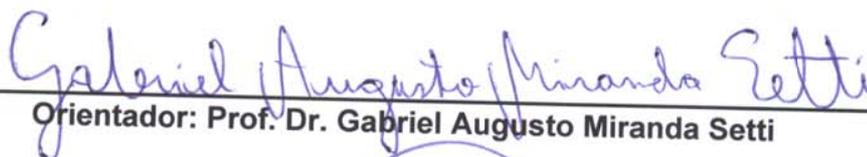
CDU: 316.334.2:331.105.44

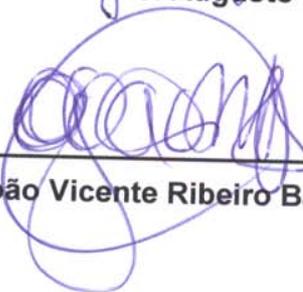
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

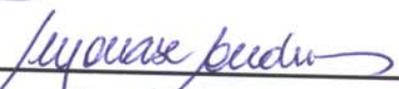
RECENTES ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL RURAL EM ALAGOAS

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade federal de Alagoas em: 26 /03 /2013

Banca Examinadora:

  
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti

  
Examinador 1: Prof. Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima

  
Examinador 2: Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias

*Dedico*

*À minha mãe, Marinalva Alves Costa (in memoriam)*

*Ao meu orientador, Paulo Décio de Arruda Mello (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao Professor Dr. Paulo Décio de Arruda Mello (*in memorian*), meu orientador na graduação e no mestrado, forneceu-me os apontamentos necessários para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Dr. Gabriel Augusto Miranda Setti, por ter participado da banca de qualificação e por ter aceitado o meu convite para ser meu novo orientador devido o falecimento do meu antigo orientador.

Ao Professor Dr. João Vicente Ribeiro Barroso da Costa Lima, coordenador do PPGS-ICS, por participar da minha banca de defesa da dissertação.

Ao Professor Dr. César Nonato Bezerra Candeias, por participar das minhas bancas de qualificação e defesa da dissertação.

A todos que fazem parte do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

Aos funcionários da secretaria do PPGS-ICS: Gilnilson Ramos, Leiliane Henrique e Marcos Jordão.

Aos colegas Washington Lago, Alaelson Jatobá, Fabiana Camargo dos Santos, Aline Santos, Priscila Godoy, Rosania Almeida, Francilene Leite Cavalcante e Fernanda Isis que auxiliaram na revisão textual e normatização técnica do trabalho.

A todos os colegas de curso, em especial Rafaela Mendonça, Geice Silva, Eden Lima, Gearlanza Alves, Denisson Silva, Gabriel Beltrão e Carlos Martins que desde a graduação compartilhamos o sonho do mestrado.

Aos diretores e coordenadores dos colégios que trabalhei; aos colegas professores dos mesmos; alunos e alunas que pude transmitir conhecimentos.

Aos amigos e amigas que sempre souberam entender a minha ausência nas festas.

A minha Família: minha mãe Marinalva (*in memorian*), minhas irmãs Francylaine e Fannyelaisa, meu sobrinho Bernardo Victor que souberam entender minha ausência.

E especialmente a meu pai, José Benedito de Oliveira Costa, que além de me fornecer o suporte econômico necessário, transmitiu-me educação e cultura.

*“Venha para Alagoas. O sol sempre brilha, as praias são vastas e convidativas. E os canaviais se estendem até onde a vista não alcança”. (adaptado do filme Los Angeles, cidade proibida (1997) – Direção de Curtis Hanson).*

## RESUMO

Este trabalho analisa as recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas notadamente a partir da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas – FETAG-AL – no período que compreende as duas últimas gestões (2006-2013). A pesquisa foi produzida através de bibliografia especializada, documentos da própria federação, convenções coletivas dos trabalhadores rurais, periódicos, jornais impressos, revistas temáticas e entrevistas extraídas de *sítes* especializados do assunto. A partir disso, demonstramos a emergência e estrutura do sindicalismo rural no Brasil bem como em Alagoas justificando suas práticas sindicais no decorrer das décadas. Apresentamos como os diversos programas governamentais de incentivo ao setor sucroalcooleiro, como o Proálcool, influenciaram nas práticas sindicais. Concomitantemente relatamos o desmonte dessa estrutura estatal e se por um lado, as usinas e destilarias tiveram que se remodelar diante da reestruturação produtiva, por outro lado, a ação sindical sofria um recuo em sua representação aos assalariados rurais ante a política neoliberal e a flexibilização das leis trabalhistas. A consolidação das novas perspectivas produtivas bem como a nova morfologia no trabalho no início do século XXI, nos leva a perceber que a ação sindical no Estado de Alagoas tem sofrido considerável mudança estrutural. A FETAG-AL tem se voltado para novas demandas que surgem e reclamam por representação como a agricultura familiar, habitação rural e categorias em ascensão como jovens, mulheres e terceira idade. A Federação tem organizado cursos, seminários, conferências e mobilizações públicas como forma de efetivar sua ação sindical.

Palavras-chave: Sindicato Rural. Reestruturação Produtiva. Movimentos Sociais. Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas – Práticas.

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the recent strategies of union activity in rural Alagoas notably from the Federation of Agricultural Workers of Alagoas – FETAG-AL - the period that includes the last two administrations (2006-2013). The survey was produced through the specialized bibliography, documents the federation itself, collective conventions of rural workers, journals, newspapers, magazines and thematic interviews drawn from specialized sites on the subject. From this, we demonstrate the emergence and structure of rural unionism in Brazil and in Alagoas justifying their union practices over the decades. Here is how the various government programs to encourage the sugarcane sector, as Proálcool, influence on union practices. Concomitantly reported the dismantling of this structure by state and the one hand mills and distilleries had to reshape the face of productive restructuring, on the other hand, union action suffered a setback in its representation to rural workers against neoliberal policies and relaxation of labor laws. The consolidation of new perspectives and new productive morphology at work at the beginning of the XXI century, leads us to realize that union action in the state of Alagoas has undergone considerable structural change. The FETAG-AL has turned to new demands emerging claim and representation as a family farming, rural housing and categories on the rise as young people, women and seniors. The Federation has organized courses, seminars, conferences and public demonstrations as a means of effecting their trade union action.

**Keywords:** Rural Unionism. Productive Restructuring. Social Movements. Federation of Agricultural Workers of Alagoas – Practice.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Principais Fatores que contribuíram para o crescimento do sindicato rural.....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 2 – Produtividade Mundial de Cana de Açúcar – 2004.....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 3 – Produtividade Mundial de Etanol – 2004-2005.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 4 – Produção mundial de açúcar (2004/2005).....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil.....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 6 – Cartazes dos Congressos da CONTAG.....</b>	<b>78</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 – Aumento do número de sindicatos após o início do Prorural.....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 2 – Aumento do piso da categoria dos assalariados rurais de Alagoas.....</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 3 – Valor do corte de cana queimada em R\$ por toneladas.....</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 4 – Seminários realizados pela FETAG-AL entre os períodos.....</b>	<b>98</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 – Frequentes atos públicos realizados pela FETAG-AL.....</b>	<b>100</b>
--	------------

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>AP</b>	<b>Ação Popular</b>
<b>ASPLANA</b>	<b>Associação dos Plantadores de Cana do Estado de Alagoas</b>
<b>CEB</b>	<b>Comunidades Eclesiais de Base</b>
<b>CFS</b>	<b>Comissão de Formação Sindical</b>
<b>CGT</b>	<b>Comando Geral dos Trabalhadores</b>
<b>CLT</b>	<b>Consolidação das Leis Trabalhistas</b>
<b>CNBB</b>	<b>Confederação Nacional dos Bispos do Brasil</b>
<b>CNER</b>	<b>Campanha Nacional de Educação Rural</b>
<b>CNTA</b>	<b>Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas</b>
<b>CNTR</b>	<b>Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais</b>
<b>CONCLAT</b>	<b>Conferência Nacional da Classe Trabalhadora</b>
<b>CONSIR</b>	<b>Comissão Nacional de Sindicalização Rural</b>
<b>CONTAG</b>	<b>Confederação dos Trabalhadores da Agricultura</b>
<b>CPT</b>	<b>Comissão Pastoral da Terra</b>
<b>CRC</b>	

**Companhia de Revenda e Colonização**

<b>DIEESE</b>	<b>Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico</b>
<b>DRT</b>	<b>Delegacia Regional do Trabalho</b>
<b>ECCAA</b>	<b>Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Alagoas</b>
<b>ELC</b>	<b>Estatuto da Lavoura Canavieira</b>
<b>EMBRAPA</b>	<b>Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola</b>
<b>EMATER</b>	<b>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
<b>ENFOC</b>	<b>Escola Nacional de Formação da Contag</b>
<b>EPI</b>	<b>Equipamento de Produção Individual</b>
<b>EUA</b>	<b>Estados Unidos da América</b>
<b>FAEAL</b>	<b>Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas</b>
<b>FETAPE</b>	<b>Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco</b>
<b>FETAG-AL</b>	<b>Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas</b>
<b>FETRAF</b>	<b>Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar</b>
<b>FETRAL</b>	<b>Federação dos Trabalhadores Rurais de Alagoas</b>

<b>FGTS</b>	<b>Fundo de Garantia do Tempo de Serviço</b>
<b>FMI</b>	<b>Fundo Monetário Internacional</b>
<b>FUNAGRO</b>	<b>Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira de Alagoas</b>
<b>IAA</b>	<b>Instituto do Açúcar e do Alcool</b>
<b>IBASE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>IBRA</b>	<b>Instituto Brasileiro de Análises</b>
<b>INCRA</b>	<b>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária</b>
<b>INDA</b>	<b>Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário</b>
<b>MASTER</b>	<b>Movimento dos Agricultores Sem Terra</b>
<b>MDA</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>
<b>MEB</b>	<b>Movimento de Educação de Base</b>
<b>MTE</b>	<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>
<b>MURB</b>	<b>Movimento Unificado de Revolução Brasileira</b>
<b>NEAD</b>	<b>Núcleo de Estudo Agrário e Desenvolvimento</b>
<b>PADRS</b>	<b>Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável</b>
<b>PADRSS</b>	<b>Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e</b>

	<b>Solidário</b>
<b>PDRS</b>	<b>Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável</b>
<b>PEC</b>	<b>Proposta de Emenda à Constituição</b>
<b>PIN</b>	<b>Plano de Integração Nacional</b>
<b>PLANASULCAR</b>	<b>Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar</b>
<b>PNAD</b>	<b>Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio</b>
<b>PNHR</b>	<b>Programa Nacional de Habitação Rural</b>
<b>PNRA</b>	<b>Plano Nacional de Reforma Agrária</b>
<b>PNUD</b>	<b>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</b>
<b>PPGS</b>	<b>Programa de Pós-Graduação em Sociologia</b>
<b>PRONAF</b>	<b>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar</b>
<b>OIT</b>	<b>Organização Internacional do Trabalho</b>
<b>OMC</b>	<b>Organização Mundial do Comércio</b>
<b>SAPP</b>	<b>Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco</b>
<b>SAR</b>	<b>Serviço de Assistência Rural</b>
<b>SEAGRI-AL</b>	<b>Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário de Alagoas</b>

<b>SINDAÇÚCAR-AL</b>	<b>Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas</b>
<b>SOR</b>	<b>Serviço de Orientação Religiosa</b>
<b>SORPE</b>	<b>Serviço de Orientação Religiosa em Pernambuco</b>
<b>SORAL</b>	<b>Serviço de Orientação Rural em Alagoas</b>
<b>SUDENE</b>	<b>Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste</b>
<b>SRT</b>	<b>Superintendência Regional do Trabalho</b>
<b>STRs</b>	<b>Sindicato de Trabalhadores Rurais</b>
<b>STTRs</b>	<b>Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais</b>
<b>TRT</b>	<b>Tribunal Regional do Trabalho</b>
<b>UFAL</b>	<b>Universidade Federal de Alagoas</b>
<b>ULTAB</b>	<b>União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil</b>
<b>UISTAF</b>	<b>União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 CONTAG E FETAG-AL: EMERGÊNCIA E ESTRUTURA SINDICAL.....	23
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO.....	52
3 RECENTES ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL EM ALAGOAS.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
REFERÊNCIAS.....	105

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se na linha de pesquisa de Poder, Conflito e Ação Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), realizada entre 2011 e 2013. Este trabalho analisa as recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas, principalmente a partir das mudanças postas nos últimos anos no cenário produtivo canavieiro. Na última década, têm se consolidado novas demandas que reclamam para si a atenção da representatividade sindical, emergem novos grupos de trabalhadores, bem como novas identidades rurícolas buscando espaço para serem representados eficazmente. Sendo plausível, portanto, a investigação das novas funções e/ou novos papéis desempenhados pelo movimento sindical do campo alagoano.

Desenvolvemos uma pesquisa de caráter qualitativo através de análises documentais e bibliográficas. Neste aspecto, utilizamos enquanto fontes, diversos tipos de registros (pautas, atas, panfletos) e de diversos outros eventos como assembleias, reuniões, campanhas, encontros, seminários, fóruns, audiências públicas, mobilizações, simpósios e congressos realizados pelas entidades de trabalhadores rurais e de movimentos sociais. Analisamos as convenções coletivas dos trabalhadores rurais com o intuito de perceber a precariedade do trabalho no corte de cana em Alagoas. Resgatamos entrevistas dos documentos da própria federação, dos jornais impressos e virtuais. De acordo com as necessidades, foram utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de Censos Demográficos, Agropecuários e de Pesquisas por Amostras de Domicílios, pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), através de Estatísticas do Meio Rural, pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); pelos documentos disponibilizados no endereço eletrônico da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) além daqueles disponibilizados pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-AL).

O nosso universo para efetivar a pesquisa é a FETAG-AL, pois entendemos que é referencial obrigatório sobre a questão sindical em Alagoas, bem como entender os problemas decorrentes da estrutura fundiária nesse estado. Temos como foco a identificação dos projetos e ações desta federação nas duas últimas diretorias, isto é, o período entre 2006 a 2013. A escolha deste tema originou-se do nosso contato com um representante jurídico de alguns sindicatos rurais alagoanos. Ao mesmo tempo percebemos a relevância do assunto, pois o Estado de Alagoas desde suas origens foi condicionado à questão agrária, particularmente a produção da cana e suas influências sobre os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. O aumento do interesse pela temática e o amadurecimento do projeto vieram a partir das disciplinas vinculadas à época da graduação em Ciências Sociais e posteriormente com as disciplinas do mestrado.

Entendemos que as recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas no século XXI não são condicionadas exclusivamente pelas transformações postas desse período, mas sim por um conjunto de fatores que remetem a um contexto histórico iniciado desde meados do século passado. A partir da quinta década do século XX, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), através dos diversos programas, apoiou a modernização no campo brasileiro, mantendo, contudo, uma péssima divisão de terras e renda, constatando-se assim, um caráter conservador. Por um lado, houve concessão de crédito, pesquisas, incentivo fiscal, por outro lado, houve o aumento da concentração de propriedades, êxodo rural, expropriação de trabalhadores, disputas e violências. Nesse período, em Alagoas, ocorreu um avanço da cultura da cana-de-açúcar para além do litoral atingindo a região dos tabuleiros. A partir das extensas plantações de cana-de-açúcar, sucumbiram outras culturas garantido o aprofundamento da monocultura em Alagoas, desencadeando, assim, a ampliação da destruição da mata atlântica, dentre outros problemas ambientais (HEREDIA, 1988).

A partir das últimas décadas, tem se consolidado com mais força a modernização do campo. Fatores como a utilização de tecnologias, máquinas colheitadeiras, uso intenso de adubos químicos, culturas geneticamente modificadas, fertilizantes químicos e agrotóxicos que contribuíram para a transmutação da agroindústria canavieira. Esta tem se tornado cada vez mais uma empresa nos mesmos moldes das grandes corporações industriais urbanas. O

anseio por maiores patamares de lucratividade e a necessidade de se manter no mercado cada vez mais competitivo tem estimulado as indústrias do campo a transformar sua linha de produção (CARVALHO, 2009).

Além das transformações realizadas, a estrutura sindical rural brasileira foi bastante influenciada pela própria lógica do sindicalismo brasileiro fundado desde a época de Vargas (VIANNA, 1976). Coletti (1998) argumenta como a estrutura corporativista do Estado Novo adentrou o campo e se consolidou. Mesmo nas décadas posteriores, como na fundação do sindicalismo rural na década de 1960 ou com o chamado “novo sindicalismo” na década de 1980, a representação sindical se mantém naquela estrutura dependente do Estado. De forma geral, a demanda assistencialista vai ser a principal ação empreendida pelos sindicatos rurais no decorrer das décadas. Mello (2002) ressalta que nesse final de século XX, a representatividade rural alagoana tem agido timidamente sobre os novos problemas surgidos, no entanto, movimentos sociais, como o MST (Movimento dos trabalhadores Sem Terra), e CPT (Comissão Pastoral da Terra), têm agido e influenciado as novas pautas de reivindicações. Devido a um conjunto de fatores, o sindicalismo rural alagoano não conseguiu, ao longo das décadas, efetividade como referência para o conjunto dos trabalhadores rurais assalariados de Alagoas, apesar de organizada justamente a partir dos primeiros sindicatos fundados na Zona da Mata.

A partir do início do século XXI, diante dos novos arranjos e modelos políticos e econômicos, qual seria efetivamente o papel que o sindicalismo rural alagoano tem cumprido? O que tem levado esta organização a remodelar sua ação social? Quais são as formas de atuação do sindicato sobre as novas demandas? De acordo com o endereço eletrônico da organização fica claro a multiplicidade das identidades no meio rural: “A FETAG-AL defende os interesses dos assalariados e assalariadas rurais, permanentes ou temporários, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais aposentados, dos agricultores e agricultoras familiares e dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela terra”. Esta definição e aqueles questionamentos se constroem como a nossa problemática delimitada para o desenvolvimento deste trabalho.

As recentes formas de gestão do trabalho bem como as inovações tecnológicas introduzidas no setor sucroalcooleiro constroem uma nova morfologia do trabalho no campo (FERNANDES, 2008). Mello (2002) salienta que entre o final do século XX e início do século XXI tem surgido um avanço da diversidade de grupos identitários no ambiente rural alagoano. Este fator favorece novas aspirações de papéis desempenhados pela FETAG-AL. Desta forma, não é o sindicalismo rural que desponta influenciando o surgimento de novas demandas, mas sim, fruto da própria conjuntura socioeconômica. Ficando evidente também que a busca por novas estratégias não é simplesmente uma influência ou imposição da CONTAG.

Temos como hipótese para a resolução de nossa problemática a existência de uma atitude de reformulação da estratégica sindical por parte do sindicalismo rural alagoano. Tal transformação é derivada a partir de um conjunto de fatores orquestrados desde a estrutura sindical até a modernização contínua no setor sucroalcooleiro. A negociação salarial dos trabalhadores do corte de cana ainda continua sendo a centralidade no âmbito dos interesses da federação, porém, têm surgido novas demandas que clamam tratamento mais específico, tais como: Agricultura familiar e suas nuances; a habitação rural, a formação de líderes sindicais municipais; concepções vinculadas à esfera cidadã como a participação política dos jovens dentro do organismo sindical e reivindicações na esfera estatal; maior atenção às novas camadas sociais emergentes, isto é, a terceira idade; a luta da mulher contra a violência e a busca pelo seu espaço na sociedade. A ação sindical é efetivada através de cursos, seminários, conferências e mobilizações públicas objetivando a aderência dos trabalhadores rurais dos diversos municípios.

Além desta introdução e das considerações finais, nosso trabalho está dividido em três capítulos. Vale ressaltar que nossa pesquisa não consiste numa construção histórica da FETAG-AL, mas sim na análise de sua estrutura sindical para com isso extrair sua singularidade no que se refere à ação sindical recente. Nesta introdução apresentamos a temática, demonstramos o objeto de pesquisa, a problemática, nossa hipótese; e apresentamos nossa justificativa; com isso objetivamos fornecer subsídio para uma melhor compreensão do trabalho que está por vir nos capítulos que segue.

No primeiro capítulo resgatamos o surgimento e consolidação da estrutura do sindicalismo rural brasileiro e como este se comportou nos períodos apresentados; demonstramos as influências das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e da Igreja Católica sobre a formação do sindicalismo rural, apresentamos como a CONTAG foi se consolidando e articulando federações e sindicatos a partir dos seus congressos nacionais; apresentamos também a emergência e estrutura sindical alagoana e como se portou nas décadas posteriores. O objetivo deste capítulo é demonstrar a relevância da trajetória do sindicalismo rural brasileiro com o intuito de comparar com o sindicalismo estadual alagoano. Para entendermos as recentes estratégias da FETAG-AL na segunda década do século XXI é necessário recuperarmos aspectos da história e a estrutura desse órgão. Demonstramos ainda os avanços e recuos efetivados pela federação durante as quase seis décadas de sua existência.

No segundo capítulo, abordamos diversos projetos estatais visando o desenvolvimento do setor Agroindustrial Canavieiro. Apresentamos a trajetória do IAA por todo século XX e como este a partir de seus projetos e programas norteou não somente o setor empresarial, mas também condicionou indiretamente as ações do movimento social rural. Focamos ainda nesse capítulo a análise sobre a Reestruturação Produtiva. Tais transformações tendem a impactar o mundo do trabalho gerando o desemprego e reduzindo conseqüentemente a atuação dos sindicatos rurais. A flexibilização dentro dos acordos trabalhistas tende a desprestigiar a classe dos canavieiros consolidando no meio rural o contrato safrista. Diante das transformações postas emergem novas ações estratégicas por parte do sindicalismo rural.

Por último, no terceiro capítulo, procuramos identificar e analisar as recentes estratégias da ação sindical rural em Alagoas, através da FETAG-AL na perspectiva de contemplar a “unidade na diversidade”. Esta pluralidade se refere aos novos grupos rurais ascendentes que buscam a representação da ação sindical rural. Anteriormente aquela organização se restringia às discussões em torno dos trabalhadores assalariados – principalmente do corte de cana – no entanto, nas últimas décadas, as identidades rurais tem se ampliado consideravelmente. Nesta direção, o conjunto de ações assumidas pela federação alagoana aponta para novas concepções de inclusão social focada para a agricultura familiar, tendo como

público-alvo, principalmente, comunidades rurais do agreste e do sertão de Alagoas e pela participação de novas demandas em busca de reconhecimento político.

Nesse capítulo montamos tabelas informando as ações do sindicato rural alagoano, apresentamos dados sobre a atividade canavieira no estado, figuras expondo a situação dos trabalhadores e consultamos dados estatísticos oficiais para ofertar uma maior precisão das informações.

## 1 CONTAG E FETAG-AL: EMERGÊNCIA E ESTRUTURA SINDICAL

O sindicalismo rural brasileiro foi organizado a partir das relações disputadas entre os agentes mediadores – Igreja Católica e Partido Comunista Brasileiro – somado às fundamentais intervenções do Estado. Estas organizações determinaram em grande medida as características da representatividade social rural fundada no Brasil. Movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, não condicionaram diretamente as práticas utilizadas pelos sindicatos devido a sua postura crítica às concepções legais (RICCI, 1999). Mesmo assim, é importante salientar que esses impuseram suas concepções e estratégias, seja no enfrentamento contra as autoridades oficiais ou a partir das críticas postas sobre sua estrutura sindical junto aos trabalhadores do campo.

A Igreja Católica se envolveu efetivamente com o trabalhador rural brasileiro no início da década de 1950, tendo sua postura caracterizada pelo assistencialismo<sup>1</sup>. Nesse período, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) objetivando a alfabetização bem como a elevação da qualidade de vida da população camponesa. É a partir da CNER que surgem vários grupos católicos ligados ao sindicalismo rural (Idem, p. 55).

Uma das principais organizações católicas que atuou na formação de sindicatos rurais em todo Brasil foram os Círculos Operários. Desde a década de 1930 e, ligado inicialmente ao trabalhador urbano, cuja proposta era a oposição aos líderes sindicais contrários ao governo; objetivava a instrução do trabalhador, assistencialismo, melhorias profissionais, formação de líderes e divulgação das ideias através de impressos. Os Círculos Operários conquistaram sua regulamentação pelo Ministério do Trabalho desde a década de 1940 e chegaram ao

---

<sup>1</sup>Em meados da década de 1940 o governo estadunidense mediante a Inter-American Educational Foundation Inc. firma acordo com o Ministério da Agricultura do Brasil objetivando a educação rural no Brasil através da CBAR (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais). A Igreja Católica Brasileira participou ativamente desse programa (Ricci 1999, p. 55).

número de 142 Círculos e quatro federações estaduais em todo país<sup>2</sup> (idem, 1999, p. 57).

De forma similar a de outros estados, Alagoas teve a Igreja Católica como a primeira instituição a se debruçar sobre os problemas sociais no ambiente rural. Antes mesmo de buscar as sindicalizações dos trabalhadores alagoanos aquela instituição esteve realizando inúmeros trabalhos em vários municípios alagoanos. O Centro Pedagógico da Arquidiocese havia fundado, desde 1957, centros sociopedagógicos urbanos, objetivando a educação e a profissionalização dos cidadãos. Trabalhava também, com crianças e adolescentes em cursos pré-vocacionais, o centro pedagógico se constituía, segundo diretores da organização, um avanço humanitário para a época. Medeiros (2007, p. 91) faz alusão ao tema:

Ao que se parece, o projeto do Centro Sociopedagógico da Arquidiocese desembocou na criação, no final de 1957, do Centro Social Rural da Arquidiocese de Maceió. A Arquidiocese assim dava suporte estrutural à sua ação social rural, iniciada com a realização, a partir de 1956, das Semanas Ruralistas. A Igreja local dirigia sua atenção para o campo, onde se concentrava o mais grave problema social do momento.

A partir da década de 1950 houve em Alagoas uma expansão significativa no cultivo de cana-de-açúcar, sobretudo, atingindo a região dos tabuleiros<sup>3</sup>. No entanto, a expansão canavieira ocorreu em detrimento dos trabalhadores, estes não possuíam direitos reconhecidos e nenhuma organização sólida que reivindicasse por melhores condições de trabalho e de vida. A Igreja percebeu que a necessidade mais urgente era organizar associações de trabalhadores. Assim, passou a fundar em solo alagoano estes centros religiosos com intuito de educar camponeses efetivando dessa forma seu papel social. Existiam oficinas de artesanato, palestras sobre puericultura, treinamentos para formação de líderes locais (MEDEIROS, 2007, p. 92).

---

<sup>2</sup> Nesse mesmo período surge em sintonia com os Círculos operários o movimento sindical democrático (MSD) formado por líderes sindicais e integrantes daquele grupo tendo por objetivo a luta ideológica contra o comunismo e o favorecimento da democracia baseada em princípios cristãos. Esse movimento tinha o apoio de um programa estadunidense “point IV – program” que fornecia consultoria a centenas de sindicatos por mais de uma década. Suas propostas políticas eram a luta contra a miséria, o analfabetismo e o abuso de poder (op. cit.).

<sup>3</sup> Este tema da modernização conservadora é discutido no próximo capítulo.

Sobre os diversos grupos católicos que se tornaram braços da Igreja no campo brasileiro se destacam: Serviço de Assistência Rural (SAR) e o Serviço de Orientação Rural (SOR). Fundaram até 1963, 48 sindicatos em vários estados do Nordeste como Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Alagoas. Tinham por objetivo auxiliar os trabalhadores rurais na consolidação de sindicatos e treinamentos de líderes para sua reprodução. Em 1961, a partir do “I Congresso de Trabalhadores Católicos”, organizado pela Arquidiocese alagoana, passou a atuar no Estado de Alagoas, com apoio dos Círculos Operários, o Serviço de Orientação Rural, estabelecendo ação sindical no Estado. Sobre o assunto, Medeiros (2007, p. 99) argumenta que:

A 6ª Semana Ruralista arquidiocesana ocorreu em 1961, ano que ocorreu também o 1º Congresso de trabalhadores católicos, promovido pelo “movimento por um mundo melhor” com a intenção de criar o Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL), que igualmente aos seus congêneres em Pernambuco (SORPE – criado também em 1961) e no Rio Grande do Norte (SAR – o mais antigo, criado também em 1949, mas que tem sua equipe de sindicalização formada apenas em 1960), desenvolveu um processo de sindicalização rural no estado e de formação de lideranças rurais. Foram fundamentais neste processo a Escola de Serviço Padre Anchieta e o movimento de Educação de Base (MEB), que mesmo não tendo suas ações voltadas especificamente para uma ação social rural, contribuíram enormemente para a realização desta.

O principal objetivo da SORAL foi a educação do trabalhador rural alagoano, sobretudo, a liderança sindical, que deveria aprender ideias corporativistas bem como entender a dinâmica das concepções políticas do PCB e das Ligas Camponesas. O Serviço de Orientação Religiosa contribuiu para o surgimento dos sindicatos nos municípios de Palmeira dos Índios, Penedo, Feliz Deserto, Piaçabuçu, Santana do Mundaú, Joaquim Gomes, Colônia Leopoldina e Matriz de Camaragibe (MELLO, 1990, p. 117).

Outra entidade que surgiu com o objetivo de criar sindicatos foi o Movimento de Educação de Base (MEB) surgido por decreto institucional em 1961, influiu sindicalização em Sergipe, Maranhão e Bahia. Esse movimento era atrelado a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e utilizavam as escolas radiofônicas para apregoar suas ideias (MEDEIROS, 1989, p.77). Sob a vertente

socialista destaca-se dentre os grupos católicos, a Ação Popular (AP),<sup>4</sup> que se originou a partir da Juventude Universitária Católica (JUC). Assim utilizou o rádio, tanto estudantil como convencional para expor suas ideias e objetivos. Conseqüentemente, fundou muitos sindicatos e oito federações aliando-se depois do golpe civil-militar de 1964 ao PCB. A AP defendia que o sindicalismo rural não deveria ser moldado pelo Estado ou pela Igreja, mas sim, pelas próprias massas, desta forma a construção do movimento rural deveria surgir das necessidades reais da população (RICCI, 1999, p.64). Em Alagoas, a Ação Popular organizou sindicatos nas cidades de São José da Laje, Novo Lino, Passo de Camaragibe, Jacuípe, Murici, Novo Lino, Santana do Ipanema, Igací, Água Branca e Delmiro Gouveia (MELLO, 1990, p. 121).

Concomitantemente a ascensão da Igreja Católica nas relações sociais do campo, em meados da década de 1950, surgia outra organização social que exerceu também forte influência junto aos camponeses: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Um dos motivos para o envolvimento do PCB com o campesinato brasileiro foi a III Internacional que pregava oposição ao imperialismo e aos tipos de trabalhos “semifeudais” com tendências escravistas nos países considerados antigas colônias de matrizes periféricas como as nações latino-americanas (GARCIA, 2007, p. 20).

Em 1953, o PCB ampliou sua área de atuação sobre o movimento social rural através de uma conferência nacional (incentivados pela Conferência Internacional de Trabalhadores Agrícolas em Viena). Dessa forma, Organizaram no Brasil a I Conferência Nacional dos trabalhadores agrícolas (CNTA) em São Paulo, e simultaneamente, em Recife, reunindo trabalhadores de várias estados. Na pauta de discussões foram debatidos: a reforma agrária em benefícios aos trabalhadores agrícolas, propriedades para trabalhadores sem terras; documentos que garantisse a posse dos sítios que viviam camponeses; ajuda técnica do governo como a

---

<sup>4</sup> A Ação Popular foi fundada em meados de 1962 em Minas Gerais ligada à Igreja Católica, no entanto possuindo caráter mais radical em contestação à exploração capitalista. Divergia da SORAL, pois a AP convergia para o lado socialista; diferenciava também das Ligas Camponesas, pois seu caráter não era absolutamente revolucionário; por último divergia do PCB, pois este, naquele momento, estava atrelado URSS (RICCI, 1999).

concessão de crédito; e o repúdio ao trabalho do tipo “semifeudal” (MEDEIROS, 1988, p. 30).

Na II CNTA em 1954, também realizada em São Paulo, foi discutida a possibilidade dos trabalhadores agrícolas receberem todos os direitos já garantidos para os trabalhadores urbanos autenticando com isso o sindicalismo rural. Foi dada continuidade sobre as discussões em torno da reforma agrária. Surgia, nesse período, a necessidade de uma organização que unificasse todas as categorias de trabalhadores do campo. Sendo assim, nessa conferência foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) sob a influência da União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas (UISTAF), cujo objetivo primordial era a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos (RICCI, 1999, p. 72).

Dentro do Partido Comunista Brasileiro desenvolveram-se posturas políticas divergentes para a condução das ações, que deveriam ser empregada no relacionamento com os movimentos sociais rurais que ascendiam. Para alguns líderes, o partido deveria seguir uma linha revolucionária e não aceitar qualquer envolvimento com o Estado legalizado. Para outros, entretanto, a organização deveria primar pela ordem e reconhecer as instituições democráticas. Ao criar a ULTAB e se vinculando ao comunismo internacional o PCB demonstrava sua independência ante os órgãos instituídos legalmente. Além disso, direcionava-se também no apoio aos inúmeros conflitos postos no campo brasileiro em meados daquela década. No entanto, a partir de 1958<sup>5</sup> o Partido modificou sua política de atuação no país. Volta-se à busca da legalidade e passou a defender a organização de sindicatos reconhecidos pelo Estado (COLETTI, 1998, p. 45).

Assim, no final da década de 1950, houve crescimento das lutas sociais com a atuação do PCB nos estados do Paraná, Goiás, Rio de Janeiro e nos estados do Nordeste. A forte participação do PCB no Sindicalismo rural é posteriormente evidenciada em 1963 quando foram eleitos o presidente e tesoureiro da CONTAG ambos do PCB e da ULTAB (SILVA, 1997, p.26). O partido teve que mudar várias vezes de estratégia política devido às circunstâncias, que, no entanto, superava as

---

<sup>5</sup> Diante da “(...) Declaração sobre a Política do PCB, em março de 1958, inicia-se uma nova fase política do partido (...) a revolução no Brasil, numa primeira etapa, não deveria ser socialista, mas democrático-popular, de caráter anti-imperialista e antifeudal” (COLETTI, 1998, p. 45).

crises e se adaptava as situações inesperadas. Durante sua atuação no campo teve que modificar sua orientação revolucionária e efetivar o caminho para as reformas.

Dessa forma, associou-se a setores que anteriormente eram considerados opositores – como certas instâncias governamentais – buscou a institucionalização como melhor caminho para auxiliar o homem do campo. Em Alagoas, assim como em outros estados brasileiros, nesse período cresceu bastante os movimentos sociais sob a influência do PCB e, sobretudo, sob o governo de Muniz Falcão (1956-1961) surgiram dezenas de sindicatos rurais em todo estado (TENÓRIO, 2007, p. 16).

O PCB também passou atuar diretamente no meio rural alagoano realizando o “Congresso de Apoio ao Congresso de Belo Horizonte”. O encontro foi realizado na cidade de Rio Largo devido a seu destaque na época como cidade operária ligada às fábricas têxteis. O grande objetivo desse encontro foi fortalecer o sindicalismo rural (MELLO, 1990 p.105). Em entrevista para a pesquisa diagnóstico da FETAG-AL, Geraldo Marguela, ex-dirigente, afirma que, o Partido Comunista Brasileiro influenciou no processo de organização de sindicatos rurais em Alagoas e contribuiu para o surgimento de núcleos de conflito em Atalaia, Viçosa, Matriz de Camaragibe, Porto Calvo e São Miguel dos Campos (PESQUISA, 2007).

Diferentemente da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro que atuou no ambiente rural brasileiro dentro da legalidade outros movimentos sociais rurais alheios à oficialidade do Estado emergiram em todo país com destaque para as Ligas Camponesas que atuaram, principalmente, na região nordeste, tais movimentos sociais ascenderam fortemente entre os governos Kubitschek e Goulart. As Ligas Camponesas teve sua gênese em 1955, no município pernambucano de Vitória de Santo Antão. Nesse tempo, um grupo de foreiros – trabalhadores rurais que pagavam o “foro”, ou seja, uma quantia anual para o proprietário da fazenda – ligados ao engenho da Galileia fundaram a “Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco” (SAPPP). Esta emergiu sob a influência de um antigo líder do PCB que se congratulava com os trabalhadores rurais pernambucanos, José dos Prazeres e teve por primeiro presidente um ativo foreiro Paulo Travassos.

Os objetivos primordiais da Sociedade eram de ajuda mútua, auxílio funeral, assistência médica e educação infantil. Além do caráter assistencial, tinha um

comprometimento na defesa dos trabalhadores que por ventura fossem despejados pelos fazendeiros (MEDEIROS, 1989, p. 46).

O proprietário do engenho, Oscar de Arruda Beltrão, foi convidado para ser o presidente de honra da associação, porém tempos depois se afastou do cargo por entender que aquela organização tinha caráter “subversivo” e imediatamente articulou a expropriação dos trabalhadores de suas terras. Diante do fato, a SAPP resiste o despejo. A causa chama atenção do advogado Francisco Julião que passou a assessorar juridicamente o movimento. Através do pleito judicial e das discussões em torno da reforma agrária na Assembleia Legislativa a associação progressivamente tornou-se conhecida e foi chamada pela imprensa de “Ligas Camponesas”. Esse movimento adquiriu simpatizantes em outras cidades pernambucanas bem como cidades de toda Região Nordeste (BASTOS, 1984, p. 21).

Assim, em 1959, por meio de um projeto aprovado e votado na Assembleia Legislativa de Pernambuco foi efetivada a posse do Engenho da Galileia visando a agricultura de subsistência. Com isso, o governador eleito em Pernambuco, Cid Sampaio, cumpriu sua promessa de campanha efetivando a posse do engenho aos camponeses. Contudo, foi criado um órgão estatal, Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que foi responsável pela distribuição dos lotes, deixando os camponeses insatisfeitos, mas mesmo assim ocorreu a repartição das terras (idem, p. 19). No mesmo ano que surgiram as Ligas Camponesas foi realizado em Recife o Congresso de Salvação do Nordeste com participação de vários políticos e intelectuais como o economista brasileiro Celso Furtado. O objetivo do encontro foi detectar a causa da miséria do povo nordestino, questionando a estrutura latifundiária brasileira, além de almejar a reforma agrária. No ano seguinte, foi realizado o I Congresso Camponês de Pernambuco sob a liderança do Professor Josué de Castro (MEDEIROS, 1989, p. 47).

Diante de sua consolidação enquanto movimento social, as Ligas se expandiram em várias regiões brasileiras. Primeiro em municípios pernambucanos, posteriormente, em cidades de todo país. Além disso, fundaram cerca de dez federações estaduais. Em 1961, as Ligas já possuíam dez mil associados nos diversos municípios pernambucanos como também em outros estados, com

destaque para Paraíba. Além das Ligas, surgiram outros movimentos buscando direitos aos trabalhadores rurais. Na Região Sul e Sudeste, por exemplo, a partir da década de 1960 emergiu outra organização ruralista visando a reforma agrária, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER) que conseguiu a expansão de aproximadamente 100 associações pelo país (BASTOS, 1984, p.68). Sobre o tema, Bandeira (1978, p. 54) escrevendo sobre a luta de classes desse período esclarece:

A questão agrária com o seu potencial revolucionário entrara em pauta ainda ao tempo de Kubitschek, ao se organizarem, em Pernambuco, as Ligas Camponesas. Desde então as invasões de terras se sucederam e se alastraram pelos Estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, enfim, por todo País, como consequência também da expansão capitalista, que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos.

As Ligas Camponesas, em sua expansão, se voltaram principalmente para “arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos produtores” distanciando-se dos assalariados, pois estes estavam buscando sua representatividade através dos sindicatos (articulados pela Igreja Católica ou Partido Comunista). Em 1961, no Congresso organizado pela ULTAB, as Ligas romperam com outros movimentos sociais devido a sua radicalização. A partir desse fato, as Ligas Camponesas passaram a organizar o Movimento Unificado de Revolução Brasileira (MURB). Francisco Julião, um dos principais líderes da organização, negava qualquer envolvimento das Ligas tanto com a burguesia nacional, como também, com a política eleitoral. No seu entendimento, para conseguir efetivar a justiça social sugeria aos camponeses a luta armada. Sua organização efetivou greves em usinas, invasões em propriedades e planejava realizar um grande congresso nacional (idem, 1984, p. 100).

A atuação das Ligas em solo alagoano foi bastante tímida, apenas ocorreu uma parceria chamada “amigos das Ligas”, em que cinco sindicatos participaram, a saber: Matriz de Camaragibe, Penedo, Palmeira dos Índios, União dos Palmares e São José da Laje (MELLO, 1990, p. 94). Diferentemente de muitos estados brasileiros que durante o final da década de 1950 e início da década de 1960 experimentaram os conflitos camponeses, no entanto, no Estado de Alagoas não houve qualquer movimento social rural tais quais que ocorreram em Pernambuco e Paraíba.

O PCB e as Ligas tomaram caminhos divergentes, apesar de ambos os movimentos sociais se congratularem com os trabalhadores rurais. Os comunistas assumiram categoricamente a reforma agrária mediante a lei, tendo que se utilizar dos caminhos institucionais para alcançar certas conquistas em prol do homem do campo. De forma diferente, os líderes das Ligas Camponesas não viram qualquer possibilidade de associação com a burguesia nacional, muito menos com setores latifundiários. No entanto, percebeu-se que apesar do discurso legal postado pelos comunistas, em suas práticas se utilizavam os mais variados meios para influir no âmbito rural como acampamentos em cidades convocando o apoio popular diante dos poderes constituídos. As Ligas Camponesas, por sua vez, apesar da radicalização de seus discursos e suas ações, fizeram uso dos recursos legais como lutas judiciais (COLLETI, 1998, p. 47).

Em oposição às Ligas, o PCB e a Igreja, investem cada qual o seu modo na sindicalização dos trabalhadores rurais. Naqueles primeiros anos da década de 1960 reivindicavam a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. As Ligas, contudo, passaram a adotar táticas de guerrilhas seguindo a orientação de um dos líderes, Clodomir Moraes, que não concordava com a dimensão pacífica na conquista dos direitos dos camponeses. Assim, a organização das Ligas Camponesas tentou criar locais para o treinamento de guerrilha dos seus grupos. Diante desses fatos, as Ligas foram ficando isoladas no âmbito da política nacional. As propostas de Francisco Julião se congratulavam com o comunismo internacional, sobretudo, cubano. Após o golpe militar de 1964, seus líderes foram perseguidos e exilados, o movimento foi suprimido (MEDEIROS, 1989, p.76).

No início da década de 1960 havia muitos movimentos em ascensão, apesar de existir disputas ideológicas entre supostos comunistas e anticomunistas. Dentro dessa ascensão de inúmeras organizações e manifestações de cunho reivindicativo, a ULTAB organizou o famoso Congresso Camponês realizado entre os dias 15 a 17 de novembro de 1961 em Belo Horizonte, reunindo mais de 1.500 delegados. Além dos integrantes do PCB participaram outras organizações como MASTER e as Ligas Camponesas. Portanto, no congresso foram discutidos assuntos de interesses das mais variadas categorias de trabalhadores rurais. Foi manifesto que a luta pela terra não podia ser tratada como um assunto local, dessa forma seria necessário uma articulação nacional, a reforma agrária deveria ser feita radicalmente 'na lei ou na

marra'. No entanto, no Congresso foi defendido o direito à sindicalização dos assalariados e a modificação da constituição para se efetivar a reforma agrária. Sobre o tema, Azevedo, (1982, p. 90) esclarece:

A partir desse momento, a ruptura entre as Ligas e o PCB torna-se definitiva, quebrando a unidade de ação tática do movimento social agrário, e seria expressa pela ação paralela, com orientações divergentes no campo da esquerda, entre os sindicatos rurais que surgiram em fins de 1962, controlados pelos comunistas, e as Ligas, que atuam em faixa própria, embora passem a disputar o controle político dos sindicatos com os comunistas e a Igreja.

Nesse congresso ficou latente a discordância entre várias lideranças camponesas sobre a melhor estratégia a ser utilizada para o avanço da causa camponesa, mas por outro lado esse encontro simbolizou a união de várias categorias dos trabalhadores do campo. Grande marco desse congresso foi à presença de políticos notáveis da época: o presidente do Brasil João Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves e o governador de Minas Gerais Magalhães Pinto. Seu impacto foi tão forte, que em vários estados brasileiros houve congressos locais nos meses subsequentes confirmando a relevância daquele encontro (MEDEIROS, 1988, p. 56).

Um avanço para a organização do sindicalismo rural brasileiro se deu a partir do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) aprovado no Governo Goulart em março de 1963 pelo Congresso Nacional. Similar ao texto que décadas anteriores o Congresso nacional criara o sindicalismo urbano. No mesmo ano, passou a funcionar uma comissão governamental com objetivo de fundar sindicatos em todo país, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). Este órgão também esteve à frente para a criação de uma organização a nível nacional que articulasse federações e sindicatos (Medeiros, 1989, p. 62).

Houve, em 1963, duas tentativas frustradas para a fundação da CONTAG. A primeira no mês Julho em Natal-RN, já a segunda tentativa em novembro, em Recife-PE. Porém não foram efetivadas devido ao pequeno grupo de cinco federações reconhecidas, era necessário aguardar o reconhecimento de outras federações para se instituir a confederação (OCHOA, 1989, p. 55).

A assembleia de fundação foi no Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1963 presidido pelo CONSIR e “havia 26 federações com direito a voto”. Delas, dez

seguiram a orientação do PCB, oito da Ação Popular, seis eram vinculadas a outros grupos cristãos do Nordeste e duas colocavam-se numa posição de independentes (o número de federações maior que o número de estados se justifica no fato que existiam estados com mais de uma federação, pois na época se admitia existir federação de assalariados e autônomos). E assim, a CONTAG foi reconhecida pelo Presidente João Goulart em 31 de Janeiro de 1964 (Decreto nº 53.517). A diretoria eleita foi a seguinte: presidente Lindolfo Silva (foi também o primeiro presidente da ULTAB em 1954), vice-presidente José Leandro Bezerra da Costa, secretário geral Sebastião Lourenço de Lima e tesoureiro Nestor Veras. No entanto, foi curta a vida dessa primeira diretoria em virtude do golpe dois meses após a fundação (MEDEIROS, 1989, p. 79).

O estatuto da CONTAG no artigo 2º versa sobre a função da confederação e estabelece a defesa pelos interesses econômicos da categoria bem como “colaborar com os poderes públicos” e com outras organizações (ARAÚJO, 1979, p. 131). Há fortes debates sobre a real motivação do Governo Goulart em garantir direitos aos trabalhadores rurais bem como sua sindicalização. Para alguns foi pura manobra populista para neutralizar as frentes de lutas efetivas do campesinato, tais quais as Ligas Camponesas, assim o Presidente João Goulart estaria colocando os trabalhadores sob sua tutela e efetivando um controle sobre as ações do movimento rural (RICCI, 1999).

O surgimento da federação alagoana também se deu no mesmo período da construção da confederação. O primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) em Alagoas fundado foi na cidade de Matriz de Camaragibe, no entanto só alcançou o reconhecimento em 1968 (PESQUISA, 2007). Foi no município de Piaçabuçu o primeiro sindicato reconhecido oficialmente (CARVALHO, 2009, p. 38). Em 10 de dezembro de 1963, com os primeiros dezoito sindicatos alagoanos reconhecidos foi possível a fundação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Alagoas (FETRAL). Sendo reconhecida pelo Governo Goulart em 19 de março de 1964. Nesse momento, o nome da federação foi modificado para Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas, o primeiro presidente da FETAG-AL foi Salustiano Lopes, antigo trabalhador rural no município de São José da Lage. Meses após a posse de Lopes no cargo de presidente ocorreu o golpe militar (PESQUISA, 2007).

A FETAG-AL teve seu surgimento associado a expansão de outras federações estaduais. O sindicalismo rural brasileiro emergiu numa concepção homogênea devido à articulação do Estado, através do CONSIR em controlar e supervisionar o movimento rural dos assalariados rurais. Então, todos incorporavam as mesmas práticas e eram influenciados pela mesma estrutura e até no nome das federações houve uma tentativa de padronização. O sindicalismo rural alagoano surgiu condicionado pelas perspectivas externas. No entanto, segundo Mello (1990, p. 127):

[...] a grande maioria dos sindicatos naquela conjuntura não chegou a se articular com os conflitos e demandas em curso (...) a noção dos “direitos” não chegou a ser efetivamente internalizada pelas bases, tendo como inevitável contrapartida um baixo grau de conscientização acerca de suas possibilidades, que se expressava na falta de organicidade entre uma estrutura sindical em formação com os problemas cotidianos enfrentados pelos trabalhadores. O próprio processo de sindicalização, da forma predominante que se dava, privilegiando aspectos organizativos formais e as disputas em termos de direção em detrimento da totalidade dos aspectos que se envolvem a vida sindical, concorria para a montagem de um alicerce pouco sólido frente às condições locais de dominação.

O florescimento do sindicalismo rural alagoano possuiu algumas peculiaridades. Além da participação das organizações já citadas para o florescimento da representatividade social rural, houve a influência categórica da classe dirigente. Fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros contribuíram para a estrutura que foi construída através das décadas. Muitos sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados e gerenciados pelos próprios empresários do setor. Dessa forma, articulavam chapas de trabalhadores sob sua influência para concorrer à presidência e efetivavam total dominação social sobre a mão-de-obra dos municípios. Em cidades que se desenvolviam sindicato mais representativo e ofensivo, seus líderes eram sequestrados, desaparecidos ou mortos. A própria polícia prendia a partir das ordens dos proprietários de terras (MELLO, 1990, p. 125).

Após o golpe militar em março de 1964, 90% dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) do Brasil sofreram intervenção militar, os novos líderes seguiram a linha sindical arquitetada pelo Governo. A Igreja Católica, através da ação mediadora de alguns padres, investiu no funcionamento dos sindicatos em todo país, exercendo influências. Divergia, contudo, o tipo de segmento católico posto nos municípios brasileiros. Alguns STRs sob a proteção dos serviços de

orientação (SORAL, SORPE e entre outros), outros condicionados pelos Círculos Operários, como em Alagoas, e por fim, ainda outros, sob a influência da Ação Popular como em Pernambuco (RICCI, 1999, p. 77). Azevedo (1982, p. 172), escrevendo sobre a participação das Ligas Camponesas e sua relação com os outros movimentos sociais que contribuíram para a sindicalização dos trabalhadores rurais, resume bem neste trecho, as articulações e possibilidades daquele período.

Assim, é preciso entender que, ao lado das profundas transformações que marcaram a agricultura nordestina nos anos 50/60 e que levaram à expulsão em massa do campesinato das suas terras, ocorria, no mesmo instante, uma ampla mudança na correlação de forças políticas, em Pernambuco, que favorecia os setores democráticos e progressistas culminando com a eleição de Miguel Arraes e a instauração do seu governo Popular. Ao nível nacional, com a renúncia de Jânio, a posse de Goulart e o avanço das forças populares e reformistas, criava-se um clima favorável aos movimentos de massa e à democratização da vida nacional. Foi no bojo dessas condições políticas e subjetivas que o campesinato e os trabalhadores rurais se mobilizaram e se organizaram através das Ligas e, posteriormente, nos sindicatos rurais. Enfim, a conjugação dos fatores objetivos (o aprofundamento da crise agrária) e subjetivos (o avanço dos setores populares) permitiram que a luta camponesa superasse o localismo e assumisse um caráter orgânico e uma dimensão política, na medida em que a questão passou a ser articulada às bandeiras mais gerais das reformas de base e da transformação democrática da sociedade. O movimento camponês, ao se alinhar às lutas travadas pelo conjunto das classes subalternas das cidades, constituiu-se numa força social e conquistou para si o reconhecimento da sua presença na cena política nacional.

Havia uma forte relação entre a perspectiva política existente nos estados e o avanço dos movimentos sociais rurais. Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Sul destacaram-se no cenário nacional com a ascensão das Ligas Camponesas e com o MASTER, alcançaram suas reivindicações muito influenciadas pela abertura política voltada para as demandas rurícolas. Em estados como Alagoas, que vigorava o forte controle político efetivado pelos empresários da economia canavieira, os movimentos sociais rurais não conseguiram êxito. Em âmbito nacional, o Governo Goulart se destacou pelo favorecimento a sindicalização dos camponeses, muito embora, para alguns críticos, essa atitude seria uma postura populista. A grande questão a ser enfatizada é que aquele período foi condicionante para a elaboração e fomento de organizações camponesas. Pode-se verificar a importância daquele momento devido o golpe efetivado pelos os militares que passaram a administrar o governo impossibilitando manifestações sociais rurais que outrora ascendiam.

Em 1965, a CONTAG sofre intervenção do governo ditatorial e um antigo líder paulista dos Círculos Operários, José Rotta se tornou presidente da confederação sob influência dos militares. Lindolfo Silva, antigo presidente, foi exilado e teve que mudar de identidade para não ser perseguido. Nesse mesmo ano, a confederação e as federações de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba voltaram a funcionar. No ano seguinte ocorreram eleições para nova diretoria, surgindo um movimento oposicionista à diretoria interventora. O líder opositor, José Francisco da Silva, detentor de uma história no sindicalismo em Pernambuco – líder de sindicato municipal e presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) – passou a articular com outras federações tanto do nordeste, como de outras regiões do país um movimento oposicionista que terminou por vencer as eleições nacionais assumindo assim a presidência da confederação nacional em 1968 (RICCI, 1999, p. 91).

Uma das medidas tomadas pelo novo presidente foi um movimento de articulação dos sindicatos em nível nacional e enfatizando o crescimento de sindicatos e federações. A partir desse fato, foi implantado um sistema de formação de líder sindical, valorizando a unificação das práticas sindicais, foram reproduzidas apostilas para a liderança sob o referencial católico. Assim, a nova diretoria utilizava jornais como o boletim “O Trabalhador Rural” para demonstrar a possibilidade de fazer surgir na cultura sindical rural brasileira, um pensamento homogêneo entre confederação, federações e sindicatos. Um dos pontos básicos dessa proposta era a necessidade dos líderes sindicais exigirem o cumprimento das leis já reconhecidas como o ETR (MEDEIROS, 1989, p. 92).

O novo presidente da CONTAG organizou o Plano de Integração Nacional (PIN) cujo objetivo era autenticar a unidade da organização. O plano investiu na tentativa de criar e fortalecer as ações coletivas para conseguir melhores salários para os trabalhadores rurais. Foram estabelecidas algumas pautas para o sindicalismo rural brasileiro como a ênfase na prática do diálogo como instrumento de pleito em favor do trabalhador, evitando assim, os conflitos nas ações cotidianas; e ter absoluta noção da realidade para poder criticá-la com coerência. Com essas práticas, José Francisco uniformizava os sindicatos rurais de trabalhadores rurais e evitava os confrontos políticos e econômicos com a classe patronal (CONTAG 40 ANOS, 2006).

Em Alagoas, a federação e sindicatos foram fechados, o regime militar suspendeu os direitos políticos de líderes, o presidente eleito Salustiano Lopes foi deposto. Em 1966, José Benedito da Silva, antigo trabalhador rural do município de São Luiz do Quitunde assumiu a federação como interventor sob a custódia dos militares (PESQUISA, 2007). Os STRs que não haviam sido reconhecidos, conseqüentemente foram reprimidos pelo Governo Ditatorial (ALBUQUERQUE, 2009, p.101).

Os sindicatos se tornavam um canal de controle que o Governo mantinha sobre os trabalhadores. Muitos líderes sindicais tiveram seus direitos políticos suspensos, outros foram presos ou exilados. Durante o regime militar, os STRs seguiam a mesma lógica das empresas canavieiras, isto é, pautada pela direção familiar. Segundo Mello (1990, p. 145):

[...] em Alagoas a reestruturação sindical rural ficou predominantemente reduzida a direções indicadas pelos proprietários rurais e sua entidades de classe. Geralmente nomes de pouca expressividade no processo inicial de organização, em muitos casos dele desvinculados, que tenderam a ficar omissos no cumprimento de direitos e conquistas dos trabalhadores em troca de uma trajetória pessoal de ascensão no jogo político tradicional. Em decorrência, se as condições que alimentaram as lutas no campo no período anterior não apenas persistiram como também se intensificaram, notadamente com a expansão canavieira, a desfigurada estrutura sindical local se apresentaria como uma referência confiável junto aos próprios trabalhadores para resgatar as bandeiras históricas do movimento no encaminhamento de suas lutas.

O sindicato rural brasileiro surgiu dentro dessa configuração, longe de ser um movimento autônomo pautado pela ação da massa de trabalhadores. Foi sob a vigência do Governo Militar, que foi aprovado o Estatuto da Terra (ET), mas sua articulação foi iniciada no Governo Goulart, esse estatuto previa a reforma agrária gradual. Ratificou a carta constitucional que defendia que toda terra deveria cumprir função social, aparentemente para a década de 1960 o estatuto parecia um avanço, contudo sua ineficácia seria constatada durante as décadas posteriores. Seu texto criava dois novos organismos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), cujo objetivo de ambos se baseava na distribuição de terras improdutivas para a massa camponesa. No entanto, durante a vigência dos militares não cumpriu essa função primordial (MEDEIROS, 1989, p. 87).

Sobre o tema, Martins (1984, apud Coletti 1998, p. 63) comenta:

[...] é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto, em que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais.

O Governo Militar utilizou o sindicato como forma de cooptar os trabalhadores mantendo-os sob sua supervisão. Durante a vigência dos militares sobre o poder político brasileiro houve forte investimento na modernização do agronegócio para os latifundiários em detrimento do pequeno produtor. Estimulou também, a concessão de terras brasileiras para empresas modernas investirem no campo<sup>6</sup>.

Os presidentes militares em hipótese alguma favoreceram uma política salarial ao trabalhador do campo, muito pelo contrário, impedia aumentos reais, favorecendo apenas os empregadores. E ainda, o Estatuto da Terra foi aprovado mediante pressões tanto nacionais quanto internacionais, no entanto sofrendo várias modificações da sua composição inicial (CONTAG 40 ANOS, 2006).

O governo militar encontrou muito apoio na sociedade alagoana, sobretudo, da classe dirigente e religiosa. Em Alagoas, o então Governador Luiz Cavalcante (1960-1966), logo após o golpe, declarou-se revolucionário reconhecendo o golpe militar sobre o Governo Goulart e, com isso, diferente de outros estados não sofreu intervenção. Cavalcante organizou milícias de civis armados juntamente com a polícia do estado para evitar a entrada de supostos comunistas oriundos de outros estados, como também, uma possível visita do governador de Pernambuco Miguel Arraes (ALBUQUERQUE, 2000, p. 231). Dom Adelmo Machado realizou Maceió uma missa em comemoração e agradecimento a Deus pela Revolução efetivada em 31 de março de 1964. Ocorreu também a marcha da família, com Deus e pela liberdade, assim como aconteceu em várias regiões do país (MEDEIROS, 2007, p. 144).

---

<sup>6</sup> A discursão do capítulo 2 contempla a modernização do agronegócio durante a permanência dos militares no poder.

A repressão desencadeada sobre os sindicatos e federações pelo aparelho militar refletia na postura dos líderes que se tornaram meros burocráticos oferecendo apenas o assistencialismo, submissos aos apelos legais e vigentes, mantinham-se na direção do sindicato por vários anos (SILVA, 1997, p. 23). Em fevereiro de 1965, foi posta por uma portaria do Governo Federal, estabelecendo um único sindicato por município e uma federação por Estado. Dessa forma, enfraquecia o sindicalismo rural brasileiro, pois sendo unitário, neutralizava a representatividade efetiva das múltiplas categorias com interesses diferentes (MEDERIOS, 1989, p. 95).

O sindicalismo rural brasileiro diante da necessidade de uma articulação nacional com o intuito de existir uma homogeneização nas práticas sindicais entre as instâncias da representatividade rural brasileira passou a organizar congressos. O primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (CNTR) da CONTAG foi articulado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e realizado em São Paulo no ano de 1966. Existia certa disputa entre os grupos ligados à diretoria interventora e ala oposicionista. O principal objetivo do encontro nacional foi explicar e socializar os camponeses ao texto do Estatuto aprovado pelos militares (MEDEIROS, 1989, p. 91).

Sete anos após o I CNTR foi realizado o II Congresso tendo como principal meta a formação de dirigentes sindicais. A CONTAG teve por base, a prática sindical administrativa na defesa e luta pelas leis institucionais e dos direitos já conquistados. Constata-se a ausência da luta e reivindicações por modificações das leis que desfavorece o trabalhador rural, como exemplo a exclusão dos trabalhadores temporários nos dissídios para convenção. Medeiros apud Ricci (1999, P. 93), afirma que após o 2º congresso, a confederação investe em cursos em direção sindical e na educação dos trabalhadores para estes aprenderem como se organizarem para efetivar seus direitos previstos em lei.

Sobre o tema Ricci (1999, p. 94) afirma:

Aqui encontramos o que poderia ter sido apenas um elemento tático de enfrentamento numa conjuntura de repressão política, mas que acabou sendo adotado como mote ao longo da trajetória da CONTAG: a defesa dos direitos já garantidos em lei. Esta foi a base da prática sindical contaguiana. Foi a partir dela que se lutou para o 'aperfeiçoamento' dos direitos já garantidos da legislação trabalhista, criação de juntas de Conciliação e julgamento, impedimento de despejos, regularização de posse, política

agrícola, ampliação de crédito rural, aperfeiçoamento do sistema cooperativo.

Não houve qualquer ação social efetiva como manifestações ou passeatas para busca de alterações de leis visando o favorecimento aos trabalhadores rurais. Sendo assim, os rurícolas sindicalizados agiram como meros reprodutores das práticas impostas pelo Governo. Para alguns teóricos, os cursos promovidos pela cúpula da CONTAG se configuravam numa “domesticação” de líderes ou trabalhadores que ousassem pensar diferente da confederação (Ricci, 1999, p. 94).

No entanto, verifica-se o contexto histórico vivenciado – a forte repressão militar – sendo assim qualquer tentativa de luta do trabalhador rural, do sindicato ou federação poderia ser brutalmente reprimida como realmente ocorreu em vários locais do país. Se por um lado, pode-se verificar a imparcialidade da liderança sindical rural brasileira, por outro lado, percebe-se a forte repressão policial do Governo militar. Muitos líderes sindicais foram perseguidos pelo regime consequentemente intimidava toda estrutura sindical que ousasse a lutar pelos direitos reconhecidos pela constituição.

O Estado condicionou bastante a ação empreendida pelos sindicatos rurais. Um dos aspectos centrais na construção da cultura e estrutura dos sindicatos rurais foi o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) instituído na década de 1970 visando o assistencialismo às populações rurais. Esse programa era na verdade inspirado e fundamentado no Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador rural (FUNRURAL) e teria sido criado na década de 1960, no Governo Goulart, juntamente com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) com a finalidade de beneficiar os trabalhadores rurais. O Prorural passou a vigorar em 1971 e contribuiu bastante para aumentar o número de trabalhadores sindicalizados devido seu caráter assistencialista. Os trabalhadores desprovidos de qualquer assistência pública via no programa uma solução para amenizar seu sofrimento. (Ricci, 1999, p. 81).

Segue uma tabela abordando a quantidade de municípios brasileiros que aderiram ao sindicalismo influenciado pelo programa, demonstrando o período que antecede bem como apresenta os dados iniciais do Prorural.

**Tabela 1- Aumento do número de sindicatos após o início do Prorural**

	Municípios brasileiros	Municípios c/ sindicatos	Municípios s/ sindicatos	Média de sócios por sindicato
Início de 1969	3959	705	3254	800
Final de 1971	3959	1045	2914	1132

Fonte: Revista CONTAG, 2003.

No primeiro ano de vigência desse programa houve um significativo aumento do número de municípios brasileiros com atuação de sindicalismo rural e conseqüentemente a aderência de sócios. Na figura abaixo, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, através de sua revista comemorativa de 40 anos exprime as leis e condicionantes que favoreceram a expansão do sindicalismo rural no Brasil.

**Figura 1 – Principais fatores que contribuíram para o crescimento do sindicato rural.**

**Principais fatores que contribuíram para o crescimento:**

- I - Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 02/03/1963);
- II - Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964);
- III - Reconhecimento da CONTAG (Decreto 53.517 de 31/01/1964);
- IV - Sindicalização Rural (Portaria Ministerial nº71, de 02/02/1965);
- V - Reforma Agrária - Ato Institucional nº9, de 25/04/1969;
- VI - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL (Decreto-Lei nº276, de 28/02/1967);
- VII - Enquadramento Sindical (Decreto-Lei nº789 de 26/08/1969 e Decreto-Lei nº1.166 de 15/04/1971);
- VIII - Programa de Redistribuição de Terras - PROTERRA (Decreto-Lei nº1.179 de 06/07/1971);
- IX - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL (Lei Complementar nº11 de 25/05/1971).

Fonte: CONTAG 40 ANOS, 2003, p. 91.

A Revista CONTAG 40 ANOS (2003) demonstra a partir desta figura, a gradação para o desenvolvimento do sindicalismo rural brasileiro, no entanto, ao analisar tais decretos não são verificadas contribuições essenciais ao movimento sindical brasileiro. O Estatuto do Trabalhador Rural Brasileiro foi a primeira

manifestação do Governo para iniciar a sindicalização dos mesmos que, no entanto arquitetado sob a influência da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) do período varguista tornou-se inoperante. O Estatuto da Terra, sugerido pelo Governo Goulart, mas consolidado pelo Governo Militar não havia qualquer avanço para a distribuição de terras. A CONTAG foi reconhecida em 1964, no entanto, em menos de dois anos sofreu intervenção militar como a maioria das federações estaduais. A existência da sindicalização rural no período da ditadura condicionou os sindicatos a uma postura passiva ante a repressão do próprio Governo. Os programas de reforma agrária nunca foram satisfatórios, os latifúndios continuaram caracterizando a dimensão do campo no Brasil. Os programas do Governo Militar como o FUNRURAL e PRORURAL neutralizou a luta efetiva do sindicalismo rural. Colletti (1998, p. 69) demonstra como as características deste último foram condicionantes sobre o movimento sindical rural:

[...] sem sombra de dúvida, o mecanismo mais perverso utilizado pelo regime ditatorial militar para destruir qualquer possibilidade de os sindicatos oficiais rurais converterem-se durante os anos 70, em instrumentos de organização e luta dos trabalhadores, foi a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), mas conhecido como Funrural. Dos 2.747 sindicatos de trabalhadores rurais recenseados em 1988, 1.206, ou seja, cerca de 44% deles, foram fundados no período de 1971 a 1980. Esse fenômeno, sem dúvida, em grande medida esteve relacionado aos convênios estabelecidos entre as entidades sindicais e o Prorural, através dos sindicatos foram transformados em verdadeiros postos de saúde e agências de encaminhamento de aposentadorias e pensões, a serviço do governo.

Para Abramovay (1982, p. 214 apud Coletti, 1998, p. 70) o programa organizado pelo Governo militar transformou os dirigentes sindicais em gerentes de uma agência assistencialista e distorceu a verdadeira função do sindicato, a saber: a representatividade dos trabalhadores. Os sindicatos foram transformados em postos de saúde, repartições vinculadas ao Governo visando à aposentadoria e pensionato. Dessa forma, diante das péssimas condições de vida e trabalho do campo, o trabalhador rural encontrou uma forma de diminuir seu sofrimento, ante as relações trabalhistas inadequadas, se vinculando ao sindicato em busca de assistencialismo. Como acontecia em diversos sindicatos rurais no Brasil.

Em Alagoas, o programa se tornou a principal função empreendida pelo sindicalismo rural alagoano. Tal função do sindicato foi objeto de interesse dos

políticos locais que o transformou em órgão de troca de votos e favores (MELLO, 1990, p. 159). A prestação de assistência odontológica, médica e jurídica constituiu a forma que inúmeros sindicatos operaram durante décadas. O principal benefício solicitado pelos trabalhadores foi a aposentadoria que, no entanto, era limitada para quem tivesse 65 anos sendo que a média da expectativa de vida do trabalhador rural atingia os 50 anos (RICCI, 1999, p. 81).

Dentro do contexto alagoano, Mello (1990, p. 160) discorre sobre esses serviços assistenciais tiveram caracterizaram o contexto alagoano de forma similar.

Em razão quase direta aos serviços assistenciais que prestaram, aumentou consideravelmente o número de sindicatos rurais no país. Somente em Alagoas durante a década de setenta, o número de entidades saltou de 27 para 68, abrindo uma frente para o surgimento de uma nova geração de dirigentes e lideranças. Boa parte dela, contudo, estava atrelada a referida ARENA e a estrutura local de poder.

Os sindicatos alagoanos, em sua maioria, durante o período militar, não representou qualquer ameaça aos privilégios dos fazendeiros e usineiros. Dificilmente existiu qualquer ganho efetivo para classe canavieira. Segundo, Rodrigues (1974, p. 149 apud Coletti, 1995, p.72) o sindicalismo rural brasileiro pode ser interpretado como um “sindicalismo burocrático-assistencial” estreitamente controlado por um “Estado autoritário-burocrático”. Percebemos como essa forma de conduzir a representatividade dos trabalhadores rurais limitou e desmobilizou as possíveis reivindicações políticas e profissionais. Diante da inatividade por parte da CONTAG, surgem críticas e oposição à sua estrutura sindical.

A estrutura trabalhista complicou ainda mais para o trabalhador canavieiro quando em 1973 o Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado pela lei nº 5.889 distinguindo e separando várias categorias de trabalhadores em permanentes e temporários. Assim, milhares de canavieiros passaram a ter um emprego temporário dificultando ainda mais sua qualidade de vida (GARCIA, 2007, p. 10).

O principal destaque da Igreja no período ditatorial militar se refere à Comissão Pastoral da Terra (CPT), grupo vinculado a Comissão Nacional dos Bispos de Brasil, e foi criada em 1975 a partir das lutas pela terra efetivadas na região amazônica. Seu trabalho foi estendido por outras regiões do país. Sua ação

não estava ligada ao assalariado rural, mas sim, atrelada aos pequenos produtores, defendendo a emergência da reforma agrária (MEDEIROS, 1989, p. 113).

A CPT tinha como base o cumprimento do Estatuto da Terra e, com isso, ajudava os trabalhadores rurais a alcançar os benefícios da lei instituída. Dentro de suas atuações vale ressaltar que, também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) correspondente a agentes religiosos que conduziam grupos de trabalhadores através da ministração da palavra para reflexões sobre suas condições de vida incentivando-os à organização (MEDEIROS, 1989, p. 12).

Verifica-se que além do Partido Comunista Brasileiro, da Ação Popular e dos Círculos Militares; o Estado foi fundamental na consolidação das práticas do sindicalismo rural brasileiro. Entre meados das décadas de 1960 e 1970 houve duas formas de ação movida pelo Governo Brasileiro que condicionaram arduamente a estrutura sindical rural. A primeira sob Governo Goulart, na busca das reformas de base alcançando o trabalhador rural brasileiro através da sindicalização, da criação do Estatuto do Trabalhador Rural e pela ação do CONSIR na fundação da CONTAG. Já a segunda ação movida pelo Estado é verificada no período militar marcado pela intervenção governamental a centenas de sindicatos rurais, pela repressão aos líderes sindicais, aprovação do Estatuto da Terra e PRORURAL. Todas essas ações promovidas pelo Estado influenciaram a trajetória do sindicalismo rural brasileiro e a consolidação de sua estrutura sindical.

Durante os primeiros 15 anos (1964-1979) da representatividade do sindicalismo rural brasileiro não ocorreram grandes controversas ou possibilidades de modificação de sua estrutura arquitetada pelo Governo. Foi apenas com o início da redemocratização, que setores da sociedade civil, cogitaram a contestação daquela estrutura. A questão relevante para entendermos as práticas do sindicalismo rural na contemporaneidade é a percepção de que fatores políticos como estes postos contribuíram efetivamente para seus posicionamentos enquanto entidade representativa de trabalhadores rurais.

No III CNTR, em 1979, a CPT participou solicitando uma reorientação por parte da CONTAG para modificação da estrutura sindical e de seus objetivos. Os principais pontos da ala oposicionista era a luta pela reforma agrária; a liberdade sindical devido ao aumento de incidências de conflitos entre camponeses e

latifundiários; e a dificuldade dos governos militares em cumprir efetivamente o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). A comissão criticava a estrutura sindical oficial e a hierarquização do poder sindical, era totalmente contrária a utilização das instituições estatais para a resolução dos conflitos (RICCI, 1999, p. 98).

Após o III congresso, a confederação orientou as federações a utilizarem a lei de greve prevista no artigo 158 da Constituição federal cujo objetivo era abrir diálogo com as instâncias governamentais. Foi enfatizada como prática efetiva do sindicalismo rural brasileiro a resolução de conflitos utilizando as esferas do executivo e do judiciário. O Estatuto da Terra foi indicado como forma de reivindicar a reforma agrária. A estrutura sindical, desta forma, mantinha seu comportamento pautado nos recursos legais (CONTAG 40 ANOS, 2003).

Sabe-se que o estado de Alagoas tem sua política e economia contemporânea vinculada ao seu passado histórico. Por conta das próprias relações sociais forjadas desde o período colonial, passando pelo império e se consolidando na república. Assim independente da urbanização ocorrida em solo alagoano ou da institucionalização democráticas, as relações ruralistas como o coronelismo e clientelismo são fortes em definir a pauta das relações de trabalho.

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com a ascensão do “novo sindicalismo”, surge a possibilidade de contestação do modelo de sindicato criado no Governo Vargas na década de 1940 e consolidado na ditadura militar (ANTUNES, 1995). A nova concepção sindical não se restringia as mesmas estratégias ou imobilidade posta no regime militar. Com isso, o avanço das contestações da ordem vigente converge para o início do processo de redemocratização. Além disso, muitos movimentos sociais emergem em cena, ocorrem greves em vários estados, surgem diversas centrais sindicais. Momento propício para romper com toda estrutura histórica marcada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial em detrimento do trabalhador (ROSSI; GERAB, 2009). No âmbito rural surgem greves dos canavieiros em vários locais do país com destaque para Pernambuco em outubro de 1979 envolvendo 20 mil trabalhadores rurais nos municípios de São Lourenço da Mata e Paudalho (MEDEIROS, 1989).

Um significado avanço nesse período foi o início das convenções coletivas em várias regiões do país. A partir das greves e conflitos ocorridos em Carpina,

município de Pernambuco, em busca dos direitos garantidos no ETR, foi iniciado as reuniões referentes às convenções coletivas naquela região. Este fato influenciou outras cidades pernambucanas bem como sindicatos por todo país. Além disso, várias federações passaram a organizar convenções coletivas de canavieiros. Em Alagoas foi realizada a primeira convenção coletiva dos canavieiros associada a outras federações, contudo sem a participação efetiva da liderança sindical de municípios alagoanos. Fato que distingue Alagoas dos demais estados, pois havia grandes mobilizações para os acordos coletivos espalhados pelo nordeste. Os problemas sofridos pelo trabalhador rural alagoano se intensificaram durante toda essa década devido aos planos agrícolas elaborados pelo Governo que apenas satisfazia a classe empresária. Um dos motivos para a inoperância das lutas sociais no estado seria a presença de práticas sindicais muito subservientes no estado. Sobre o tema da cultura sindical alagoana, Mello (1990, p. 36) comenta:

É certo que no pequeno espaço social alagoano o desenvolvimento da consciência pública sempre esteve, conforme visto, mesclado ao da consciência familiar, privilegiando interesses privados associados a partir de laços de solidariedade pessoal, tendendo a isolar grupos sociais alheios e a controlar a emergência de novas instituições. Aliás, numa dimensão mais ampla, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil associado às políticas públicas canavieiras favoreceu a reprodução da dominação tradicional local.

As práticas da cultura sindical alagoana desse período é, até certo, ponto uma continuação da mesma lógica verificada desde as primeiras décadas do século XX marcada pela autoridade patronal. E apesar da ascensão de Vargas no governo, alterando, de certa forma, a política e economia no país, no Estado de Alagoas não houve significativa mudança, pois a classe proprietária reafirmou seu domínio (idem, p. 40).

O avanço dos movimentos sociais foi consolidado numa conferência em que participaram várias frentes de lutas. Em 1981, foi organizada a I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) surgindo o debate sobre a postura dos sindicatos brasileiros. Houve duas correntes distintas que se antagonizaram nas discussões: um grupo defendia um sindicalismo mais combativo (bloco que futuramente fundaria a CUT em 1983); por outro lado, líderes advogando por uma representatividade mais conciliadora. Dentre esse último grupo se destacou notoriamente o então presidente da confederação nacional José Francisco da Silva

(SILVA, 1997, p. 31). A CONTAG, em sua trajetória histórica, não possuiu a política de reivindicação em confronto com o Estado, cumpria sua concepção sindical fundamentada nas legislações. Pautava a coordenação dos sindicatos em divulgar a legalidade, não poderia assim compactuar com uma central sindical surgida no espectro da contestação. Sendo assim, aliou-se ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (CONTAG 40 ANOS, 2003).

Em 1984, assumiu como presidente da FETAG-AL, Luís Ormino da Silva, sob indicação da então Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Já tinha ocupado vários cargos na direção da organização, era o então presidente-interventor no sindicato do município de São Miguel dos Campos. A federação alagoana, nos primeiros anos da década de 1980, continuou firmando frágeis acordos enquanto outras federações do nordeste tinham ações bem significantes como na Paraíba que se realizou em 1985 “O Encontro dos Canavieiros”. Neste encontro, houve severa crítica sobre a postura de distanciamento da CONTAG para com os STRs de todo Brasil. Por mais que a Confederação organizasse congressos para influenciar as práticas e estratégias das federações brasileiras não possuía total controle sobre as posturas dos diversos líderes que em muitos momentos contestaram os posicionamentos contaguianos (PESQUISA, 2007).

Nas convenções coletivas dos assalariados rurais articuladas em Alagoas não houve significativa participação das lideranças. Este fato é demonstrado na participação dos presidentes sindicais nos municípios do Estado, apenas 15 STRs representados num universo de quase 60 sindicatos daquele período. Fato que impressiona devido à ascensão do sindicalismo brasileiro. Surgia em todo Brasil, em vários setores profissionais uma elevação no índice de greves e reivindicações (impulsionado pela redemocratização). No âmbito rural ocorreu a ascensão do “modelo pernambucano” do sindicalismo rural mais reivindicativo pautado na disputa por melhores condições de trabalho através das convenções coletivas, que inclusive, influenciou a própria Confederação posteriormente (ROSA, 2011). O sindicalismo rural alagoano parecia alheio a tudo que ocorria no cenário trabalhista daquele período, mantendo-se numa atitude passiva (MELLO, 2002: p. 171).

O IV Congresso da CONTAG ocorreu em 1985 e sob a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) por todo Brasil,

consequentemente, foi discutido plenamente a questão da reforma agrária. Nesse congresso foi aprovada a realização de eleições para todas as instâncias do sindicalismo rural brasileiro. Vivia-se um período de transição e os movimentos sociais como também sindicatos passaram a ter uma postura mais eloquente diante da busca por seus objetivos. Nesse momento, o sindicalismo alagoano passou a ter uma relação mais próxima com a Confederação. No entanto, sua estratégia estava baseada numa maior relação com o Estado e às suas demandas institucionais. Na visão de grande parte dos teóricos se referia a um posicionamento ultrapassado diante da redemocratização. Coletti adverte que mesmo tendo finalizado a ditadura militar, a estratégia sindical pautada no período militar continuou sendo utilizada nos sindicatos rurais e exemplifica citando o estado de Alagoas. Segundo Coletti, (1998, p. 69):

Em 1986, por exemplo, a CONTAG levou seu “modelo de ação sindical” pela primeira vez, para o estado de Alagoas. Ou seja, se num primeiro momento a repressão do regime ditatorial militar poderia justificar a prudência legalista do sindicalismo oficial rural, (...) essa justificativa foi cada vez perdendo todo e qualquer sentido.

A CONTAG passava a ter uma maior autonomia devido à abertura política e com isso atuando de forma mais eficiente sobre os sindicatos. Entre 1987 e 1989, apesar de resistir às campanhas unificadas entre as federações, representantes alagoanos firmavam os acordos em convenções coletivas dos canavieiros unificados com outros estados do nordeste sob a supervisão da confederação (MELLO, 2002, p. 169).

Em 1988 foi realizado o III congresso da CUT e ocorreram algumas mudanças ideológicas em torno dessa organização. Se nos finais da década de 1970 esta central sindical surgia influenciando grande parte do sindicalismo brasileiro por sua contestação a toda estrutura sindical arquetizada desde décadas anteriores. A partir desse congresso, as decisões tomadas passaram a se conformar com manutenção do “sindicalismo de Estado”, ou seja, toda estrutura que submete a representatividade dos trabalhadores à organização estatal. A CUT afirmou a unicidade sindical e se opôs à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tomava postura contrária à unicidade defendendo a pluralidade dos sindicatos numa dada região. Para alguns teóricos, a pluralidade sindical

possibilita aos trabalhadores a uma maior autonomia diante do Estado (BOITO JÚNIOR, 2005, p. 75).

A constituição de 1988 consolida ainda mais a estrutura sindical brasileira. Se por um lado, garantiu o direito à greve no artigo 9º “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Por outro lado, contudo, limitou o direito conferido no mesmo artigo, no parágrafo seguinte: “[...] o direito de greve é relativo e só se admite quando justificado por sua finalidade social”. Reconhecendo e consolidando também questão da unicidade sindical (BATALHA; BATALHA, 1994, p. 225).

Sobre o tema Boito Júnior (2005, p. 114) confirma a insuficiência da constituição “cidadã” para o desenvolvimento pleno dos sindicatos:

A constituição de 1988 elevou os principais elementos da estrutura sindical, que anteriormente eram normas contidas na CLT, à condição de normas constitucionais. A Constituição manteve, no seu artigo 8º, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado, a unicidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios; nos seus artigos 111º, 112º, 113º e 114º manteve a mesma estrutura básica da Justiça do Trabalho e a sua tutela sobre o movimento sindical.

A Carta Magna, apesar de se perceber muitos avanços em diversos setores, não capacitou efetivamente o sindicalismo brasileiro a uma total independência ante os controles estatais que lhes submetiam desde décadas anteriores. Assim, é possível elencar características que determinaram até certo ponto a insuficiência da representação sindical no Brasil. Boito Júnior (1991 apud Coletti, 1998, p. 38) reconhece que:

[...] a característica fundamental do sindicalismo de Estado brasileiro, constituído pelos sindicatos oficiais, federações, confederações e Justiça do Trabalho, é a “investidura sindical”, ou seja, a necessidade de reconhecimento do sindicato pelo estado, que é quem lhe outorga a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os capitalistas e seus representantes. Uma segunda característica do sindicalismo de Estado, derivada da primeira, e que facilita o controle do sindicato oficial, é a unicidade sindical, isto é, o monopólio legal da representação sindical concedida pelo Estado ao sindicato oficial – trata-se do sindicato único estabelecido em lei. Por fim, há ainda um terceiro elemento, também derivado da “investidura sindical”: as “contribuições” obrigatórias estabelecidas por lei – imposto sindical, taxa assistencial e “contribuição” federativa. Tais “contribuições” constituem uma espécie de poder tributário concedido pelo estado e não dos trabalhadores.

A nova constituição contribuiu para a emergência de inúmeros movimentos sociais em todo o país. Entre as décadas de 1980 e 1990, movimentos sociais autônomos, não vinculados ao Governo Federal, passaram atuar em municípios alagoanos. Tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como a CPT se voltaram de forma mais efetiva para Alagoas. É fundada, em 1988, a Comissão de Formação Sindical (CFC) numa parceria entre aquelas organizações e o Movimento de Mulheres do Sertão. Esses órgãos tinham por interesse a politização dos camponeses bem como a ação imediata para a reforma agrária. Em 1993 diante da necessidade de organizar frentes para luta da posse de terras a CUT organizou em Maceió um encontro envolvendo lideranças de várias categorias de trabalhadores rurais (MELLO, 2002, p. 174).

No Quinto CNTR, em 1991, foi eleito presidente da confederação nacional Francisco Urbano, sindicalista do Rio Grande do Norte. Neste congresso houve um aumento significativo no número de participantes, a massa de trabalhadores passou a ter acesso às discussões da confederação. Foi debatida a necessidade de associação a uma central sindical, sendo escolhida a CUT. O sexto Congresso, em 1995, foi enfatizada a participação das mulheres nas diretorias do movimento sindical sendo posto mais um “T” no título do movimento passando a ser “Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais” (MSTTR). Nesse mesmo congresso foi inserida no rol de atribuições da organização a categoria dos agricultores familiares e houve uma abertura maior para os jovens e para os camponeses da terceira idade.

E por fim, foi nesse congresso que a CONTAG se filiou à CUT. Em 1995 a tornou-se oficial a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, sendo a coordenadora nacional, a pernambucana Margarida Maria Alves da Silva (CONTAG 40 ANOS). Em 1997, no âmbito alagoano Antonio Vitorino da Silva assumiu a presidência da FETAG-AL devido ao falecimento do presidente em exercício José Benedito da Silva. Antonio Vitorino, suplente da diretoria da federação, era membro fundador e então presidente do STTR de Ibateguara. Nas eleições de 1999 foi eleito, em chapa única, presidente da federação.

O objetivo desse capítulo foi demonstrar através da bibliografia especializada que o sindicalismo rural alagoano foi possuidor de características que

ultrapassaram a lógica do sindicalismo rural brasileiro. Como a maioria dos sindicatos rurais no país, a representação sindical nesse Estado, foi condicionada fortemente pelo intermédio da Igreja Católica, do Partido Comunista e do Governo Federal. Este último atuou sobre o sindicalismo rural brasileiro através das legislações implantadas como o ETR e o ET. A representação sindical alagoana, no entanto, foi construída sob a forte repressão não só das autoridades militares, mas também de alguns proprietários de usinas e fornecedores de cana. Exerciam o controle dos sindicatos, pois em muitos municípios os próprios empregadores organizavam o pleito eleitoral. A dominação social tradicional se manteve no âmbito do sindicalismo rural estruturando suas práticas sindicais e arquitetando a cultura política.

## **2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO**

O sindicalismo rural alagoano, como já exposto no primeiro capítulo do presente trabalho, emergiu condicionado a partir de organizações como PCB, AP e SOR, consolidado e estruturado pelo Estado através de sua legislação bem como pela articulação da CONTAG mediante dos seus congressos. Foi influenciado pela cultura sindical local. Esses fatores condicionaram em certa medida o avanço ou retrocesso da representação sindical no Estado de Alagoas. Contudo, constatou-se ainda, no decorrer dessa pesquisa, outros fatores gritantes que pautaram antigas práticas sindicais e têm determinado as recentes estratégias do sindicalismo rural, a saber: a progressiva modernização do setor sucroalcooleiro no decorrer das décadas, a desregulamentação estatal e a reestruturação produtiva.

Novas perspectivas econômicas surgiram no cenário produtivo perfazendo os governos nacionais a buscar novas soluções para dinamizar o mercado internacional. O governo brasileiro passou a tomar novas medidas que diminuem sua intransigência sobre o agronegócio. Tal cenário produtivo se configurou arduamente nas últimas décadas do século XX alicerçado nas recentes práticas. O Governo Nacional orquestrado pela dinâmica internacional segue a linha do distanciamento da economia incentivando variadas instituições e movimentos sociais a um período de refluxo e reflexão. Além dessas mudanças estruturais ocasionadas numa dimensão econômica, surgem também transformações dentro da lógica trabalhista. Muitas leis são alteradas visando contribuir para o fortalecimento das empresas em detrimento do trabalhador.

Podemos interpretar a modernização do agronegócio canavieiro entre o final do século XX e início do XXI tanto como uma continuação ou como uma ruptura dos modelos modernizantes antecedentes. Ruptura, porque é a primeira vez que o Governo Brasileiro se desvinculou consideravelmente do setor sucroalcooleiro gerando a desregulamentação posta. Continuação, porque a busca pela modernização (tal qual tem vigorado) sempre foi uma tendência da cultura de cana-

de-açúcar. Desde os primórdios, na época da colonização<sup>7</sup>, passando pelo período imperial e chegando à república existia a prática de aprimorar a cultura da cana e seus derivados. Principalmente a partir da década de 1930 quando são criados vários programas visando o aperfeiçoamento do setor.

Os subsídios governamentais foram utilizados desde o período imperial<sup>8</sup> visando o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar. Mas foi a partir da grande crise ocasionada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929 que o governo brasileiro seguindo a postura política de vários países, passou a vistoriar e controlar diversos setores da economia dentre os quais, o setor canavieiro. As primeiras ações do Governo se deram em 1931 criando duas comissões: Comissão de Estudos sobre o Álcool e Motor e a Comissão de Defesa da Produção Açucareira. Essas comissões segundo Mello, (2002, p. 56) tinham:

[...] como atribuições desenvolver estudos e recomendações ao governo federal acerca do comércio internacional do açúcar, dos preços praticados no mercado interno, fornecer estatísticas de produção e introduzir mecanismos para incentivar tanto a produção como a comercialização, acenando para uma concepção integrada de política para as atividades canavieiras.

O Governo Brasileiro estabeleceu metas a fim de conhecer melhor o setor canavieiro visando uma intervenção pautada pela concessão de subsídios objetivando o crescimento da atividade canavieira. A partir daquelas comissões federais, em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) beneficiando os

---

<sup>7</sup> Os primeiros engenhos em Alagoas sugeriram onde hoje estão localizados nos municípios Marechal Deodoro, Pilar e Santa Luzia do Norte. Como se sabe ao passar do tempo os engenhos foram se multiplicando. Em 1774 já eram registrados 73 engenhos no que viria ser o Estado de Alagoas espalhados por vários futuros municípios desde a região norte em Porto Calvo até Penedo. Na região Alagoana os vales mais férteis foram dedicados à cana-de-açúcar, enquanto as outras áreas se restringiam a criação de gado ou os demais cultivos. (HEREDIA, 1988, p. 35)

<sup>8</sup> Com o surgimento das usinas gradativamente os antigos engenhos foram absorvidos por aqueles surgindo inclusive certas crises e conflitos entre os Senhores de engenho e os usineiros. A disputa é antiga, ainda no início da década de 1890 sob a intervenção do Estado, foram concedido créditos para melhorar os equipamentos dos engenhos, surgindo assim as primeiras usinas. Antes disso, em 1857, foi discutida a possibilidade de serem criados “engenhos centrais” objetivando superar a crise na produção e alavancar a produção. Com o surgimento da usina, fomentavam-se também novas relações de trabalho arquitetadas numa hierarquia burocrática. Foram contratados novos profissionais como o gerente e etc. e suplantados antigas funções com o empreiteiro. Percebe-se que desde o período imperial no Brasil a intervenção do Estado sobre a produção agrária foi uma constante. Apesar dessa interferência favorecer sempre a classe produtora em prejuízo daqueles que trabalhavam (idem, p.73).

produtores brasileiros. Tinha caráter regulador, fiscalizador e protecionista. Uma de suas primeiras e significativas intervenções se deu em 1941 quando é criado o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) visando à organização das relações comerciais entre produtores, fornecedores bem como as questões trabalhistas. Nesse texto, as usinas foram determinadas a comprar dos fornecedores no mínimo 50% das canas que utilizavam em suas produções. Com isso, o governo visava equilibrar o mercado de compra e venda de cana-de-açúcar, contribuir para que os donos de terras que não possuíam usinas pudessem vender sua produção e evitar que as grandes empresas expandissem seus limites gerando falências nos pequenos e médios produtores.

O ELC surgiu visando solucionar questões comerciais dos usineiros e fornecedores como também a articulação do mercado entre as regiões sudeste e nordeste. O instituto conseguiu estabelecer a divisão de abastecimento nacional e internacional entre as regiões produtoras. Os produtores paulistas abasteciam o grande mercado do sudeste, enquanto os produtores nordestinos forneciam para o pequeno mercado nordestino e exportava para algumas regiões (MELLO, 2002, p. 59). Contudo, apesar das intensões pontuais sobre a harmonização econômica entre pequenos e grandes empresários, ocorreu considerável crise para os fornecedores desprovidos de alto capital. Diante dos impasses e na busca pela defesa de seus negócios tanto usineiros quanto fornecedores fundaram associações e sindicatos visando uma melhor defesa dos seus interesses. O estatuto possuía também leis relevantes para os trabalhadores visando uma melhor condição de vida e de trabalho, contudo, o IAA não conseguiu efetivar a legislação prevista para os trabalhadores rurais (CARVALHO, 2009, p. 22).

Após o fim da Segunda Grande Guerra em 1945, muitos países, dentre os quais os Estados Unidos da América (EUA), passaram a investir e subsidiar seus respectivos setores agrícolas surgindo certa concepção protecionista ascendendo novas formas de produção visando o aprimoramento agrícola. Teóricos passaram a definir esse período como Revolução Verde ou Segunda Revolução Agrícola<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A primeira revolução remete os fins do período feudal (perspectiva europeia) marcado pelas relações servis entre os senhores donos de terras e os camponeses. Entre os séculos XVI e XIX houve um forte aumento da produção no setor agrícola em vários países da Europa atingindo melhores qualificações na produção de alimentos com fins de exportação comercial. O lucro obtido com a venda dos alimentos foi precondição para o surgimento da Revolução Industrial que teve seu

Consequentemente diminuíram as ofertas de trabalho no campo desencadeando o processo de migração de camponeses para os grandes centros urbanos. Agricultores de médio porte perderam espaço no mercado, devido a forte concorrência e a dificuldade de se adaptar às novas formas de produção.

A modernização no campo desse período foi uma tendência global. Assim, no final da década de 1950, os pesquisadores John Davis e Ray Golberg passaram a utilizar o termo *agribusiness* (agronegócio) se referindo à estrutura produtiva e distributiva dos produtos agrícolas. Tal termo passou a ser empregado nos estudos sobre o tema com referência ao modelo moderno de empresa agrícola que se interliga a vários setores. Nesse período surgiram fortes mudanças, além da mecanização introduzida largamente no campo foram utilizados produtos químicos como fertilizantes visando o aprimoramento da produção (BRUM; MULLER, (org.) 2008, p. 50).

Outra brusca transformação, nessa nova fase, foi a especialização sobre determinadas culturas a serem produzidas, pois empresários passaram a focar em determinados produtos para a exportação, surgindo com isso, uma estrutura organizada similar à produtividade industrial urbana. Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das linhas de produção na agricultura surgiram diversas empresas com a finalidade de oferecer suportes ao agronegócio como fábricas de fertilizantes e inseticidas, indústrias extrativas, fábricas de máquinas e etc. (idem).

Na América Latina, essa fase foi caracterizada pelo aprofundamento dos problemas sociais no campo tanto no setor agrícola como pecuarista. Os governos nacionais passaram a agir com maior ênfase sobre a produção agrícola e contribuíram com subsídios para os setores privados e assim conseguiram uma melhor qualidade baseado na tecnologia e inovações químicas (SAUER, 2010, p. 29).

A partir da década de 1950 ocorreu uma expansão do cultivo de cana-de-açúcar no Estado de Alagoas. Até esse período, a cana era cultivada nos vales próximos aos rios, leves colinas e nas regiões da Mata Atlântica. Os empresários

---

início na Inglaterra, posteriormente expandido para outros países da Europa (BRUM; MULLER, (org.), 2008, p. 47).

alagoanos passaram a utilizar a região dos tabuleiros<sup>10</sup>. Esta, antes era considerada improdutivo, mas ao sofrer a introdução de fertilizantes, essas terras aplainadas passaram a ser largamente utilizadas e ainda favoreceram bastante a utilização de máquinas, ampliando consideravelmente a produção. A utilização da região dos tabuleiros pelas usinas ocasionou o deslocamento da criação de gados para as terras do interior do estado. Diante do sucesso do emprego da cultura da cana naquela região, pequenos agricultores sofreram expropriação de suas terras e roçados. Para Heredia, (1988, p. 175):

A descoberta da possibilidade do cultivo da cana nos tabuleiros e a posterior expansão desse cultivo foi inicialmente empreendida pelos senhores de engenho, mas tal processo foi, de fato, levado adiante fundamentalmente pelas usinas: o alto custo do desmatamento e da utilização de adubos químicos exigia grandes investimentos para tornar possível a incorporação dos tabuleiros. Esse fato, por sua vez, acentuou a distância já existente, do ponto de vista econômico, entre os senhores de engenho e os usineiros. Na verdade, essa diferença se fará mais clara somente no final dos anos 1960, quando ela passa a se expressar tanto em termos da extensão de terras controladas pelas usinas quanto, e fundamentalmente, do maior rendimento por hectare plantado em consequência da mecanização introduzida no processo agrícola.

Foi com o investimento estatal que se consolidou a expansão canavieira. Isso demonstra a forte dependência dos empresários do setor para com o governo. Ficando evidente o paradoxo do sistema produtivo: o desenvolvimento provocou a expulsão de milhares de pequenos produtores transformando-os em assalariados. A Usina Sinibu foi pioneira na busca por novas terras que favorecessem a expansão efetiva do cultivo de cana. A usina Coruripe seguiu a mesma lógica e conseqüentemente outras usinas fizeram o mesmo. Com a incorporação dos tabuleiros pelas empresas canavieiras ocorreu a expulsão de milhares de pequenos produtores, moradores, foreiros de seus sítios e roçados. A expansão do cultivo de cana representou na década de 1950 e principalmente nas décadas seguintes uma forte produtividade favorecendo o acúmulo de capital. No entanto, gerou problemas ambientais e falências. Houve o desmatamento de grande parte de terras especialmente da Mata Atlântica e a degradação do solo devido ao uso de

---

<sup>10</sup>Os tabuleiros se estendiam entre o interior e o litoral com 20 a 50 quilômetros de largura. Com altura média entre 50 e 200 metros. São encontrados desde Rio Grande do Norte até Sergipe. Além das regiões dos tabuleiros a cana adentrou cidades do interior marcadas pelo agreste ou pelo sertão, pois tais regiões foram utilizadas a base de fertilizantes e com o emprego das máquinas e isso viabilizava a produção (HEREDIA, 1988, p. 28; MELLO, 2002, p. 61).

fertilizantes. Todas as usinas alagoanas foram beneficiadas pelo IAA, no entanto apenas 100 fornecedores de cana no total de mais de 4.000 foram contemplados efetivamente. Isso demonstra como o aprimoramento produtivo suplantou também proprietários de terras que não conseguiram efetivar concorrência (HEREDIA, 1988, p. 67).

No início da década de 1960 ocorreu uma ruptura econômica entre os governos estadunidense e cubano devido à nova concepção política adotada pelos caribenhos mediante a revolução social ocorrida no final da década anterior. O governo brasileiro, com isso, passou a investir com mais afinco no setor canavieiro objetivando a associação com mercado americano. Foi criado o Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira em 1961 e o Fundo de Racionalização da agroindústria Canavieira do Nordeste (FUNAGRO) incentivando as usinas brasileiras a absorver o mercado internacional (LIMA, 1998, p. 34). No final da década anterior, o Brasil conseguia exportar 12 mil toneladas de açúcar, mas a partir de 1963 passou a exportar 717 mil toneladas. Diante do forte avanço produtivo e comercial internacional o Governo incentivou ainda mais o crescimento da agroindústria nacional criando em 1965 o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional e o Fundo Especial de Exportação. Esses planos visavam a expansão do setor canavieiro bem como o aprimoramento técnico (CARVALHO, 2009, p. 27).

Tais ações beneficiavam sempre os grandes latifundiários sobre os interesses dos pequenos produtores (HEREDIA, 1988, p. 68). Houve concessões de crédito, pesquisas para aprimoramento da cultura de cana-de-açúcar e assistência tecnológica. Muitos programas e fundos foram criados nas décadas seguintes visando beneficiar o setor produtivo. No entanto, houve concentração de terras, êxodo rural e conflitos. O campo se adequou às exigências industriais com o propósito de favorecer a dinâmica comercial em detrimento dos aspectos sociais e ambientais (SAUER, 2010, p. 30). No espaço canavieiro alagoano, o IAA não conseguiu minimizar ou desconstruir a desigualdade social posta, pelo contrário, ocorreu um aprofundamento dos problemas sociais (MELLO, 2002, p. 57).

O Instituto do açúcar e do álcool teve forte parcela de responsabilidade pelas relações sociais consolidadas em Alagoas como a permanência da dominação social tipo tradicional, pois contribuiu muito para o fortalecimento da aliança entre os

grandes proprietários de terras e usineiros representando a perpetuação dos mesmos grupos familiares no poder econômico do estado por quase todo século XX. A expansão da agroindústria no campo gerou problemas e conflitos em todo Brasil, mas diferente de outras regiões em Alagoas houve poucos conflitos no campo nesse período.

Na década de 1970, três programas contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro brasileiro: Programa de Racionalização, Planalsucar e o Proálcool. Em 1971 entrou em vigor o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira. Esse programa surgiu como forma de reorientar e maximizar os planos anteriores e até certo ponto modificar sua política agrícola. Os investimentos foram destinados às usinas dotadas de maiores condições em ampliar suas produções. No mesmo ano foi criado o Programa Nacional de melhoramento da cana-de-açúcar (Planalsucar) voltados ao melhoramento genético. Foram realizados testes com inúmeros tipos de cana e buscando sempre a melhor qualidade. Buscava-se um tipo de cana com alto nível de sacarose e que fosse resistente às pragas. Passou-se a intensificar o uso de fertilizantes e adubos químicos cada vez mais sofisticados. O Planalsucar também desenvolveu carros e máquinas para a adaptação ao solo arenoso dos tabuleiros nordestinos. As usinas recebiam subsídios para a modernização da Agricultura. Nos cinco primeiros anos da década de 1970 o Governo Brasileiro investiu cerca de três bilhões de dólares (CARVALHO, 2009, p. 31).

Sobre o Planalsucar e as articulações em Alagoas, Mello (2002, p. 65) argumenta:

Ainda na década de 70, através do IAA, tinha sido introduzido o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de Açúcar (Planalsucar), objetivando incentivar a modernização da produção com um programa de melhoramento genético. Na esteira do referido programa, foi criada a Estação Experimental de Cana-de Açúcar de Alagoas (EECAA) monitorando a introdução de novas variedades de cana, dotadas de maior longevidade e produtividade, promovendo assim uma renovação de quase todos os canaviais. Além da chegada de novas técnicas de irrigação, novos processos de corte e colheita, consolidava-se o pagamento da cana pelo teor de sacarose, de acordo com as crescentes demandas industriais. Nessa direção, mais subsídios foram repassados para os grupos empresariais locais.

Em Alagoas muitas usinas surgiram, outras foram consolidadas através da expansão de suas propriedades. O Instituto buscava aumentar a produtividade das

usinas, mas pregava a necessidade de reduzir os gastos. O Programa de Racionalização incentivava a fusão de usinas com pouca produção com usinas maiores visando o aumento de produção. A Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Alagoas (EECAA) contribuiu fortemente para o aperfeiçoamento da cana produzida no Estado de Alagoas. Nesse período, o IAA incentivava a expansão das usinas para a região do norte do Estado. Quase 1/3 da produção alagoana desse período vinha das usinas Roçadinho II, Seresta, Guaxuma, Sumaúma e Triunfo (HEREDIA, 1988, p. 68).

A década de 1970 foi marcada por uma forte crise econômica mundial ocasionada pelo aumento no preço do barril de petróleo. Com isso, o governo brasileiro passou a investir na produção de álcool como combustível alternativo visando sanar os problemas como também propiciar produto para a exportação. Em 1975 foi criado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) objetivando o avanço da produção de álcool como energia alternativa. Dessa forma, o álcool proveniente da cana adentrava as indústrias de automóvel, de bens, de capitais, de transportes e etc. Todo investimento governamental do Proálcool se deu em torno de sete bilhões de dólares durante a existência do programa (LIMA, 1998, p. 35).

Nesse período, no Estado de Alagoas, quase todas as usinas conseguiram anexar destilarias (CARVALHO, 2009, p. 42). Concomitantemente ao avanço industrial canavieiro foi instalada no Estado uma indústria química (Salgema Indústrias Químicas S.A.) que passou a utilizar o bagaço da cana em seu complexo industrial bem como o álcool como fonte energética favorecendo ainda mais o consumo sucroalcooleiro na região (MELLO, 1990, p. 54). A agroindústria canavieira prosperou bastante, porém, a realidade social continuava com fortes problemas. Os cortadores de cana não receberam qualquer benefício do governo ou melhores condições de trabalho dos empresários.

Nos cinco primeiros anos da década de 1980 houve forte crescimento na produção de álcool no país. O consumo era, sobretudo, voltado para o setor automobilístico. Em 1985, por exemplo, foram comercializados mais de seiscentos mil carros a álcool no país. A produção chegou nesse período a atingir quase 10 bilhões de litros de álcool. Com isso, o cultivo de cana era expandido em todo o

Brasil. Em São Paulo, por exemplo, 1/3 das terras cultiváveis eram de cana-de-açúcar (CHIOVETTI, 2000).

O Proálcool possibilitou ao estado de Alagoas superar Pernambuco na produção de álcool. “Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiou com o Proálcool, recebendo 7% dos projetos e 8,1% dos recursos destinados ao programa” (CARVALHO 2009, P.42). Devido ao forte crescimento no setor sucroalcooleiro alagoano, emergiu no estado diversas indústrias ligadas à manutenção da estrutura como fábricas de fertilizantes químicos, indústrias metalúrgicas e etc. Contudo, o programa evidenciava contradições: Segundo Mello, (2002, p. 64):

Ao objetivo principal, agregar-se-iam outras metas socioeconômicas: geração de empregos, contenção do êxodo rural, diminuição das disparidades regionais. Tudo isso incentivaria tanto a produção do parque industrial automobilístico instalado no país como a indústria de máquinas e equipamentos para o campo e para a construção e moagem de destilarias. Contudo, sob a égide monopolista e sob uma conjuntura política autoritária, o Proálcool privilegiou os grandes projetos, consolidando os grupos empresariais mais fortes; concentrou terras e capitais, expulsando pequenos proprietários, ocupando áreas anteriormente destinadas à produção de alimentos, deslocada para terras mais distantes e menos férteis; intensificou taxas de exploração do trabalho assalariado sem que fosse ampliada a oferta de novos empregos, como se previa em virtude da crescente mecanização agrícola, afora incomensuráveis danos ambientais.

O discurso dos gestores do Proálcool enfatizava as questões sociais, contudo, os trabalhadores sofreram as mesmas mazelas de décadas anteriores. Muitos trabalhadores alagoanos foram expropriados, pois tiveram seus sítios tomados pela cana, com isso não lhes restando outra opção senão o trabalho assalariado. Em Atalaia, município alagoano, por exemplo, o grupo João Lyra havia comprado a Usina Uruba e efetuou a expropriação de 90% das casas (HEREDIA, 1988, p. 74).

De forma geral, os planos e fundos do Governo Federal a partir do IAA contribuíram para: a ampliação da exportação, modernização das usinas, aperfeiçoamento da qualidade da cana-de-açúcar, expansão de terras para o plantio, redução de custos dentre outros. Não obstante, em meados da década de 1980, a produção de álcool começa a decair no Brasil devido ao aumento da produção de petróleo e à queda de preço desse produto no cenário internacional. No final da década, o setor sucroalcooleiro se afastou da produção de álcool e passou a

produzir açúcar na tentativa de vencer a crise. O declínio oficial veio com o anúncio em 1986 do Governo Sarney reduzindo os créditos para o setor agrícola e cobrando os impostos não repassados para o Estado (MELLO, 2002, p. 67).

O setor sucroalcooleiro foi sempre vistoriado e controlado desde a época do início do IAA. Porém, o Estado diminuiu vertiginosamente a concessão de créditos para o setor, cessou a intervenção sobre os preços dos produtos (açúcar e álcool); houve significativa abertura do mercado às empresas estrangeiras, e as exportações passaram a ser geridas pelas próprias usinas (CARVALHO, 2009, p.48). Uma das soluções encontradas pelos empresários do setor sucroalcooleiro foi ampliar a qualificação do produto; as usinas buscaram outros tipos de qualidade de açúcar para tentar diferenciar dos outros locais de produção e com isso efetivar uma concorrência internacional (CHIVETTI, 2000, p, 159).

Concomitantemente à desregulamentação anunciada pelo Governo Sarney, no início da década de 1990, o Governo Collor lança o programa brasileiro da qualidade e produtividade seguindo a lógica do toyotismo Japonês. Com isso buscava a aderência das empresas nacionais à produção reestruturada. Dentro da perspectiva de produção vale ressaltar duas fortes vertentes que influenciaram fortemente no século XX as inúmeras indústrias, empresas, e conseqüentemente, o agronegócio: O Fordismo<sup>11</sup> e Toyotismo; muito embora saibamos que outros processos produtivos emergiram como neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo etc. Ocorreu, então, uma adequação de inúmeros mercados que se vincularam aos novos padrões de produtividade se adaptando às lógicas do mercado visando sempre à acumulação (ANTUNES, 2003).

Segundo Santos (2010, p. 78), o fordismo representou a hegemonia produtiva de grande parte do século XX alçado com a tendência da social democracia que apaziguava os confrontos entre o capital e trabalho. Com uma produção a baixo custo conseguiu garantir forte parcela de riqueza para as empresas que aderissem o método das organizações de trabalho. No entanto, a partir da década de 1970,

---

<sup>11</sup> O fordismo foi uma tendência produtiva arquitetada pelo empresário americano Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, que diante do sucesso do seu método realizado em suas fábricas passa a influenciar todo o mundo produtivo desde a primeira década do século XX. Sua organização de trabalho foi baseada, sobretudo, no economista americano Frederick Taylor que teorizava sobre a divisão de funções para aperfeiçoar a produção. O fordismo entra em declínio na década de 1970 (ANTUNES, 2003).

concomitantemente à crise do petróleo, foi dado início a uma reformulação na organização do trabalho. Houve um reajuste da economia mundial baseado em práticas flexíveis para a acumulação do capital<sup>12</sup>.

Essa forma de produzir avançou em diversos setores da economia mundial, quer seja no setor do comércio e prestação de serviços que enaltecem o produto a ser ofertado aos clientes, quer seja na necessidade de ofertar a qualidade que supere a concorrência de outras empresas. No setor industrial, a produção é pautada pela qualidade e sob a preocupação da concorrência global, contudo, a busca pelo lucro não considera os pressupostos sociais, sendo assim ocorrem demissões nos inúmeros espaços produtivos, fragilizando inclusive os sindicatos. A produção Industrial também contribuiu para o assolamento ambiental que tem se consolidado em todo mundo.

A perspectiva política que moldou as novas dimensões produtivas é pautada pelo desenvolvimento e consolidação de práticas neoliberais (SILVA, 2001). De forma geral, essa concepção político-econômica se refere à abertura do mercado nacional às empresas estrangeiras, privatizações de empresas públicas e à redução da intervenção estatal sobre a economia. Logicamente que tais características são modificadas nos diversos países, porém, a grande essência desse modelo é a preocupação em dinamizar o mercado. O neoliberalismo foi a política econômica que favoreceu e autenticou a reestruturação do capitalismo no território brasileiro. Foi no Governo Collor que surgiram as primeiras incorporações daqueles pressupostos. No entanto, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob o controle da inflação, que o neoliberalismo<sup>13</sup> e os novos conceitos de produtividade são consolidados no país (CARDOSO, 2003). Sobre o tema Souza (2011, p. 126) coloca:

---

<sup>12</sup> O Japão, a partir desse momento, passa a influenciar a produção em todo mundo. Nesse período é consolidado o Toyotismo. Esse modelo se torna padrão e passa a ser importado por vários países que, no entanto não se adaptam facilmente as novas realidades. O modelo japonês toyotista foi fundado por Eiji Toyota que visitou na década de 1950 as fábricas da Ford e com isso pode basear nos parâmetros fordistas e adaptando a lógica estrutural da sociedade japonesa (SANTOS, 2010).

<sup>13</sup> O neoliberalismo se refere ao retorno ao Liberalismo Clássica fundamentado nos economistas ingleses do século XIX. Pressupõe a autonomia dos comerciantes e no jogo livre da oferta e da procura. Devido a crise de 1929, os governos de vários países do mundo passaram a intervir administrativamente na economia e consequentemente a liberdade econômica foi reduzida. Contudo, a partir da década de 1940, Friedrich Hayek da Escola Austríaca e Milton Friedman da Escola de Chicago passaram a teorizar enfatizando a necessidade dos países retomarem a liberdade comercial. A partir da década de 1980, Pinochet no Chile e Margaret Thatcher na Inglaterra foram os primeiros

A reestruturação produtiva, no Brasil, foi conduzida pra facilitar as relações entre o Estado e a expansão do capital internacional. Isso remete ao pensamento neoliberal, que irá orientar a ação do Estado brasileiro no sentido de favorecer os processos produtivos no mercado a partir da eliminação dos entraves institucionais e de investimentos em infraestrutura, tornando atrativas as bases estruturais da indústria à expansão do capital internacional, que se contrapõe à sua função econômica reguladora de proteção, de investidor direto na produção, nos idos dos anos de 1950 a 1970, quando então foi garantida a instalação e crescimento do parque industrial nacional.

O Governo Federal, em sua perspectiva histórica brasileira, teve responsabilidade significativa na expansão econômica do setor sucroalcooleiro. Contudo, seguindo a lógica internacional passou a privilegiar as concepções produtivas internacionais pautadas pelo livre comércio. No final da década de 1990, os produtores daquele setor em Alagoas como os outros estados teve que se nortear pelos novos parâmetros produtivos e gerenciais. De forma semelhante, a representação sindical rural em Alagoas sofreu fortemente as consequências das inovações postas. Apesar de existir fortes entraves ao empresariado alagoano desde a desregulamentação, a produção sucroalcooleira atingiu bons patamares durante toda década de 1990. Sobre o tema, Mello, (2002, p. 40) argumenta:

Nessa mesma direção, em Alagoas, bem de acordo com a lógica da nova ordem econômica, que atualmente conjuga a concentração de capitais com a desconcentração industrial, vem ocorrendo uma elevação da produtividade nas atividades canavieiras, mesmo com retração da área plantada e o fechamento de algumas usinas. Em parte, os grupos econômicos canavieiros que se fortalecem também promovem o arrendamento de terras de unidades industriais desativadas e dos proprietários rurais em processo de falência.

O Estado de Alagoas alcançou a segunda posição entre os estados na safra de 2000 e 2001. As novas concepções econômicas favoreceram o oligopólio mais forte em Alagoas, sendo que dezesseis usinas possuíam 90% da produção e as destilarias são vinculadas aos mesmos grupos. Além de buscarem a máxima de qualidade na produção, os empresários do setor sucroalcooleiros tendem a adentrar outros campos comerciais em Maceió (MELLO, 2002, p. 94).

Na década de 1990, 16 usinas continuaram produzindo e aumentando satisfatoriamente a produção, seis mantiveram uma produção regular e as outras seis foram desativas. Sobre os fornecedores de cana-de-açúcar: os pequenos

---

governantes a adicionar em suas perspectivas político-econômicas concepções liberais (ANTUNES, 2003).

produtores diminuíram cada vez mais sua participação enquanto grandes produtores, num número cada vez mais reduzido, forneciam a grande parcela da cana utilizada para as usinas. Nesse período também foi estabelecido novos critérios de qualidade do açúcar extraído da cana. Para esse novo padrão a ser alcançado é necessário mais investimento monetário e isso inviabiliza cada vez mais os pequenos produtores (CARVALHO, 2009, p. 57).

Nesse período, como forma de diminuir os problemas do setor canavieiro do nordeste. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a partir do Programa de Equalização da Cana-de-açúcar concede créditos para os produtores de cana como incentivo à produção. No entanto, valor irrisório se comparado com os planos e fundos do Proálcool, além do mais, possuía caráter temporário. A SUDENE, por fim, foi desativada pelo Governo FHC em 2001 (idem, p.70).

Nas primeiras décadas do terceiro milênio, a humanidade estaria vivenciando o terceiro momento da chamada “Revolução Agrícola”. Esse termo<sup>14</sup> se refere ao “intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, [...] e tem papel preponderante na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo.” Este fundamento posto nas sociedades europeias, posteriormente expandindo ao restante do mundo, provocou um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos. Não obstante, pessoas são excluídas desse aprimoramento produtivo (VEIGA, 1991, p. 21 apud BRUM; MULLER, (org.), 2008, p. 46).

Essa nova revolução agrícola simbolizava o bom negócio para o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos. No entanto, para as regiões pobres, essa nova guinada na produção de alimento favorecia apenas os grandes empresários agroindustriais em detrimento dos pequenos produtores e principalmente dos assalariados. Os mesmos problemas evidenciados na primeira revolução agrícola pareciam surgir com maior intensidade. O avanço tecnológico passou a expulsar o trabalhador autônomo da sua produção transformando-o em

---

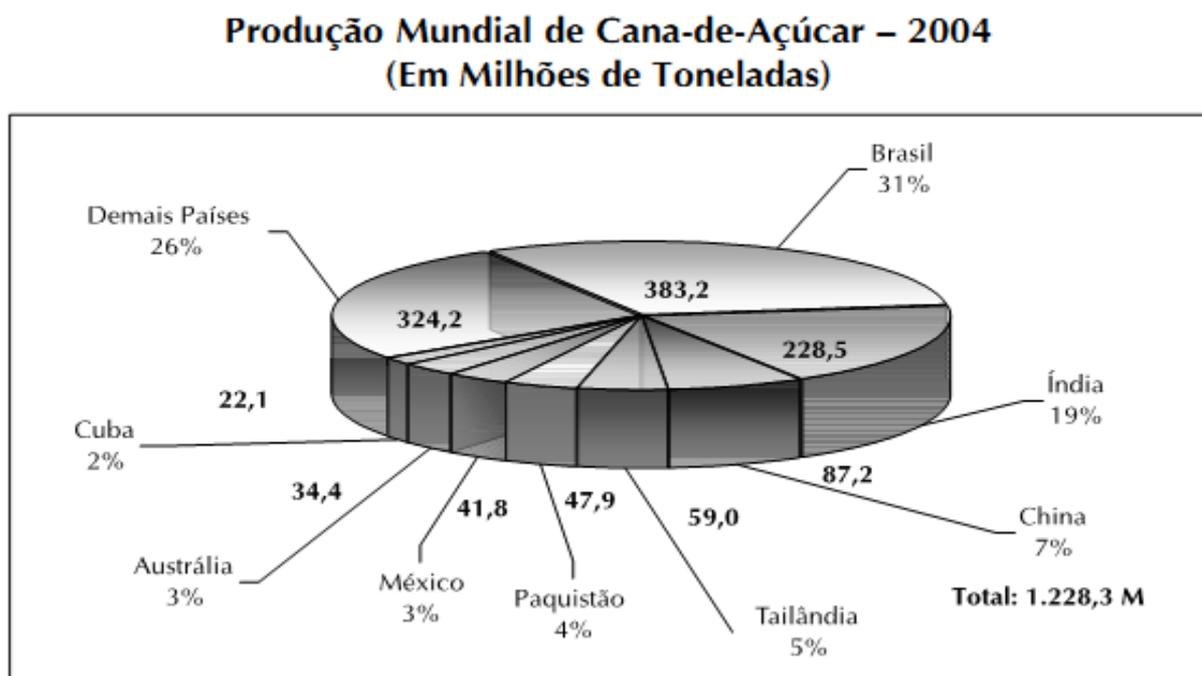
<sup>14</sup> A primeira revolução remete os fins do período feudal (perspectiva europeia) marcado pelas relações servis entre os senhores donos de terras e os camponeses. Entre os séculos XVI e XIX houve um forte aumento da produção no setor agrícola em vários países da Europa atingindo melhores qualificações na produção de alimentos com fins de exportação comercial (BRUM; MULLER, (org.) 2008, p. 47).

assalariado ou desempregado, fato que favorece o êxodo rural, gerando problemas também nas cidades.

O Brasil se tornou em 2008, devido sua alta produtividade, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Para Sauer (2010, p. 144) há uma tendência desde a década de 1960 no Brasil no aprimoramento genéticos de certas culturas visando o aumento produtivo. Esta demanda tem sido desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). É possuidora de um riquíssimo banco de espécies de plantas e forte domínio sobre as técnicas geneticistas para aprimorar a qualidade da produção agropecuária. O Brasil sofre as mesmas pressões de tantos outros países para se adequar a lógica da economia internacional.

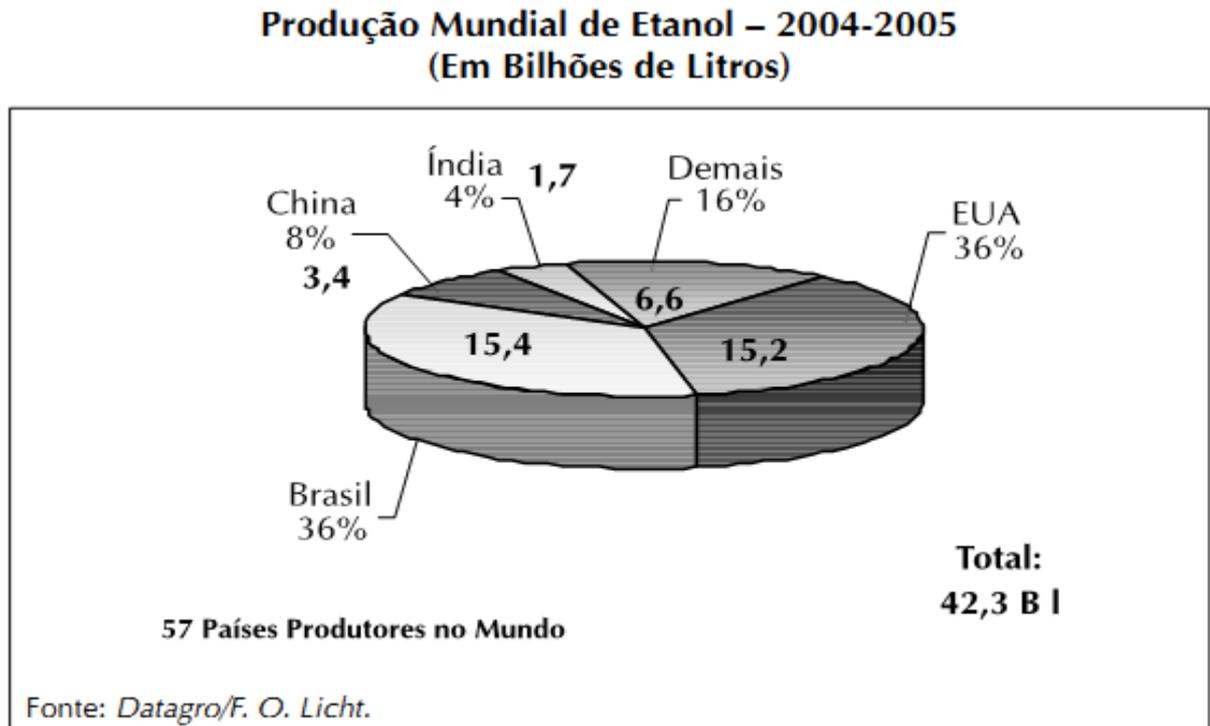
Ao mesmo tempo em que a agroindústria brasileira consome muito agrotóxico, passa a consolidar seu potencial produtivo no cenário internacional. Isso demonstra como os empresários do setor conseguiram uma reformulação desde a desregulamentação ocorrida na década de 1990. A agroindústria canieira brasileira tem conseguido se adaptar a reestruturação produtiva em vigor. Seguem figuras demonstrando a produtividade do setor.

**Figura 2 – Produtividade Mundial de Cana de Açúcar – 2004**



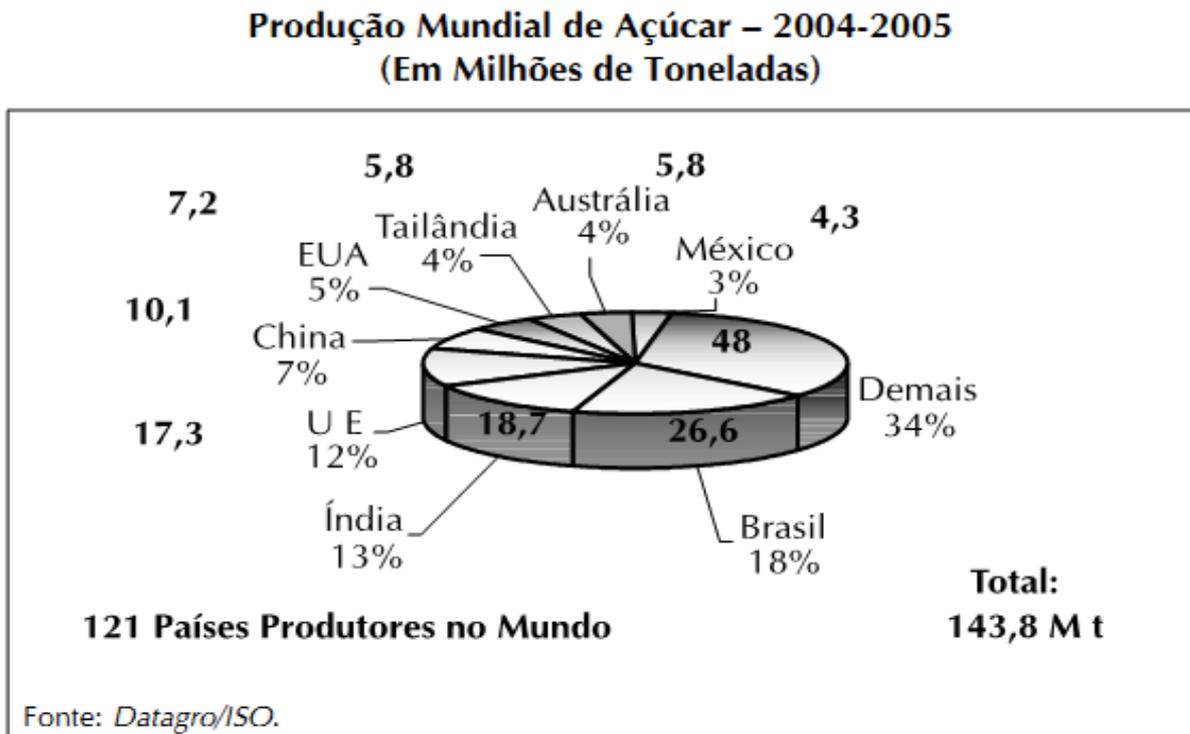
Fonte: Vieira; Lima, 2007.

Figura 3 – Produtividade Mundial de Etanol – 2004-2005



Fonte: Vieira; Lima, 2007.

Figura 4 – Produtividade Mundial de Açúcar – 2004-2005



Fonte: idem, 2007.

O Brasil em meados da primeira década do século XXI se consolidou como o principal produtor de cana-de-açúcar do mundo bem como o principal produtor de fonte energética alternativa ao petróleo. O setor fatura em média 40 bilhões de reais correspondendo 2,35 do PIB empregando mais de 70 mil de “empregos diretos e indiretos”. Continua sendo o maior exportador mundial de açúcar e álcool. Contava em 2006 com 320 empresas sucroalcooleiras, sendo 227 no sudeste e 94 no nordeste. O setor tem um investimento de cerca 50 mil empresas como as fornecedoras de equipamentos, fertilizantes etc. O Estado recolhe anualmente 12 bilhões de reais mediados por este setor. O gráfico 2 e 4 demonstra que o segundo país em expansão produtiva corresponde à Índia, no entanto, sua produção é fundamentada em pequenos agricultores que executam as tarefas numa forma muito rudimentar em comparação a tecnologia verificada no Brasil. De acordo com as informações do Dieese in DESEMPENHO (2007):

De 2000 a 2005, as exportações brasileiras cresceram de 258 milhões de litros de álcool para 2,4 bilhões, e as receitas, de 33 milhões de dólares para quase meio bilhão por ano. O açúcar brasileiro já movimentou 70% dos contratos na bolsa de mercadorias de Nova York. Alguns analistas projetam que nos próximos 10 anos, as exportações de álcool podem alcançar 6,9 bilhões de litros - quase o triplo do total embarcado em 2004. As exportações de açúcar têm potencial para atingir 20,5 milhões de toneladas, um crescimento de cerca de 30% no mesmo ano.

Nessa primeira década do século XXI ocorreu um gradual interesse em todo mundo pelo chamado biodiesel. Assim, a cana-de-açúcar passou a ser valorizada novamente enquanto fornecedora de matéria prima para o álcool. Devido a esses fatos se consolidam empresas especialistas na fabricação e vendas de tratores colheitadeiras que favorecem facilidade de financiamento na compra de seus produtos.

Concomitantemente à reestruturação produtiva, emergiu e se consolidou na década de 1990 a chamada “flexibilização” das relações e condições de trabalho que são conduzidas a partir de mudanças legais que suplantam certas garantias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A flexibilização das leis trabalhistas é uma tendência que segue à linha neoliberal, pois tem como objetivo aperfeiçoar a dinâmica comercial. As mudanças afetam empregos, instituições, identidades dos trabalhadores, valores sociais e etc. O governo, a partir do corpo jurídico e legislativo passa a favorecer setores da economia visando o seu desenvolvimento pleno.

Assim, são suplantados certos benefícios que outrora pertenciam prioritariamente ao trabalhador. Senet (2005, p. 53) comentado por Souza (2011, p. 174) conceitua que:

Flexibilização designa essa capacidade de ceder e de recuperar-se [...] em termos ideais, o comportamento flexível deve ter a mesma força tênsil: ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas. A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis.

As instituições, leis e direitos trabalhistas se tornam flexíveis e maleáveis. As relações de trabalho são impactadas severamente pelas novas dimensões econômicas. Essa nova perspectiva tende a atingir a subjetividade, pois trabalhadores tendem a perder o senso de coletividade e passam a buscar seus próprios interesses (SOUZA, 2011, p. 172). As relações de trabalho foram centrais na configuração da economia contemporânea, o embate entre o capital e trabalho foi uma frequência. Houve sempre por parte do Estado a possibilidade de apaziguamento nas relações de trabalho.

A economia tende a se reestruturar traçando novos rumos na ótica da acumulação e as relações trabalhistas tendem a se adequar às mudanças. A tecnologia invade os inúmeros setores produtivos gerando um desemprego estrutural. A flexibilização das leis trabalhistas foram mais problemáticas nos países considerados pobres ou emergentes do que nos países tidos como desenvolvidos. Nesses últimos, as reformas foram atenuadas por conta de sua base econômica desenvolvida (CARDOSO, 2002). Santos (2010, p. 113) conclui que:

Diante desse quadro de flexibilização, que se impõe sobre a força de trabalho, os trabalhadores são obrigados a se submeterem às piores condições de trabalhos e salários, em razão de ajustes condicionantes produzidos pelo sistema de capital para recuperar o seu controle sobre o trabalho. Nesse sentido, o desemprego tem servido como uma das principais estratégias do capital para ampliar não apenas seu controle sobre o trabalho, mas também recuperar suas bases reprodutivas.

Em meados do século XX existia certa preocupação entre os governos de vários países em proporcionar o pleno emprego. No entanto, a partir da década de 1980, aquela extrema preocupação com a classe trabalhada era apontada como uma das causas da crise estrutural do capitalismo. A flexibilidade no mundo do trabalho passou a ser suscitada em vários âmbitos trabalhistas como na admissão e demissão de trabalhadores visando maior autonomia para os contratantes; na

organização do trabalho modificando as formas produtivas buscando o máximo de eficiência; e fomentando modificações no tempo de trabalho e no salário. Os países europeus foram os pioneiros nas modificações das relações de trabalho. De imediato não houve queda na empregabilidade europeia, mas o custo veio na precarização das condições de trabalho (CARDOSO, 2002, p. 76).

A flexibilização no Brasil foi normatizada na década de 1990 a partir das reformas trabalhistas. Em 1994 surgiu a lei autorizando a criação de cooperativa de prestação de serviço que se distingue totalmente do trabalho fichado. Essa nova legislação permitiu um incentivo a expansão e oficialização do trabalho terceirizado reputando o trabalhador como um simples prestador de serviços. Nesse mesmo ano, uma medida provisória acabou com o reajuste salarial automático oficializando a convenção coletiva para a regulamentação. É trivial como as convenções coletivas não proporcionam ganhos efetivos para a classe trabalhadora.

No ano seguinte foi efetivada a portaria que autenticava a terceirização, esta proporcionou às empresas a terem um número elevado de trabalhadores sem a firmamento de vínculo trabalhista. Em 1996, foi redefinida a demissão sem justa causa, proporcionando ao patronato mais tranquilidade em demitir sem gerar maiores prejuízos para sua empresa. Em 1997, sob medida provisória, foi suspensa a elevação do salário mínimo automático, ficando a cargo do executivo a porcentagem prevista para o aumento salarial. Em 1998 foi aprovada a Lei nº 9.601 institucionalizando o contrato de trabalho por prazo determinado bem como a regulação dos bancos de horas. Em 1999, uma medida provisória autenticou o trabalho aos domingos no setor de serviços descartando a necessidade de convenção coletiva para sua autorização. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em 1999 suplantou o cargo de juiz classista, privando assim os trabalhadores de terem um articulador legal ao seu favorecimento. Em 2000 foi criando comissões de conciliação objetivando a resolução de pendências trabalhistas em primeira instância. Com isso, os trabalhadores ao dar entrada a um processo trabalhista em busca de seus direitos são levados a aceitar indicações das comissões de conciliação suplantando assim seus direitos legais previstos (CARDOSO, 2002, p. 78).

Assim, o governo brasileiro efetivou drásticas mudanças dentro das relações e condições de trabalho que favoreceram a dinâmica empresarial em detrimento dos interesses dos trabalhadores. A modernização das empresas e a necessidade de efetivar uma maior dinâmica do mercado não se limitaram ao avanço tecnológico e ao progresso produtivo. Para o lucro ser obtido de uma forma mais eficaz teve que alterar mudanças na legislação trabalhista e com isso diminuir os gastos com a classe trabalhadora (CARDOSO, 2003). Diversas leis favoreceram a desregulamentação dos direitos trabalhistas, alterações legislativas que, segundo o governo, representariam a possibilidade de geração de emprego e o aumento da competitividade do mercado nacional.

Na indústria canavieira alagoana cerca de 50% dos cortadores de cana são contratados em regime temporário (PLANCHEREL; BERTOLDO, (org.) 2011, p. 61). O cortador de cana tem que se locomover nas diversas regiões do país em busca de trabalho. Enquanto a safra no nordeste tem início em outubro, no sudeste começa em março. Mello (2002, p. 106) apresenta a dinâmica do trabalhador safrista no corte de cana:

A natureza do contrato de trabalho firmado com os “safristas” é diferente dos demais. Restritos ao período do corte, o que isenta as empresas do pagamento de encargos quando da rescisão de contrato, são reconhecidos por seu desempenho e estimulados a retornar ao trabalho nas melhores áreas de cana na próxima safra pelos gerentes e chefes de equipe, certamente na tarefa mais penosa, porém mais bem remunerada do que as outras (preparação do solo, plantio e o trato cultural).

Há um forte estímulo para a produtividade do empregado no atual estágio do desenvolvimento produtivo. Diversos profissionais tendem a busca pela sofisticação no escopo de suas atividades, e com isso, seu prestígio profissional ou uma promoção dentro do seu âmbito de trabalho. No setor canavieiro acontece também, contudo, por ser um trabalho braçal de extremo empenho, trabalhadores são acometidos por problemas de saúde. É tendencioso o emprego nos canaviais do sistema de corte em “sete ruas” que requer um esforço físico bem maior do que os antigos sistemas pautados em cinco ruas, com isso, além do desgaste do corte em si, o trabalhador realiza um percurso maior levando a cana cortada para determinado local onde o caminhão recolhe.

As colheitadeiras estão num aprimoramento constante em suas linhas de produção visando proporcionar para ao empresário maior viabilidade produtiva. A mecanização reduz a queimada evitando a emissão de gases poluentes como também evita o desgaste do solo. E ainda, garante maior teor de sacarose devido não ser queimada e proporciona maior qualidade de pureza já que praticamente não tem contato com o solo. Dentre os estados nordestinos as colheitadeiras mais modernas estão em Alagoas contribuindo para a sofisticação de sete usinas. O preço em média dessa máquina está entre 400 a 800 mil reais dependendo do porte da máquina. As de menor porte podem substituir 50 trabalhadores e as de grande porte substituem entre 100 e 150 (EDVALDO JÚNIOR, 2009).

No entanto, somado ao uso da colheitadeira deve-se existir outros implementos como caminhão oficina, caminhão pipa, tratores com transbordo, caminhões com carrocerias para o transporte, o investimento pode chegar a dois milhões de reais. Não obstante, concomitantemente ao avanço mecânico surgem sérias dúvidas enquanto a empregabilidade no campo. No ano de 2009 já operavam cerca de 30 máquinas colheitadeiras no estado de Alagoas. Atualmente já se tem construído colheitadeiras semiautomáticas que são muito mais leves e visam terrenos inclinados. A colheitadeira convencional pode chegar até 20 toneladas e sendo considerada inviável para esse tipo de terreno (MECANIZAÇÃO, 2009).

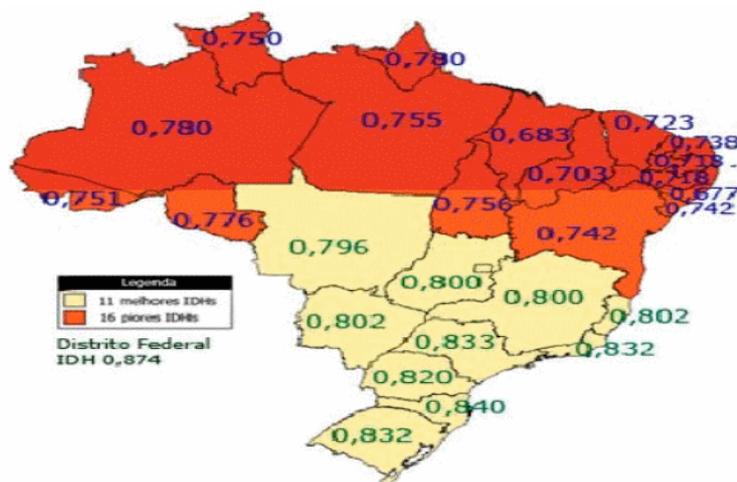
Além das questões postas como a flexibilização das leis trabalhistas, há fatores contribuindo para o desemprego estrutural no corte de cana do Brasil como o avanço cada vez mais forte do corte de cana sob a utilização das máquinas. Há quatro décadas o corte mecanizado não era o grande problema para os trabalhadores, pois era muito pouco utilizado. São Paulo, por exemplo, o estado mais industrializado e modernizado, utilizava naquele período apenas 5% nas plantações (CHIOVETTI, 2000, p. 57). Em Alagoas, o corte mecanizado foi iniciado na segunda metade da década de 1990. Sobre o tema Mello (2002, p. 108) explica:

Estima-se que o novo maquinário, nos próximos dez anos, substituirá cerca de 80% dos trabalhadores empregados nos canaviais alagoanos. O processo de mecanização do corte foi iniciado em 1997 em Alagoas pela Usina Triunfo, localizada no município de Boca da Mata. Atualmente, cinco outras grandes usinas, todas com terras nas áreas dos tabuleiros, já adotaram o corte mecanizado. Quatorze colheitadeiras entraram em atividade no estado na safra 2000/2002. Na safra 2001/2002, algo entre vinte a trinta máquinas deverá estar em atividade.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) houve uma significativa redução de trabalhadores no corte de cana no Brasil entre os séculos XX e XXI. Em 1992 eram em todo Brasil cerca de 720 mil rurícolas canavieiros, em 2002 esse número foi para 510 mil apenas. Por outro lado, o índice de trabalhadores com carteiras assinadas nesse setor aumentou de 47% para 60%. Muito embora, esse número não represente um acréscimo de trabalhadores no período. A formalização é uma tendência devido à profissionalização e expansão do setor. O trabalhador em meados da década de 1980 cortava em média seis toneladas de cana por dia, contudo, devido à necessidade de produtividade orquestrada nesses últimos anos, houve um acréscimo para 10 toneladas diárias. Há trabalhadores que conseguem atingir até 14 toneladas de cana por dia de trabalho (DESEMPENHO, 2007).

O contexto alagoano possui certas peculiaridades, apesar de possuir, desde a década de 1950, uma trajetória de forte produtividade no setor sucroalcooleiro, não foi percebido qualquer reformulação no cenário social. O assalariado alagoano foi sujeitado numa dependência que exprime os piores dados sociais no Brasil. Segue uma figura demonstrando a contradição presente no Estado, se por um lado, houve um forte desenvolvimento industrial no setor referido, por outro, constata-se a precariedade nas condições de vida do trabalhador alagoano. Segue a figura que autentica essas afirmações.

**Figura 5 – Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil.**



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido por técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para medir o grau o desenvolvimento e subdesenvolvimento de uma dada região. Leva em consideração a expectativa de vida ao nascer, o grau de escolaridade e a renda per capita. Muito embora o Estado de Alagoas se constitua como um dos maiores produtores e exportadores de cana-de-açúcar, conseqüentemente o setor é detentor de considerável desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano alagoano se apresentou, nesse período, como o pior do Brasil, apenas 0,677.

Diante dos sérios problemas constatados nas relações de trabalho contemporâneo as representações sindicais das inúmeras instâncias profissionais perdem espaço na disputa com a classe patronal. O sindicalismo mundial entra em crise, pois vem perdendo sua força gradualmente devido às novas determinações econômicas que condicionam as relações trabalhistas. A representação sindical, em vários países, tem tomado uma postura de neutralidade ante as investidas do Capital. O sindicalismo japonês, por exemplo, limita-se a negociações amistosas com as classes dirigentes nas convenções coletivas (SOUZA, 2011, p. 159). No caso do sindicalismo brasileiro, a situação é mais grave devido o seu percurso histórico. Nascido sob a tutela do Estado Novo preservou suas características essenciais como a subserviência e burocracia posta na administração sindical. No atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas, é notória a ascensão de uma nova concepção de trabalho que coloca o trabalhador numa situação de total submissão a nova lógica trabalhista. Sobre o tema, Antunes (PLANCHEREL; BERTOLDO, (org.), 2011, p. 34) explica:

Essa nova morfologia do trabalho não poderia deixar de afetar os organismos de representação dos trabalhadores, de que são exemplos os sindicatos, muitos deles experimentando forte quadro crítico. Se muitos analistas desta crise viram um caráter terminal nestes organismos de classe não é essa nossa constatação. Queremos tão somente registrar que a nova morfologia do trabalho significa também um novo desenho das formas de representação das forças sociais e políticas do trabalho. Se a indústria taylorista e fordista é parte mais do passado do que do presente (ao menos enquanto tendência), como imaginar que um sindicato verticalizado possa representar esse novo e compósito mundo do trabalho.

A nova concepção de trabalho associada às relações sociais postas na atualidade constrói também um novo tipo de trabalhador, ou seja, recuado ante o desemprego e submetido às inúmeras atrocidades presentes no novo cenário

trabalhista. A trajetória seguida pelo sindicalismo brasileiro, sobretudo, a representatividade aos canavieiros, é herdeira de uma cultura patrimonialista que se perpetuou em suas práticas cotidianas. Não obstante, nesse início de século XXI, novas estruturas emergem neutralizando mais ainda o poder de fogo dos sindicatos. Sobre a suposta crise da concepção sindical, Linhart (2007, p. 115) expõe indagações e reflexões:

[...] falta de adaptação, falta de invenção de novas missões, de novas práticas, de novas ideologias, será que ele não condenou a si mesmo a desaparecer? A ser substituído por formas mais difusas de “negociação”, assumidas diretamente pelas chefias? Em outras palavras, não se deve considerar que, com as reestruturações do aparelho produtivo, com a evolução dos modelos organizacionais e o questionamento dos modos tradicionais de representação e de delegação de poderes, o sindicalismo definitivamente perdeu seus atributos?

As inquietações da autora esclarecem como o desenvolvimento econômico pesa sobre os movimentos sociais. No texto são demonstrados os problemas vivenciados pelo movimento social rural brasileiro. A gravidade se encontra no fato do sindicalismo rural já ser possuidor de problemas anteriores a modernização posta na atualidade. Apesar de existir uma forte tendência ao desenvolvimento agrário no mundo, o Brasil se esbarra numa estrutura que remonta a colonização, isto é, a predominância do latifúndio. O Governo Federal não contribuiu especialmente para essa superação, poucas terras reformadas e pouco investimento foi dado ao trabalhador autônomo (PIÑEIRO, 2004). A falta de crédito ao pequeno produtor impossibilitou o desenvolvimento agrícola no país. Sobre o tema, Lira (2007, p. 308) comenta:

Assim, a cana-de-açúcar é introduzida em todo o Nordeste, no século XVI, principalmente em Alagoas, onde, encontrando condições naturais e artificiais favoráveis à sua rápida expansão, ocupou quase todas as terras mais férteis e planas do Estado. Essa expansão, limitada apenas por fatores naturais, inibiu a diversificação das atividades agrícolas e, portanto, restringiu as possibilidades de emprego e renda, capazes de criar um mercado interno rural e urbano, que estimulasse o crescimento do comércio, a implantação de indústria e agricultura familiar moderna, necessárias ao desenvolvimento endógeno e sustentável. Portanto, o rápido avanço da monocultura da cana-de-açúcar, feito à base do latifúndio e do trabalho precário, moldou um padrão de desenvolvimento assentado em privilégios, na concentração de renda, da terra e, sobretudo, do poder; fatores socialmente injustos e causadores de crises profundas e frequentes. Utilizaram-se de recursos naturais, humanos e o próprio Estado de forma ineficiente. Imobilizaram-se fatores, que, em outras condições de uso, representavam instrumentos poderosos de alavancagem de um outro padrão de desenvolvimento, mais eficiente, socialmente mais justo na

distribuição das riquezas produzidas e mais democráticos na partilha do poder.

O contexto político alagoano e a trajetória econômica sucumbiram a possibilidade de diversificação das culturas e conseqüentemente a distribuição de terra e riqueza. A Federação dos trabalhadores da Agricultura de Alagoas não tem conseguido efetivar, durante todo período de sua existência, uma autêntica articulação entre os sindicatos para fornecer uma representatividade aos trabalhadores rurais. Os motivos que convergem para esse efeito estão postos. Desde sua gênese a partir da criação vinculada ao Governo Federal até as novas dimensões produtivas e trabalhistas emergentes suplantaram a eficiência da representação aos canavieiros. Então, qual seria o papel assumido pelas duas últimas diretorias (2006-2009 e 2010-2013) da FETAG-AL enquanto órgão máximo da representatividade do sindicalismo rural o alagoano? Essa se constitui a nossa questão que tentaremos responder no próximo capítulo.

### 3 RECENTES ESTRATÉGIAS DA AÇÃO SINDICAL EM ALAGOAS

A postura da ação sindical rural alagoana nas últimas décadas foi determinada arduamente por fatores como: a estrutura sindical herdada a partir de uma construção histórica desde a época do Governo Vargas; a cultura política alagoana marcada notadamente pela dominação social tradicional; a atuação do Governo Federal influenciando o sindicalismo rural através de sua legislação e de seus estatutos; e principalmente, a reestruturação produtiva econômica vigente somada à política neoliberal. Diante da estrutura sindical posta e condicionada por esses fatores, o presente capítulo tenta responder as seguintes perguntas: quais são as recentes estratégias da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas (FETAG-AL) nas duas últimas diretorias (2006-2009/2010-2013)<sup>15</sup> e de que forma tem sido sua atuação para efetivar essas estratégias?

Como foi apresentado nos capítulos anteriores, a emergência e consolidação da estrutura sindical ocorreram por influência dos setores da sociedade civil adicionada à participação efetiva do Governo Federal. No entanto, as mudanças políticas e econômicas verificadas a partir da década de 1990 foram também decisivas para a configuração atual do sindicalismo rural alagoano. Suas práticas têm sido orquestradas dentro de uma estrutura presa às concepções constitucionais desfavoráveis e que se restringiram a tarefas burocráticas. Sobre o tema, Melo (2002, p. 18) argumenta:

[...] em decorrência dos impactos advindos com a reestruturação produtiva e organizacional atualmente em curso, existe uma relação entre a crescente multiplicidade indenitária do trabalhador nas áreas canavieiras de Alagoas, que passa a ser o princípio que orienta a formulação de novas estratégias e os novos modos de agir de entidades e movimentos. Existe, portanto, uma relação significativa entre a reestruturação produtiva e as novas modalidades de ação político-ideológicas.

Na década de 1990, com as transformações dos modelos produtivos somados às novas concepções políticas como a proposta neoliberal, os sindicatos

---

<sup>15</sup> O presente trabalho foi finalizado em março de 2013, no entanto a diretoria iniciada em Janeiro de 2010 tem sua conclusão em Janeiro de 2014. Julgamos que este período estudado (janeiro/2010 à março/ 2013) favoreceu plenamente a análise de nosso objeto.

se viram ainda mais acuados e suas ações se tornaram ainda mais inoperantes (LAIMER, 2003). Entretanto, anteriormente, desde a consolidação da Constituição de 1988 surgem no espaço político grupos que buscam o reconhecimento de seus direitos alcançados. Como exemplo, os movimentos sociais de mulheres que passaram a buscar o reconhecimento profissional. O sindicalismo rural brasileiro passou a agir em convergência com novos grupos ascendentes. Essa nova concepção foi articulada e consolidada a partir dos últimos congressos da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

Os quatro últimos congressos dessa confederação influenciaram consideravelmente a nova configuração estratégica da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas, sobretudo das duas últimas diretorias. Sabe-se que a CONTAG teve por objetivo, desde sua fundação, a tentativa de homogeneizar as federações brasileiras e, por conseguinte articular os sindicatos municipais em prol de uma única visão estratégica. Contudo, não se pode negar a existência de certas categorias peculiares tanto do sindicato rural quanto da sociedade alagoana em seus diversos setores que nortearam a ação dos movimentos sociais. Aqueles últimos congressos emergiram carregados de novas atribuições pautadas pelas próprias configurações da estrutura social brasileira. Como exposto no Capítulo dois deste trabalho, a década de 1990 foi prodigiosa em avanços tecnológicos e novas formas produtivas que têm contribuído para a redução do número de trabalhadores no corte de cana levando o sindicalismo rural brasileiro a ultrapassar essa demanda.

Os primeiros anos de existência da organização sindical rural brasileira foram marcados pelas divergências ideológicas e administrativas articuladas entre os diretores interventores e a oposição. Quando os opositoristas assumiram a direção através das eleições organizadas no primeiro congresso, foi dado início a tendência de articular toda representatividade sindical rural brasileira sob os mesmos objetivos. Em 1998, no sétimo congresso, é consolidada a participação das mulheres, dos jovens e do grupo da terceira idade. Foram reconhecidas novas demandas partilhadas numa dimensão mais cidadã seguindo a tendência da redemocratização de anos anteriores. Segue os cartazes de divulgação dos 6º e 7º Congressos respectivamente em 1995 e 1998 (CONTAG 40 ANOS, 2003).

Figura 4 – Cartazes dos Congressos da CONTAG.



Fonte: CONTAG 40 ANOS, 2003, p.35.

No VII Congresso foi aprovado ainda o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) com objetivo de alargar as possibilidades de reforma agrária, valorizar ainda mais a agricultura familiar, articulando a dimensão ecológica à humana. Foi criada também uma instância municipal, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) para incentivar a agricultura familiar local em harmonia com as prefeituras municipais. Nesse congresso foi convencionado que cada federação deveria participar dos Congressos nacionais, como também, ter em cada diretoria no mínimo de 30% de mulheres. Foi convencionado o aumento de mais um “T” ao nome do Congresso, passando a se chamar Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR). Essas novas tendências tem influenciado os sindicatos rurais que passaram a adotar mais um “T” ficando Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) (CONTAG 40 ANOS, 2003).

O Oitavo CNTTR foi realizado em 2001 cujo principal objetivo foi a articulação entre os sindicatos rurais e a agricultura familiar baseada no PADRS. Nesse

congresso também foi oficializada a participação da juventude e sendo criada a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais. A discussão sobre a questão de gênero permeou o Congresso. Foi ressaltada a importância da participação das mulheres nas eleições para compor chapas nas diretorias dos sindicatos, federações e confederação. As federações passaram a adotar tanto em seus documentos como nos seus respectivos sites que representavam tanto trabalhadores assalariados como agricultores familiares (idem).

Em 2002 foi realizado o Primeiro Congresso Eleitoral da FETAG-AL, o então presidente Antonio Vitorino da Silva foi reeleito em chapa única. Esse Congresso marcou definitivamente a História da Federação, pois além de ter sido o primeiro congresso realizado, nele foram criadas as diversas secretarias que atualmente fazem parte da FETAG-AL, bem como, os departamentos. Um fato marcou esse início de década, mudanças referentes ao estatuto do sindicalismo rural alagoano: o presidente da federação e dos sindicatos municipais só teria direito a uma reeleição. Nesse congresso a direção eleita foi a seguinte: Presidente: Antônio Vitorino; Tesoureiro: Genivaldo de Oliveira; Secretário dos Assalariados: Antônio Torres e Secretária geral: Maria do Ó do Nascimento.

O 9º Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores rurais foi realizado em 2005 em Brasília. Na ocasião, foi enfatizada a solidariedade como instrumento de transformação das relações sociais cujo objetivo primordial foi a oposição ao neoliberalismo. O projeto de desenvolvimento sustentável passou a se chamar Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). A ênfase desse projeto se referia na superação das divergências regionais, étnicas, culturais e entre outras. Esse no projeto também se voltava para as diferentes categorias de trabalhadores no campo como assalariados, agricultores familiares, assentados etc. No Congresso foi atribuída considerável importância à ampliação e organização das diversas categorias ruralistas visando efetivar satisfatoriamente a representatividade rural. Assim, não se podia apenas restringir às questões salariais, mas ampliar para as questões previdenciárias, reivindicações por terra e pelo recurso aos assentados (CONTAG 40 ANOS, 2003). Este novo programa solidário foi um marco na condução da representatividade do âmbito do sindicalismo rural, pois a partir dele foram criadas secretarias específicas em todas as instâncias da representatividade rural brasileira.

Em 2006 foi realizado o Segundo Congresso da FETAG-AL no Centro de Convenções Ruth Cardoso, em Maceió. Participaram 280 delegados representando os 85 sindicatos dos municípios alagoanos aptos para o voto. Antonio Vitorino da Silva, candidato a reeleição, disputava com Geraldo Vitório, (suplente da diretoria da federação entre 1997-2000 e sendo ligado a sindicatos do Agreste). Antes do início do pleito foi dado 10 minutos para cada candidato se pronunciar. Vitorino enfatizou a importância pela luta de 50 mil casas para os trabalhadores rurais expropriados devido à expansão de algumas usinas nos municípios alagoanos, no entanto, o principal problema era o desemprego diante da modernização. Ao ser questionado sobre a relação entre empregador e empregado o presidente afirmou: *“Eles precisam da gente e nós deles”*. Geraldo Vitório denunciava o esquecimento da federação para com os trabalhadores do Agreste e do Sertão, e que tendo em vista a eleição, este seria o momento oportuno para significativas mudanças. Foi uma disputa tumultuada, haja vista a insatisfação da chapa opositora que tecia críticas à chapa situacionista por não abrir espaços da federação para discussões sobre as propostas. Por fim, Antonio Vitorino da Silva foi reeleito presidente da FETAG-AL com quase o dobro dos votos do seu opositor (RIOS, 2006).

No 10º CNTTR realizado na Capital Federal no ano de 2009 foi o momento de avaliação do PADRSS e sua contribuição para causa do homem do campo no Brasil. O congresso foi realizado em meio à crise que atingiu a economia internacional no ano anterior. Tendo em vista esse cenário, foi debatida a possibilidade dos empresários do agronegócio justificarem na crise uma suposta quebra nos acordos firmados nas convenções. Discutiu-se a necessidade de cobrar do Governo Federal as pautas postas no PADRSS, os créditos para agricultura familiar, o avanço da reforma agrária, a preservação ambiental, como também os projetos pautados pelo governo como, por exemplo, “Luz para todos” (CONGRESSO, 2009).

A tônica do Congresso foi a manutenção das intensões iniciadas no congresso anterior, isto é, a ampliação e luta pela renda e cidadania. O referido Congresso foi marcado também pela desfiliação da CONTAG da Central Única dos Trabalhadores (CUT) após 14 anos de parceria. No pleito para decidir a desfiliação, dos 2.559 delegados aptos para o voto, 1.441 votaram pela desfiliação e 1.109 pela manutenção da filiação. A justificativa dos delegados da CONTAG a favor a desfiliação da CUT se referia ao reconhecimento desta entidade dado a Federação

dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF). Assim, segundo alguns líderes sindicais, a CUT não reconhecia os princípios da unicidade sindical ao se vincularem com a aquela federação, pois reconheciam outra federação de trabalhadores da agricultura em nível nacional (FIORI, 2009). Aquela federação emergiu a partir de 2004 no Encontro Nacional da Agricultura Familiar. “Atualmente está posta em 18 Estados com mais de 600 sindicatos e associações em mais de 1000 municípios em todo Brasil, com aproximadamente 500 mil agricultoras e agricultores associados” (FETRAF, [2009?]).

Em janeiro de 2010 houve o III Congresso da FETAG-AL sob a temática “Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoas Avançando no Fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário”. O congresso foi realizado no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), no bairro do Poço. Nesse evento houve a eleição para a nova diretoria da Fetag 2010/2014, participaram cerca de 300 delegados dos municípios alagoanos. Havia duas chapas: “Unidade da Luta” encabeçada pelo atual Secretário de Políticas Agrárias Genivaldo Oliveira, candidato à presidência tendo por vice-presidente o atual presidente Antônio Vitorino da Silva e a chapa “Fetag Feliz” do atual vice-presidente Manoel Felizardo. Por fim venceu “Unidade de Luta” (NOVO, 2010).

Atualmente a FETAG-AL, além do presidente e vice-presidente, conta com 12 secretarias: secretaria geral, Assalariados, Finanças e administração, Formação e organização sindical, Política agrária, Mulheres, Comunicação, Política ambiental, Política ambiental, Política social, Política agrícola, Jovens e 3ª Idade. Houve, a partir desse último congresso, significativo aumento de encontros, seminários, conferências e palestras abordando vários assuntos ligados às secretarias e aos temas contemporâneos do trabalho agrícola. Essa formulação na estratégia do sindicalismo rural alagoano surge concomitantemente à consolidação das transformações verificadas no mundo do trabalho.

Algo muito peculiar dentro do sindicalismo rural alagoano é o acúmulo permanente de cargos. Afim de constatação, a atual diretoria (2010-2014) segue essa lógica. O vice-presidente é o presidente do sindicato de Iateguara desde sua fundação na década de 1960. O Atual Secretário de assalariados Antonio Torres Guedes é presidente do sindicato de Jequiá da Praia desde o ano 2001. A secretária

Geral é desde 2003 presidente do STR de Maceió. Florisval Guedes Filho, atual Secretário de Finanças e Administração e também desde 1996 preside o STR de Dois Riachos. O secretário de Formação e Organização Sindical Givaldo Vitório Teles é desde 2002 presidente do STR de Lagoa da Canoa. Idevilson Alves da Paz, secretário de Política Agrária da também exerce a presidência de Olho D'Água das Flores desde 2004. Cícero Domingos de Oliveira, atual secretário de comunicação da é presidente do STR de Atalaia desde 1997. Marileide Gerônimo de Oliveira, secretária de política social, exerce também a presidência do STR de Girau do Ponciano (FETAG-AL, [2010?]). Assim dos 14 dirigentes da federação, oito exercem, há pelo menos dois mandatos, o cargo de presidente de STR's em municípios alagoanos. Algo típico da cultura sindical rural. Um dos fatos constatados em nossas visitas a sedes de sindicatos rurais é a longa permanência de líderes sindicais na chefia da entidade. Sendo que alguns deles, desde período da ditadura militar, indicados pelo antigo DRT ou pelos representantes políticos da época ligados aos militares.

Em 2010 foi a primeira vez na história da FETAG-AL após o golpe militar que o presidente eleito da federação não teve qualquer vínculo com indicações da DRT ou do governo militar. Esse fato se constitui uma mudança tanto na cultura política da organização assim como na própria estrutura sindical da Federação. Luís Ormino da Silva teria sido o último presidente que foi colocado de forma indireta e Antonio Vitorino, apesar de ter participado e vencido eleições, sua gênese dentro da diretoria do sindicalismo rural alagoano foi como conselheiro fiscal da diretoria interventora no STR do município de São José da Laje.

O sindicalismo rural alagoano possui certas especificidades quando estudadas categoricamente. Como posto, emergiu sob a influência do PCB e da Igreja Católica, foi consolidado e estruturado nas décadas seguintes pela ação do Estado tanto no governo democrático de João Goulart quanto no regime ditatorial dos militares. Não obstante, percebem-se outros fatores que condicionaram suas estratégias nos últimos anos. A Constituição de 1988 que viabilizou o desenvolvimento progressivo de concepções cidadãs, o projeto da PADRSS-CONTAG que forneceu novas demandas. Alguns dirigentes de STRs alagoanos mantem-se posturas críticas sobre os posicionamentos da federação, se referindo ao certo distanciamento da própria federação para com suas bases. Uma das formas de

protestos de dirigentes seria a 'não participação' das convocações feitas da federação para com os seus federados na realização de congressos ou seminários.

Além de toda estrutura sindical nacional herdada, a representatividade rural alagoana sofreu a influência tanto da classe patronal como também de agentes da esfera política alagoana. Empresários do setor sucroalcooleiro indicavam os nomes para a direção dos STRs nos municípios alagoanos ou nomes que compunham a mesa diretora da Federação. Essa era uma forma de condicionar as práticas e estratégias sindicais e neutralizar ainda mais a ação das lideranças nos diversos municípios. Nomes relevantes da política alagoana também estiveram associados à FETAG-AL, haja vista ser a maior entidade sindical do Estado. Em outros momentos a própria federação manifestava apoio a alguns candidatos (MELLO, 1990; CARVALHO, 1993; RIOS, 2006).

Tais fatores inviabilizaram a ação sindical no decorrer dos anos e continuam limitando a representatividade efetiva dos líderes sindicais para com a massa de trabalhadores, sobretudo, os assalariados. Como se sabe uma das principais demandas da FETAG-AL é a discussão em torno do piso salarial e das demais pautas referente às relações e condições de trabalho do cortador de cana-de-açúcar. As convenções coletivas da classe canavieira no Brasil tem seu desenvolvimento influenciado pelas greves feitas pelos trabalhadores rurais pernambucanos no final da década de 1970 em reivindicação de melhorias à classe. Na década seguinte, houve novas greves com a participação de 240 mil camponeses. Consequentemente outros estados do nordeste aderiam à greve (DESEMPENHO, 2007).

A principal atividade da federação, enquanto representante dos trabalhadores assalariados, se refere às negociações coletivas que pautam as relações de trabalho e principalmente estabelecem o piso salarial da categoria. Os acordos são feitos no início da safra. Na região nordeste, a safra ocorre comumente entre outubro e março, e na região sudeste, entre maio e outubro. Após as campanhas salariais terem se consolidado no Brasil, constatou-se na década de 1990 uma melhora significativa nas condições de trabalho da categoria canavieira em comparação com décadas anteriores (DESEMPENHO, 2007). As convenções coletivas em Alagoas são realizadas anualmente tendo como participantes: a Federação da Agricultura do

Estado; Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar; o Sindicato dos Agroindustriais; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas; alguns representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais; e atuando como mediadores, os fiscais do trabalho, assim como o superintendente regional do trabalho.

São discutidos os temas: a) sobre as relações econômicas – aumento salarial, hora extra, repouso semanal remunerado, formas de pagamento em caso de doença de empregados; b) as garantias e obrigações trabalhistas – jornada de trabalho, proibição de falso empregado, assinatura da CTPS, rescisões contratuais, abono de falta, aviso prévio, salário doença, moradia, área para plantação, dispensa injusta, gestantes, período de amamentação, repouso em caso de aborto, garantias ao empregado estudante, proteção ao trabalhador menor e aposentadoria; c) referente à segurança e higiene do trabalho – insalubridade e periculosidade, alojamentos, água potável no local de trabalho, primeiros socorros, ferramentas, veículos destinados ao transporte de trabalhadores, transporte no caso de acidentes e emergência; d) por fim, são discutidos os temas: atestados médicos e odontológicos, trabalho em tempo parcial, dia do trabalhador rural, eleições sindicais, delegados sindicais, fiscalização da DRT, contribuição social, taxa de assistência, comissão de conciliação prévia, multa por descumprimento da convenção e a vigência da convenção (CONVENÇÃO COLETIVA, 2005/2006).

As convenções coletivas se referem a um “processo democrático de auto composição de interesses pelos atores sociais, objetivando a fixação de condições de trabalho a uma coletividade de empregados de determinada empresa ou de toda uma categoria econômica” (SÜSSKIND, 1999, p. 1174 *apud* KILLIAN, 2003, p. 15). As convenções coletivas são de suma importância para entendermos as relações de trabalho tendo em vista que são nelas firmados os acordos que tratam destas condições de trabalho.

Sobre o exame de cláusulas dos acordos e convenções coletivas, Cotanda (2008) analisou formalmente seu conteúdo e concluiu serem possuidoras de três características, a saber: generalizantes, contingentes e defensivos. A generalização é verificada dentro das reivindicações dos trabalhadores que não conseguem perceber os seus interesses claramente colocados. As limitações das cláusulas das

convenções são fomentadas pela dificuldade dos líderes sindicais em possuírem conhecimento para interpretar e contestar os textos produzidos. Outro adjetivo das cláusulas é a contingência, devido ao grande número de cláusulas, se torna difícil o cumprimento efetivo delas e, por consequência, sua aplicação é incerta. A última característica são as cláusulas defensivas, que buscam a intervenção posterior dos problemas dos trabalhadores, não tendo por interesse a antecipação dos problemas, possuindo apenas a postura corretiva.

Comumente são verificadas denúncias a partir dos veículos de comunicação sobre o descumprimento de usinas ou fornecedores com os acordos firmados em convenções. Percebe-se que são muitas dificuldades na autenticação e fiscalização das convenções coletivas. O governo de uma determinada região teria por função investigar o cumprimento dos acordos feitos entre trabalhadores e empregadores. É o próprio Estado, a partir das ações da Superintendência Regional do Trabalho (SRT), antiga Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que teria a função de fiscalizar o cumprimento das cláusulas firmadas na Convenção Coletiva de Trabalhadores.

Para Killian (2003, p.18), podem-se analisar diversas posturas de atuação do Estado nos acordos coletivos: Estado indiferente: que age de forma apática diante das resoluções e negociações nas convenções, não influenciando as decisões tomadas entre o empregador e o empregado; Estado controlador: em que há uma forte rigidez no cumprimento da lei e conseqüentemente fará uma fiscalização nos locais de serviço verificando as condições de trabalho; Estado participante: no qual efetiva uma participação nas decisões tomadas dentro dos acordos econômicos, deixando seu posicionamento imparcial.

Nas recentes convenções (a partir do ano de 2010) estão postos sete capítulos que abordam as questões relativas ao trabalho. O Capítulo Primeiro das Convenções Coletivas dos trabalhadores rurais se refere às cláusulas econômicas, nestas são postas o piso da categoria como também a discussão de outros possíveis aumentos salariais correspondentes a serviços executados na lavoura canavieira. Segue uma tabela com o reajuste anual do piso salarial dos cortadores de cana-de-açúcar de Alagoas.

**Tabela 02 – Aumento do piso da categoria dos assalariados rurais de Alagoas.**

Ano / período	Reajuste em (%)
2005 / 2006	7,51
2006 / 2007	6,20
2007/ 2008	7,00
2008 / 2009	7,50
2009 / 2010	5,87
2010 / 2011	6,50
2011 / 2012	11,00
2012 / 2013	6,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das convenções coletivas impressas e do *site* da FETAG-AL.

Na Convenção 2005/2006 o piso salarial dos canavieiros alagoanos ficou acima dos estados de Pernambuco e Paraíba. O aumento em Pernambuco ficou em R\$ 315, na Paraíba o aumento chegou a R\$ 310 e em Alagoas com R\$ 325. Na Convenção seguinte (2006/2007), os canavieiros alagoanos solicitaram o aumento de 7%. Os sindicatos e associações dos empregadores: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL), Associação dos Plantadores de Cana do Estado de Alagoas (Asplana) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (FAEAL) apresentaram uma contraproposta de 6,1% e no final ficou estabelecido na Convenção Coletiva o aumento de 6,2% (CONVENÇÃO, 2006/2007).

No acordo firmado 2008/2009, os trabalhadores solicitaram um aumento de 8.5%, porém, sofreram uma contraproposta dos empregadores de 7.26%, firmando-se, no final, 7.5% para o piso da categoria. Assim, passou de R\$ 427 para R\$ 459. Nessa mesma convenção, os trabalhadores não conseguiram a aprovação do pagamento pelas horas *in itinere*, ou seja, são horas extras prestadas fora do local de trabalho, isto é, o valor referente ao percurso feito pelo trabalhador de sua residência até à usina, seja pelo transporte do empregador ou por meios próprios (CONVENÇÃO, 2008/2009).

Na Convenção 2009/2010, a FETAG-AL divulgou a solicitação da pauta enviada aos empregadores: 25% de aumento salarial para o piso da categoria. Seguindo o texto do ano anterior, a pauta continha também a reivindicação pelas

horas *in itinere*. Contudo, não foi atendido, e, sob a justificativa da crise internacional sofrida pelo setor empresarial, o acordo foi acertado em 5.87% de aumento salarial. Foi o menor aumento dos últimos quatro anos, isto em valores monetários seria de R\$ 477 para R\$ 505. Em Pernambuco o aumento do piso salarial dos canavieiros atingiu R\$ 495, enquanto no Rio Grande do Norte o acordo foi firmado em R\$ 485 e na Paraíba R\$ 482 (CONVENÇÃO, 2009/2010). Sobre o tema referente à suposta crise no setor industrial canavieiro, a então Secretária de Comunicação da federação desse período, Maria do Ó do Nascimento, explica:

Os representantes das usinas alegam que o principal motivo que dificulta o reajuste pleiteado pela categoria é a crise financeira mundial que afeta a economia das indústrias alagoanas. Estamos discutindo para saber o que vai ser aprovado em comum acordo. Não queremos que as negociações se arrastem por muito tempo (CANAVIEROS, 2008).

Na Negociação de 2010/2011, na pauta aprovada pelos representantes sindicais, juntamente com os trabalhadores rurais, foi estabelecida a solicitação de 20% de aumento salarial. Contudo, na Convenção Coletiva dos Trabalhadores da Agricultura em Alagoas, conseguiram apenas 6,5%. No ano seguinte, 2011/2012, o aumento foi de 11% e foi o maior aumento percentual para a categoria na história das convenções coletivas alagoanas, contudo, não representou ganhos reais, pois foi apenas um reflexo que se referiu ao aumento vertiginoso da inflação brasileira que chegou a atingir 6,5% nesse período, a maior nos últimos sete anos. Na Convenção 2012/2013 a categoria iniciou sua proposta com 20% de aumento, porém somente alcançaram 6,0%. O salário dos canavieiros alagoanos subiu de R\$ 641 para R\$ 679,46 e com isso a FETAG-AL conseguiu manter o piso em Alagoas como o maior da Região Nordeste, seguido de Sergipe com R\$ 670 e Pernambuco com R\$ 660. De forma geral, as Convenções Coletivas dos Canavieiros ainda preveem mais um aumento do piso da categoria quando ocorrer o aumento do salário mínimo.

O sindicalismo rural alagoano não tem conseguido alcançar os índices postos em sua pauta para o aumento do piso da categoria. Suas propostas apresentadas aos sindicatos patronais são sempre rechaçadas. Porém, tal problemática não se restringe ao Estado de Alagoas, as federações de outros estados sofrem da mesma forma, haja vista que o piso salarial de Alagoas comumente é o maior da Região

Nordeste e o segundo maior do Brasil. No Capítulo Primeiro da Convenção Coletiva, ainda são firmados os valores pagos a outros tipos de serviços, como a limpa (preparação do solo para início do plantio, retirando qualquer tipo vegetação do local). O corte da cana – medido por tonelada – pode ser seguido de amarração da mesma (cana amarrada) ou não (cana esteirada). Segue uma tabela referente ao preço da tonelada de cana cortada.

**Tabela 03 - Valor do corte de cana queimada em R\$ por toneladas.**

Ano / período	Valor em R\$
2005 / 2006	2,53
2006 / 2007	2,99
2007/ 2008	3,20
2008 / 2009	3,58
2009 / 2010	3,94
2010//2011	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das Convenções Coletivas.

A cana esteirada é cortada, mas não amarrada. Ou seja, esse tipo de trabalho se refere apenas ao corte em si. Quando o rurícola tem o trabalho de juntar as canas e amarrá-las, o valor pago é dobrado, pois é observado maior gasto de energia. E se a quantidade de canas cortadas diariamente pelo trabalhador ultrapassar quatro toneladas, ocorre um acréscimo no valor pago por cada tonelada.

Na última década se intensificaram conflitos no ambiente rural alagoano devido ao descumprimento da Convenção Coletiva. Trabalhadores atuaram de forma autônoma na reivindicação por seus direitos (SILVA, 2011). Em 2007 houve protesto dos canavieiros do município de Rio Largo sobre a Usina Santa Clotilde, argumentavam que as canas não estavam sendo pesadas regularmente. Como os trabalhadores do corte de cana recebem seus salários mediante produção e esta é verificada a partir da pesagem, argumentavam que estariam sendo prejudicados pelo setor da usina responsável pela pesagem da cana. Devido a este problema, os canavieiros interditaram a BR 104, trecho entre os municípios de Murici e União dos Palmares, com a intervenção da polícia militar do Estado de Alagoas (GALVÃO; DUARTE, 2007).

O Capítulo Segundo das Convenções Coletivas se refere à jornada de trabalho. Firmado sempre em 44 horas, permitindo horas extras. No acordo coletivo de 2012/2013, a secretaria dos assalariados continuou reivindicando o pagamento das horas do itinerário entre a região de moradia dos trabalhadores e o local de trabalho. Sob entrevista, um auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em Alagoas comenta sobre as más condições de trabalho e o descumprimento das Convenções Coletivas em solo alagoano: “Hora extra é a partir de 12,13,14 (horas de trabalho ao dia) inclusive com ausência do descanso semanal de 24 horas [...]” (CANDIDO; MALAGODI, 2009). A situação fere a cláusula da convenção que autentica a hora extra a partir das 8 horas de trabalho diário.

O Capítulo Três versa sobre o contrato de trabalho. Prioritariamente os trabalhadores contratados devem ser do próprio município em que esteja a empresa. As usinas devem seguir a legislação prevista para efetuar o contrato de jovens entre 16 e 18 e proibir categoricamente o trabalho de menores. Coletti (1995, p.186), apresenta um caso que atesta a precariedade das condições de vida dos trabalhadores canavieiros alagoanos. Relata que em Alagoas, de acordo com dados da própria federação, em 1991, 50 mil crianças trabalhavam ajudando os pais no corte da cana, não cumprido o estatuto da criança e do adolescente, bem como negligenciando os acordos firmados pela convenção coletiva.

O movimento sindical alagoano argumenta que o Estado, através da Superintendência Regional do Trabalho, não tem cumprido seu papel de fiscalizador dos acordos feitos sob sua presidência, acarretando fortes consequências para o trabalhador rural. O Capítulo Quatro discorre sobre as relações de trabalho, como a concessão de moradia e área para plantio. Tais benefícios, além de fazerem parte dos acordos firmados nas convenções anuais, estão previstos na legislação trabalhista vigente, contudo, na prática não é verificado o cumprimento das mesmas.

O Capítulo cinco corresponde à saúde do trabalhador, bem como as cláusulas referentes à segurança do trabalho. Devem ser realizados treinamentos para que os trabalhadores saibam manusear os equipamentos e produtos como herbicidas e agrotóxicos. As empresas devem também munir os canavieiros com os materiais necessários para sua proteção adequada no corte de cana ou outros serviços. Os alojamentos também devem seguir um rígido controle sanitário, deve-se ter um local

adequado para as refeições, e devem ser montados sanitários móveis (CONVENÇÃO COLETIVA, 2010). No entanto, as moradias são inapropriadas, muitas vezes existem abrigos improvisados “feito de paredes e teto de varas amarradas com cipó, a lona que cobre o teto garante a sombra” (VERÇOZA, 2012, p. 100). O Capítulo seis versa sobre as relações sindicais. É estabelecido nas Convenções Coletivas que os representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das cláusulas. O sindicato pode convocar a fiscalização da DRT quando se fizer necessário, no entanto, deve comunicar com antecedência de 72 horas a gerência da empresa.

Em 2008, diante de greves, manifestações sociais e denúncias ao Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas (TRT-AL) foi organizada uma força tarefa, denominada “Zumbi dos Palmares”, objetivando investigações das irregularidades postas nas usinas alagoanas, bem como investigar o não cumprimento por parte da classe patronal para com as cláusulas firmadas na convenção coletiva de canavieiros. Sobre o tema segue um trecho do Relatório da Força Tarefa Zumbi dos Palmares: “Cresce, portanto, o número de denúncias encaminhadas à Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região no período da entressafra, por não terem sido cumpridas devidamente as obrigações trabalhistas com relação aos safristas”. As maiores reclamações dizem respeito ao descumprimento dos acordos firmados (não pagamento do piso salarial, da gratificação natalina, das horas extras e do adicional noturno, periculosidade ou insalubridade, das verbas rescisórias, do não recolhimento do FGTS entre outros) (CANDIDO; MALAGODI, 2009).

Foi constatado trabalho análogo à escravidão em três usinas alagoanas dentre as 15 usinas visitadas. As outras também foram autuadas por não cumprirem as determinações da CLT e da Convenção Coletiva. Posteriormente, sob visita da CPT em algumas usinas, foi constatado que alguns itens do Equipamento de Produção Individual (EPI) não tinham sido comprados, como as próprias luvas. Os outros materiais foram comprados, mas descontados R\$ 220 do trabalhador (FONSECA, 2011, p.107). Sobre o descumprimento das cláusulas, Antônio Vitorino, então presidente da federação ano de 2008 fala: “O pessoal da cana sempre descumpriu certas determinações. Todo ano nós vamos para a mesa de negociação. Há concordância de todos. Mas, na prática, quase ninguém cumpre” (LÚCIO, 2010).

O Capítulo Sete discute, entre outros assuntos, sobre a possibilidade do emprego de comissões de conciliação para resolver problemas trabalhistas. O Capítulo Oito versa sobre a multa imposta à classe patronal pelo descumprimento da Convenção Coletiva, o valor se refere ao piso da categoria paga em benefício do trabalhador prejudicado. Em maio de 2012, cerca de 150 trabalhadores demitidos interditaram por quatro horas a BR 104 no município de Murici cobrando o FGTS, visando receber o Seguro Desemprego da empresa Utinga Leão.

Ao mesmo tempo em que emergem conflitos decorrentes das ineficazes ações das autoridades públicas e da insuficiente ação sindical da FETAG-AL, diminuem as ofertas de trabalho no ambiente canavieiro devido ao aprimoramento tecnológico. Entre as dez cidades brasileiras que mais demitiram no primeiro semestre de 2011 quatro são alagoanas. Coruripe (8.016), São Miguel dos Campos (3.522) Rio Largo (3.238) e Campo Alegre (2.097). No município de Coruripe, por exemplo, com a população de 52 mil habitantes, neste mesmo período foram contratados apenas 756 trabalhadores. Em todo estado foram demitidos 73 mil trabalhadores. Das 23 usinas, 17 optam pelo contrato safrista, assim os canavieiros não receberam seguro desemprego e nem aviso prévio (VEJA, 2012). De acordo com Mello (2002, p. 83).

Os sindicatos, além das velhas dificuldades de afirmação num passado recente, enfrentam dois novos desafios, inerentes a uma mesma lógica econômica, apresentando, porém, diferentes estratégias: se, por um lado, já há claros indícios da emergência de novas modalidades de integração e controle da força de trabalho no campo, que se diferencia de todos os outros padrões já apontados pela literatura especializada no mundo canavieiro, por outro, assistem a um súbito desaparecimento de suas “bases” naqueles municípios onde as unidades produtivas encerram suas atividades.

Diante do avanço do desemprego, posto em diversos municípios, as duas últimas diretorias da FETAG-AL tentaram sanar os problemas dos trabalhadores a partir da aprovação de projetos como o “Amigo Trabalhador”. Significa um repasse de R\$ 350 aproximadamente a cinco mil canavieiros durante o período da entressafra, podendo durar por seis meses, as bolsas custariam anualmente ao Governo do Estado de Alagoas um total de R\$ 7 milhões. O projeto foi articulado, em 2011, numa audiência pública proposta pelo deputado estadual José João Pereira Filho e incentivado pela diretoria da FETAG-AL. Programas desse tipo já existem em Sergipe (Mão Amiga) e Pernambuco (Chapéu de Palha). O parlamentar argumentou

na sessão que além desse projeto trará para discussão outros projetos visando a qualificação dos trabalhadores. Nesta sessão o presidente da FETAG-AL, Genivaldo Oliveira comentou a temática (AUDIÊNCIA, 2001).

Das 24 usinas, 16 unidades adotaram o regime de contrato safrista que não concedem direitos como seguro desemprego, aviso prévio e multa rescisória. Os trabalhadores ficam sem qualquer renda para se sustentar na entressafra. O nosso apelo é que a Assembleia Legislativa e o governo possam encontrar uma solução para este problema. As perdas para o trabalhador com o contrato safrista são significativas.

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Alagoas bem como outras federações de trabalhadores rurais em outros estados não têm conseguido efetivar satisfatoriamente a representatividade aos cortadores de cana por diversos fatores estruturais já expostos no presente trabalho. Se, por um lado, é constatada a insuficiente representatividade ação sindical rural; por outro lado, nos últimos anos a principal demanda que tem se destacado é a agricultura familiar. Este termo adentrou o cenário intelectual no início da década de 1990. Passado a ser utilizado tanto nas discussões a cerca das políticas públicas como nas reivindicações dos movimentos sociais (ABRAMOVAY, 1998, p. 9).

Além das mudanças estruturais que fazem emergir essa nova modalidade produtiva, percebe-se também que os investimentos do Governo Federal para os pequenos produtores são condicionantes para a ascensão de novos grupos identitários, apesar de existir consideráveis dificuldades dos governos de empregar nessa 'nova visão' (FAVARETO, 164). A FETAG-AL, conseqüentemente, tem se inclinado para uma nova demanda crescente em todo país, Agricultura Familiar. Segundo Bruno (2008, p. 97), no atual estágio do desenvolvimento se destaca um grupo 'agricultura familiar em transição' que tem sido acometido de grandes dificuldades para se firmar no cenário produtivo brasileiro. Este grupo pode ser enquadrado grande parte dos assentamentos em Alagoas. Um dos seus principais agentes que impulsionam este setor é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf). De acordo com Mello (2002, p. 183).

A própria Secretaria de Política Agrícola e Agrária da FETAG-AL admite que a entidade consegue avançar nas áreas do agreste e sertão em defesa da Agricultura Familiar, mas enfrenta "obstáculos nas áreas canavieiras". Nelas, com a flexibilização, vem prevalecendo a saída "negociada" em vez da "legislada", na resolução de conflitos.

O Pronaf foi criado em agosto de 1995, é no contexto brasileiro, a primeira e mais importante política pública ativa, com abrangência nacional, orientada especificamente para a agricultura familiar. O programa foi uma conquista da mobilização dos agricultores familiares no território brasileiro. Inicialmente, através da luta por crédito para investimento feito pelos sindicatos rurais da região sul e posteriormente ocorreu um avanço dessa demanda por todo país.

O Pronaf é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ocorrendo a articulação entre as organizações como associações e sindicatos bem como a ação dos governos estaduais e municipais. O Pronaf tem por finalidade o “fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamentos rural adequadas a sua realidade” (CARTILHA, 2011/2012). O Programa se destaca em âmbito nacional entre os produtores rurais por possuir as menores taxas de juros e com isso resulta na ínfima inadimplência por parte dos beneficiados. As condições de receber os créditos do Programa independem da condição identitária do trabalhador rural: pequeno proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou assentado do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), porém, o trabalhador deve morar na propriedade. A renda familiar não pode ultrapassar R\$ 110 mil anuais e 70% dessa montante devem ser provenientes da produção agrícola. Deve possuir apenas dois empregados, podendo na safra contratar trabalhadores temporários. Paulino (2006, p. 276) argumenta sobre a considerável intervenção do Governo:

É nesse embate delineado pelos interesses de classe que o Estado acaba sendo chamado a intervir. Sabendo-se que a produção camponesa é fundamental para o abastecimento do mercado interno, as políticas públicas tendem a ser encaminhadas de modo pontual, a fim de amenizar as contradições para que esse frágil equilíbrio seja preservado.

No Censo Agropecuário de 2006 foi registrado que 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros são provenientes da Agricultura Familiar. Empregando cerca de 80% dos trabalhadores rurais do Brasil. O Nordeste possui 50% dos Agricultores familiares. Em Alagoas, o total de estabelecimentos de Agricultura familiar foi de 111.751 num total de 682.616 hectares. Em contrapartida, agricultores não familiares foi de 11.580 com 1.425.745 hectares (IBGE, 2006). Apesar do número de Agricultores familiares serem muito superior ao dos

latifundiários seu acesso a terra ainda é muito limitado. Os dados demonstram a forte concentração de terras em Alagoas e apresentam quão difícil o acesso às terras. O Brasil ainda se destaca como o país que mais investe na Agricultura Familiar (Brasil, 2012).

Em Alagoas, a principal articulação da FETAG-AL para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no Estado de Alagoas foi a reativação da antiga Emater que tinha sido fechada em 2001. Sendo recriada em 02 de dezembro de 2011 sob o nome de Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (mas comumente chamada de Emater ou Nova Emater). A Nova Emater visa a assistência técnica aos pequenos produtores alagoanos. Esse novo instituto está ligado a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEAGRI). O presidente Genivaldo de Oliveira, sob entrevista, expõe sobre o caso.

Os desafios da nova Emater são grandes para poder manter as famílias e, principalmente, os jovens no campo. O déficit habitacional rural também é outra preocupação. São muitos os agricultores que moram em péssimas condições. Precisamos que a Emater nos ajude não só na questão técnica, mas também social (DIRETORES, 2012).

A habitação rural é outra demanda que a FETAG-AL tem se debruçado. A federação tem enviado projetos de habitação no campo para o Governo Federal como forma de viabilizar a entrega de casas para a população camponesa propiciando uma forma de conter o êxodo rural. O Governo Federal através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) tem fornecido subsídio para a aquisição da casa própria objetivando a permanência das famílias em suas propriedades rurais proporcionando assim o aumento da produtividade agrícola.

Concomitantemente às novas demandas que a FETAG-AL tem articulado como Agricultura Familiar e Habitação Rural, passa apoiar grupos ascendentes devido à redemocratização do país que ocupam novos espaços mediante as recentes concepções de cidadania expressas na Constituição de 1988. O PADRSS/CONTAG – mencionado anteriormente neste capítulo – enfatizou as questões da solidariedade e da cidadania enquanto fundamento para a ação movimento sindical rural. Scherer Warren (1993, p. 72) explica sobre esses novos projetos dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Quanto ao projeto, o que há de novo nos Movimentos Sociais no Campo é a centralidade da luta por uma cidadania “integral”. Isto se expressa através da utopia de construção de uma nova sociedade: mais justa do ponto de vista social, na qual o direito à terra para quem nela trabalha e vive, entre outros (cidadania social), seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (do modo de vida camponês) ou de gênero (mulher camponesa).

A CONTAG desde a década de 1990 tem incluso nos seus congressos discussões sobre a temática da cidadania e com isso reorientações estratégicas têm sido consolidadas nos sindicatos rurais em todo país. De forma similar, a FETAG-AL em suas últimas duas diretorias tem ampliado a linha de atuação para novos grupos. Desta forma, emergem as novas concepções de identidades dentro da pauta da ação sindical rural em Alagoas como a participação das mulheres, dos jovens e dos integrantes da chamada “terceira idade”.

O movimento social das mulheres do campo no Brasil surgiu no distrito de Itaberaba-SC em 1983 dentro das discussões do sindicato rural daquele município numa tentativa de suplantar gradativamente as relações sociais marcadas pelo conservadorismo patriarcal dentro da instituição matrimonial. De forma geral, a situação da mulher camponesa relegada às condições domiciliares dissociada da liderança de sindicatos e movimentos sociais foi uma constante (LUSA, 2011). Sobre o tema Branco (2000, p. 17) argumenta.

As mulheres ou têm acesso limitado ou não têm acesso às oportunidades de trabalho assalariado, permanecendo confinadas à esfera doméstica onde desenvolvem, em particular, atividades voltadas à reprodução da unidade familiar. Numa sociedade afetada por tal desastre, atribui-se uma alta prioridade à renda em dinheiro e uma menor importância às tarefas domésticas, como cozinhar, cuidar das crianças e cultivar culturas de subsistência para o consumo familiar. A renda proveniente do emprego representa uma forma de segurança num contexto propenso a desastres naturais.

Entre o final do século XX e a início do século XXI, além da ascensão profissional, as mulheres têm conseguido gradativamente exercer cargos de liderança tanto na política como nos diversos movimentos sociais. No âmbito do sindicalismo rural não foi diferente, a CONTAG passou a incentivar a atuação das mulheres dentro de suas instituições estabelecendo uma cota mínima de 30% para a

participação das mulheres nas diretorias das federações e dos sindicatos. Em Alagoas, as mulheres têm tomado considerável liderança nos STTRs como também na própria direção de outras instancias. Por exemplo, Rilda Alves, ligada ao STTR de Arapiraca foi eleita 2ª vice-presidente da confederação no Congresso de 2009. Não obstante, constata-se ainda marcas das desigualdades tradicionais que tendem a dificultar a inserção da mulher nos espaços sócio-políticos, haja vista, as recentes denúncias de violência contra a mulher no ambiente rural alagoano.

O segundo grupo de destaque dentro da ação sindical das duas últimas diretorias da FETAG-AL são os jovens, filhos de agricultores rurais ou de assalariados rurais. Comumente passam por vários treinamentos e cursos contínuos visando futuramente o ingresso no quadro de líderes. Desde muito cedo se integram a vida sindical como foi o caso da adolescente Naiana Carla da Silva Oliveira, – de acordo com o *site* da instituição – com apenas 16 anos, assumiu o cargo de coordenadora de Jovens da federação. O sociólogo húngaro Karl Mannheim considera os jovens como “agente revitalizador” da modernidade ou “força potencial de transformação da sociedade”. Enquanto nas sociedades tradicionais os mais velhos são os sujeitos aclamados, nas sociedades modernas os jovens são os detentores de prestígio (GROPPO, 2000, p. 29).

Dentro das ações sindicais da federação alagoana tem destacado O “Projeto Jovem Cidadão”. O curso visa fornecer aos jovens agricultores condições para o ingresso no mercado de trabalho. O Projeto é patrocinado pela Petrobrás e sua participação é feita a partir de uma seleção pública envolvendo candidatos de vários municípios. O programa atende jovens entre 18 e 29 anos. Além dos cursos e seminários anualmente tanto a FETAG-AL, em nível estadual, como a CONTAG, numa dimensão nacional, realizam congressos para a Juventude visando o fortalecimento e capacitação.

No que se refere à Terceira Idade, a ação sindical rural em Alagoas passa a inserir esse grupo no rol das secretarias da federação. Diante da necessidade de instrução sobre as questões pertinentes da previdência social, a ação sindical rural em Alagoas tem se voltado para esclarecer os trabalhadores rurais como se deve proceder para pleitear os benefícios da aposentadoria. Em 2010, A FETAG-AL, organizou o “Encontro Estadual da Terceira Idade”. Além das questões previdenciárias discutiu-se também o cumprimento do Estatuto do Idoso. Sobre o

tema, Pedro Lúcio, o então Secretário da Terceira Idade da época argumentava (FETAG AL, 2010):

Apesar de termos o Estatuto do Idoso em vigor, ele está longe da nossa realidade e os gestores públicos ainda não entendem isso. O programa de saúde destinado ao idoso é um bom exemplo desse problema. No SUS, o idoso deveria ter um tratamento especial. Também temos casos de pessoas que vêm do interior para receber atendimento médico em Maceió e quando chegam aqui, não têm onde ficar. São inúmeras as falhas.

Outra ação da FETAG-AL muito enfatizada dentro de suas atuais estratégias se refere à formação de líderes a partir de cursos e seminários. As secretarias da Federação são, na maioria das vezes, responsáveis pela realização dos eventos. Estes são realizados no centro social na própria sede da Federação, em Maceió. Dentro dos cursos ofertados tem destaque para o curso de Formação de Educadores em Prática Sindical. Com intuito de fornecer assistência às federações, a confederação nacional tem um órgão responsável por organizar cursos educativos, trata-se da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) que articula em diversos Estados esta formação continuada. Em um dos cursos realizados no ano de 2008, Antonio Torres, o Secretário de Organização e Formação da Prática Sindical da gestão 2006/2010, sob entrevista, argumenta (FETAG-AL, 2008):

Os participantes do curso, que são oriundos de 31 municípios alagoanos, receberam uma capacitação sobre as novas políticas de movimento sindical. Queremos formar líderes para lutar por melhores condições de trabalho e de vida. A ideia é libertar os trabalhadores e evitar a exploração. A mudança deve ocorrer desde a base. 'Este curso traz uma nova realidade da prática sindical', acrescentou o secretário de Organização e Formação da Prática Sindical, Antônio Torres.

Esse evento foi organizado pela Secretaria de Políticas Agrícolas, o curso objetivou fornecer a liderança dos STTRs alagoanos a noção de como solicitar os projetos sociais e políticas públicas do Governo (PNHR, Minha Casa Minha Vida, Crédito Fundiário, Mais Alimentos, Barriga Cheia dentre outros). Segue uma tabela com seminários e encontros abrangendo os diversos temas abordados pela FETAG-AL entre os anos de 2008 e 2013. O período abrange as duas últimas diretorias (2006-2010) sob a presidência de Antônio Vitorino da Silva e (2010-2012) sob a direção de Genivaldo Oliveira.

**Tabela 04 – Seminários realizados pela FETAG-AL.**

<b>Seminários</b>	<b>Período / Semestre</b>
Encontro da Terceira Idade em Arapiraca e Pão de açúcar	Primeiro semestre 2013
Encontro com dirigentes de polos de Maceió e Inhapi	Primeiro semestre 2013
II Seminário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Terceira Idade	Segundo semestre /2012
Seminário Nacional debate Democracia, Poder e Participação Política	Segundo semestre /2012
Seminário Estadual de Trabalhadores Assalariados	Primeiro semestre /2012
Seminário sobre previdência	Primeiro semestre /2012
Seminário Estadual de Trabalhadores Assalariados	Primeiro semestre /2012
Seminário faz avaliação do Plano Safra 11/12	Primeiro semestre /2011
Seminário de sensibilização sobre movimento sindical	Primeiro semestre /2011
Encontro dos Assalariados da Zona Canavieira de Alagoas	Primeiro semestre /2011
II Encontro Estadual da Terceira Idade	Primeiro semestre /2010
I Seminário Estadual de Habitação Rural	Primeiro semestre / 2010
Seminário estadual de mulheres trabalhadoras rurais.	Primeiro semestre 2009
Seminário avalia multiplicadores do curso de formação da FETAG-AL	Primeiro semestre / 2008
Seminário de legislação previdenciária.	Primeiro semestre / 2008

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados do Site: [http:// www.Fetag.com.br/noticiasLista.asp](http://www.Fetag.com.br/noticiasLista.asp)

O Seminário sobre Habitação Rural é uma forma de esclarecer aos líderes de STTRs como ter acesso ao benefício da casa própria. No ano de 2012, foi dado início ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) integrante do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios alagoanos. A FETAG-AL foi o órgão responsável pelo cadastramento das famílias camponesas neste programa. O

Estado de Alagoas tinha aproximadamente 600 famílias rurícolas vinculadas ao programa. O plano do Governo contempla os pequenos produtores com renda familiar até 15 mil reais anuais. O Programa começou ser efetivado nesse mesmo ano com casas sendo entregues aos trabalhadores do município de Arapiraca.

Os cursos são ofertados também a agricultores familiares. Por exemplo, no dia 15 de Maio de 2008, a FETAG-AL em consonância com a confederação promoveu um curso direcionado à agricultores familiares do município de Dois Riachos. O evento promoveu o aprendizado da técnica para o cultivo do umbu. Esta realização faz parte do Projeto Siaste vinculado a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Foi disponibilizado 100 mudas para os participantes do curso. Partindo das propostas dos seminários, cursos, capacitação e dos palestrantes desses respectivos eventos percebe-se que além do treinamento específico dos treinamentos visando as inúmeras questões relacionadas à federação vale ressaltar o caráter educativo e politizador ofertado ao público.

É a partir da última diretoria eleita (2010) que ocorreu um aumento significativo do número de eventos realizados pela Federação alagoana. Atualmente, os Projetos<sup>16</sup>são: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS); Reforma Agrária; Direitos dos Assalariados; Políticas Sociais para o Campo; Agricultura Familiar; Novas Relações de Gênero e Geração. Além dos cursos e seminários, a ação sindical rural em Alagoas conta as manifestações públicas postas em seu calendário.

As mobilizações da CONTAG/FETAG-AL são: O Grito da Terra; Marcha das Margaridas; Mobilização Nacional dos Assalariados Rurais; Festival Nacional da Juventude; Jornada de Luta pela Reforma Agrária; Encontro Unitário dos Trabalhadores; Trabalhadoras e Povos do Campo, das águas e das Florestas. Nos últimos anos ganhou força as reivindicações passivas utilizando a massa de trabalhadores rurais. Segue um quadro com os principais eventos organizados e participados pela FETAG-AL:

---

<sup>16</sup> Informações extraídas do site da organização – [www.fetagal.com.br](http://www.fetagal.com.br)

**Quadro 1 - Frequentes atos públicos em Maceió e/ou Alagoas realizados com/pela FETAG-AL**

<b>Grito da Tera</b>
<b>Dia da Mulher</b>
<b>Dia do Trabalhador</b>
<b>Violência contra o idoso</b>
<b>Marcha das Margaridas</b>
<b>Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais</b>
<b>Dia Mundial de Combate à Violência Contra o Idoso</b>

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de dados do Site: <http://www.Fetag.com.br>

A maior mobilização do sindicalismo rural brasileiro se refere ao Grito da Terra que acontece tanto a nível nacional quanto estadual. Anualmente milhares de trabalhadores participam dessa mobilização reivindicando ao Governo Federal e/ou Estadual benefícios para classe trabalhadora. No Grito da Terra “Brasil” de 2012, a FETAG-AL levou para Brasília 150 integrantes dos STTRs representando os trabalhadores da agricultura de Alagoas. A pauta de reivindicação é feita a partir das demandas discutidas pelas federações em assembleias regionais. O Grito da Terra “Alagoas” é organizado nos mesmos moldes da mobilização nacional, tendo também a participação da massa de trabalhadores. No ano de 2011, a quarta edição promovida pela FETAG-AL, cinco mil trabalhadores tomaram a Praça dos Martírios em Maceió. Na ocasião, a direção da federação teve uma audiência com o Governador Teotônio Vilela.

Em 2012 foi realizado a I Mobilização Nacional dos Assalariados. Reuniram-se na capital federal mais de cinco mil trabalhadores rurais, sobretudo a liderança dos STTRs. O então Secretário Geral de República Gilberto Carvalho e o então Ministro do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas receberam os camponeses. As principais reivindicações solicitadas pelos trabalhadores se referiam: ao fim da informalidade no trabalho rural; uma fiscalização mais atuante para combater o trabalho escravo; e um programa de transição referente ao avanço da mecanização que tem excluído muitos trabalhadores principalmente do setor sucroalcooleiro.

A Marcha das Margaridas<sup>17</sup> é realizada em Brasília contando com a presença de mulheres de todas as federações. O evento é uma manifestação da luta das trabalhadoras rurais em busca de justiça e igualdade visando melhorias para as relações de trabalho no campo. A Marcha das Margaridas tem a participação de mais de 100 mil mulheres e se constitui o maior evento do gênero da América Latina. No último evento a liderança do movimento teve uma audiência com a presidente Dilma Rousseff. Em nível local, a FETAG-AL anualmente realiza passeatas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, tanto no interior do Estado como também na capital. A manifestação tem como princípio educativo para que as mulheres possam tomar consciência de seus direitos sociais e profissionais. O evento serve também com protesto diante aos altos índices de violência contra a mulher no Estado de Alagoas.

Os atos públicos organizados pela ação sindical em Alagoas possuem posturas institucionalizadas, não recorrendo ao embate contra o empregador. Suas reivindicações nessas mobilizações recorrem, em sua grande maioria, aos Governos Estadual e Federal. No entendimento do movimento sindical rural é responsabilidade da esfera pública a garantia de mudanças que contribua para a melhoria das condições de vida e trabalho do homem do campo.

---

<sup>17</sup> O nome se refere à Margarida Maria Alves, presidente do STTRs em Alagoa Grande, Paraíba no início da década de 1980. Líder bastante ativa incentivava os trabalhadores rurais a buscar seus direitos na justiça do trabalho ante os empregadores. Em 1983, foi assassinada na porta de casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais rurais, como todo fenômeno social perpassam constantes transformações ocasionadas por fatores do ambiente interno ou por arranjos da própria estrutura externa. Os indivíduos participantes sofrem mudanças em sua ação devido a própria conjuntura social posta, bem como esta mesma estrutura está passiva a mudanças ocasionada pelas ações empreendidas por aqueles. O movimento sindical rural em Alagoas apresentou brandas modificações desde sua gênese à década de 1990 acompanhando assim a lógica do sindicalismo rural brasileiro, contudo, nos dois últimos decênios vivenciou consideráveis alterações sobre sua ação estratégica movida, principalmente, por transmutações na estrutura econômica e política do país.

Apesar do sindicalismo rural no Brasil ter sido organizado a partir dos segmentos religiosos e partidários, muito mais determinante foi a interferência do Governo Federal sobre esse movimento social. Inicialmente, a pretensão dos governos em oficializar o sindicalismo rural em todo país sugere a busca pelo controle da massa de trabalhadores que ascendiam nos diversos municípios brasileiros. Constatou-se essa preposição a partir da intransigência do Estado na construção do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) – para muitos, uma reprodução da antiga Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – e simbolizou a dependência do movimento rural sindical à Instituição Estatal. Da mesma forma, as bases do Estatuto da Terra, aprovado no regime militar, impossibilitava a realização de um reforma agrária que beneficiasse os camponeses.

O mesmo Estado, que inviabilizava a autonomia da ação sindical rural através de suas articulações institucionais, foi o principal agente para o desenvolvimento das usinas de cana-de-açúcar na região nordeste. A partir da concessão de créditos do IAA, garantiu os subsídios necessários para financiar o extraordinário crescimento econômico no setor. O ápice desse investimento foi dado no Proálcool que tornou Alagoas líder no setor sucroalcooleiro na região nordeste. Concomitantemente a esse progresso econômico, o assalariado rural padecia continuamente décadas após décadas. Sendo assim, a ação sindical rural em Alagoas na pessoa da FETAG-AL dentro de uma cultura política pautada pela subserviência da dominação social

tradicional somada à uma estrutura sindical herdada não pôde em sua trajetória histórica proporcionar satisfatoriamente ganhos reais ao trabalhador rural, sobretudo, o canavieiro assalariado. Um dos únicos recursos para atenuar a problemática social do trabalhador rural se refere aos programas assistencialistas promovidos pelos sindicatos sob o aval do Estado. O PRORURAL favoreceu o tipo de concepção sindical que se instaurava no país. Este posicionamento caracterizou a participação da organização sindical rural em grande parte do país. E com isso bitolava a ação sindical a uma perspectiva divergente de sua proposta essencial, ou seja, a reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida.

A partir das últimas décadas com a reestruturação produtiva (avanço tecnológico apoiado às máquinas colheitadeiras) aliada à desregulamentação estatal gerou ainda mais forte a escassez de emprego no setor canavieiro, transmutando o trabalhador explorado em trabalhador desempregado. Se no século passado, os trabalhadores rurais padeciam ante as péssimas condições de trabalho e irrisórios salários; nos últimos anos a nova dinâmica produtiva no ambiente rural tem expulsado os rurícolas de seus postos de trabalho gerando um caótico desemprego. A lógica produtiva posta no aprimoramento modernizante no setor sucroalcooleiro suplantou não apenas os pequenos produtores, mas muitos fornecedores de cana-de-açúcar padeceram sem condições de concorrência.

Assim, com a reestruturação produtiva ocorrem fenômenos similares, muitas empresas em Alagoas padecem. Constata-se que ante as mudanças paradigmáticas postas no campo, as problemáticas além de alcançar os assalariados, adentram o setor empresarial gerando crise. Apesar da cana-de-açúcar ainda ser detentora da hegemonia produtiva no Estado, outras culturas surgem no interior do estado e muitas delas sendo incentivada através dos subsídios agrícolas fornecidos pelo Governo Federal. Cresce a agricultura familiar em todo território nacional e no estado de Alagoas não tem sido diferente. Isso é decorrente de vários fatores, dentre os quais, os créditos oferecidos do governo aos pequenos proprietários e a redução drástica do número de cortadores de cana no estado de Alagoas.

As novas demandas que condicionaram uma revisão estratégica por parte da FETAG-AL podem ser divididas em três grandes blocos, a saber: primeiro, a ascensão da categoria Agricultores Familiares principalmente oriundas do Agreste e

Sertão alagoano. Segunda, o desenvolvimento de novas identidades (mulheres, jovens e terceira idade) que se afirmam e reivindicam uma representação sindical mais categórica. E por último, líderes sindicais em treinamentos a partir de cursos, seminários e congressos. Esta ação já era utilizada pela CONTAG desde sua fundação, contudo, é a partir da última década que a FETAG-AL passou a efetivar consideravelmente esse tipo de ação sindical.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1998.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2 ed. rev. e amp. Campinas: Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 2003.

ARAÚJO, Braz José. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

AUDIÊNCIA pública debate entressafra e contrato de safra. Maceió, 21 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=%20329>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATALHA, Wilson de Souza Campos; BATALHA, Sílvia Marina Labate. **Sindicatos e sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: LTR, 1994.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. Campinas: Unicamp, 2005.

BRANCO, Adélia de Melo. **Mulheres da seca**: luta e visibilidade numa situação de desastre. João Pessoa: UFPB, 2000.

BRASIL está entre os países que mais apoiam agricultura familiar na América Latina. **Portal Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/02/brasil-esta-entre-os-paises-que-mais-apoiam-agricultura-familiar-na-america-latina>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BRUM, Argemiro Luís; MULLER, Patrícia Kettenhuber. (org.). **Aspectos do agronegócio brasileiro**: a realidade na primeira década do terceiro milênio. Ijuí: Unijuí, 2008.

BRUNO, Regina. **Agronegócio e novos modos de conflituosidade**. In FERNANDES, Bernardo Mançano. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CANAVIEIROS e padrões discutem reajuste. **Alagoas 24 horas**. Maceió, 03 nov. 2008. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=55925>. Acesso em: 15 jan. 2013.

CANDIDO, Paulo; MALAGODI, Edgard. Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e ação estatal no setor sucroalcooleiro do Nordeste. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Campina Grande, n.8, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/view/876/883>> Acesso em: 10 jan. 2013.

CARDOSO, Alberto Moreira. **A década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Cadernos Adenauer, n. 3.

CARTILHA de acesso ao Pronaf: saiba como obter crédito para a Agricultura familiar, SEBRAE. 2011/2012. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)> Acesso em: 25 jan. 2013.

CARVALHO, Cícero Pérciles de Oliveira. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana**. 3 ed. rev. e ampl. Maceió: Edufal, 2009.

CHIOVETTI, Simão Pedro. Reestruturação produtiva na agroindústria paulista e a luta dos trabalhadores rurais assalariados. **Revista Lutas Sociais**, n. 6, São Paulo, 2000. Disponível em: <[www.pucsp.br/neils/downloads/v6\\_artigo\\_simao.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_simao.pdf)> Acesso em: 19 out. 2010.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Unicamp, 1998.

CONGRESSO Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, 2009. **Anais eletrônicos**. Brasília: CONTAG, 2009. Disponível em: <[http://www.CONTAG.org.br/imagens/f1024doc\\_base.pdf](http://www.CONTAG.org.br/imagens/f1024doc_base.pdf)> Acesso: em 05 mar. 2012.

CONTAG 40 anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo. Distrito Federal: Versal Design, [2003]. Disponível em: <<http://www.CONTAG.org.br/imagens/CONTAGRevista40anos.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2012. Publicação referente ao 40º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho. **Aplicáveis às Relações de Trabalho que envolvam empregados rurais e empregados do Setor Sucroalcooleiro do Estado de Alagoas**. Maceió, 2005/2006. Encarte.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho. **Aplicáveis às Relações de Trabalho que envolvam empregados rurais e empregados do Setor Sucroalcooleiro do Estado de Alagoas**. Maceió, 2006/2007. Encarte.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho. **Aplicáveis às Relações de Trabalho que envolvam empregados rurais e empregados do Setor Sucroalcooleiro do Estado de Alagoas**. Maceió, 2007/2008. Encarte.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho. **Aplicáveis às Relações de Trabalho que envolvam empregados rurais e empregados do Setor Sucroalcooleiro do Estado de Alagoas**. Maceió, 2008/2009. Encarte.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho. **Aplicáveis às Relações de Trabalho que envolvam empregados rurais e empregados do Setor Sucrialcooleiro do Estado de Alagoas**. Maceió, 2009/2010. Encarte.

DESEMPENHO do setor sucrialcooleiro brasileiro e os trabalhadores. **Estudos & Pesquisas** Ano 3, n.30, Brasília, fev. 2007. Disponível em: [http://www.dieese.org.br/esp/estpesq30\\_setor Sucroalcooleiro.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/estpesq30_setor_Sucroalcooleiro.pdf)> Acesso em: 20 fev 2013.

DIRETORES da Fetag-AL participam de reunião ampliada da Emater. Maceió, 04 set. 2012. Disponível em: [http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto .asp?id=501](http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=501)>. Acesso em: 15 jan. 2013.

EDIVALDO JÚNIOR. A vez das máquinas. **Gazeta de Alagoas**. 19 mar. 2009. Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=143526>> Acesso em 23 jan. 2013.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu; Fapesp, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas**. Vol. 1. (orgs.). – São Paulo: Unesp, 2009.

FETAG-AL conclui curso de formação de líderes sindicais. Maceió, 04 dez. 2008. Disponível em <<http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=51>>. Acesso em 19 fev. 2013.

FETAG-AL discute legislação previdenciária. Confederação dos Trabalhadores da Agricultura. Brasília, 30 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.CONTAG.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=3774&mt=1&pt=1>>. Acesso em 19 fev 2013)

FETAG-AL realiza II Encontro Estadual da Terceira Idade. Maceió, 27 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=209>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

FETAG-AL. **Secretarias**. Federação dos Trabalhadores da Agricultura. Maceió, [2010?]. Disponível em: <http://www.fetagal.org.br/>. Acesso em 21 fev. 2013.

FETRAF. **Quem somos**. Federação dos Trabalhadores da Agricultura Família, [2009?]. Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/site/quemsomos.php>> Acesso em: 21 fev 2013.

FIORI, Mylena. CONTAG se desfilia da CUT mas promete continuar debatendo com a central sindical. **Agência Brasil**, 14 mar. 2009. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2009-03-14/CONTAG-se-desfilia-da-cut-mas-promete-continuar-debatendo-com-central-sindical>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

FONSECA, Lucas Menezes. **Uma análise da agroindústria canvieira em tempos de sustentabilidade**. 2011. 123 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

GALVÃO, Cláudio; DUARTE, Flávia. **Canvieiros impedem acesso à Santa Clotilde**. Alagoas 24 Horas, 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=38081>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Nazareno Ciavatta**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HEREDIA. Beatriz Alasia de Heredia. **A modernização da agroindústria canvieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sds\\_dads\\_agroextra/\\_arquivos/familia\\_censoagr o 2006\\_65.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagr o 2006_65.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

KILIAN, Dóris Krause. **Negociação coletiva de Trabalho**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=e4AqCIFgh44C&pg=PA17&lpg=PA17&dq=KILLIAN.+CONVEN%C3%87%C3%83O+COLETIVA&source=bl&ots=4Q0kU8bYW0&sig=OqZXKqkZh7czVz\\_tfnwIFoQAfaE&hl=pt-BR&sa=X&ei=XcFdUdTBEYXw0gH6hYG4DA&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q=KILLIAN.%20CONVEN%C3%87%C3%83O%20COLETIVA&f=false](http://books.google.com.br/books?id=e4AqCIFgh44C&pg=PA17&lpg=PA17&dq=KILLIAN.+CONVEN%C3%87%C3%83O+COLETIVA&source=bl&ots=4Q0kU8bYW0&sig=OqZXKqkZh7czVz_tfnwIFoQAfaE&hl=pt-BR&sa=X&ei=XcFdUdTBEYXw0gH6hYG4DA&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q=KILLIAN.%20CONVEN%C3%87%C3%83O%20COLETIVA&f=false)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

LAIMER, Adriano Guedes. **O novo papel dos sindicatos**. São Paulo: LTr, 2003.

LIMA, Araken Alves de. **A crise que vem do verde da cana**: uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió: Edufal, 1998.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. Trad. Wanda Caldeira. São Paulo: Boitempo, 2007.

LIRA, Fernando José de. **Formação da pobreza e riqueza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

LÚCIO, Antonio Barbosa. **As Representações Sociais do Trabalho Rural**: O discurso da Fetag-AL. Campina Grande, 2010. Disponível em: <<http://nears-al.blogspot.com.br/2010/11/as-representacoes-sociais-do-trabalho.html>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, construção de identidade e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: Edufal, 2011.

MECANIZAÇÃO do corte da cana já ocupa 40% dos canaviais e gera problema social grave. 16. Jan. 2009. **Outro lado da notícia**. São Paulo. Disponível em <<http://outroladodanoticia.wordpress.com/2009/01/16/mecanizacao-do-corte-da-cana-ja-ocupa-40-dos-canaviais-e-gera-problema-social-grave/>>. Acesso em: 21 jan 2013.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. **O homo inimicus**: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989

MELLO. Paulo Décio de Arruda. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira**: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de

1985. 2002. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

\_\_\_\_\_. **Alagoas: sindicatos Rurais e Dominação.** 1990. 202 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

NOVO presidente da FETAG-AL toma posse no dia 11 de fevereiro. FETAG-AL. Maceió, 25 jan. 2010. Disponível em:  
<<http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=169>> Acesso em 15 jan. 2013.

OCHOA, Maria Glória W. **As origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará. 1945-1964.** Fortaleza: Stylus Comunicações, 1989.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Unesp, 2006.

PESQUISA / diagnóstico: histórico do sindicalismo rural do estado de Alagoas, ano de referência – 1940 a 1980. **Federação dos trabalhadores da Agricultura de Alagoas.** Maceió, 2007. Encarte.

PIÑEIRO, Diego E. **En busca dela identidade: la acciión colectiva em los conflictos agrários.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso, 2004.

PLANCHEREL, Alice Anabuki; BERTOLDO, Edna. (org.) **Trabalho e capitalismo contemporâneo.** Maceió: Edufal, 2011.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil.** Campinas: Unicamp, 1999.

RIOS, Odilon. Situação vence eleição na Fetag-AL. **Gazeta de Alagoas**, Alagoas, 19 jan. 2006. Disponível em <<http://gazelaweb.globo.com/gazetadealagoas/acervo.php?c=82453>> Acesso em 23/01/2013.

ROSSI, Waldemar. GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista.** – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROSA, Marcelo. **Engenho dos Movimentos Sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SANTOS, Adriano Pereira. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho. Reestruturação produtiva nos anos de 1990: o caso da Zanini S/A de Sertãozinho.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: A reinvenção do campo brasileiro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais.** Coleção Estudos Brasileiros – 1. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, José Graziano. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme.** Maceió: Edufal, 1997.

SILVA, Paulo Candido da. **Paradeiros e revoltas dos canavieiros alagoanos.** 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/10/TESE-DOCTORADO-PAULO-CANDIDO-PPGCS-UFCG.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SILVA, Sidartha Sória. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil.** Brasília: Fundação Milton Campos, 2001.

SOUZA, Reivan Marinho. **Controle Capitalista e Reestruturação Produtiva: o programa brasileiro da qualidade e produtividade – PBQP.** Maceió: Edufal, 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão.** Maceió: Edufal, 2007.

VEJA cidades que mais contrataram e mais demitiram em março. 14 abr. 2012. **G1 – Economia**. São Paulo. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/veja-cidades-que-mais-contrataram-e-que-mais-demitiram-em-marco-16.html>. Acesso em 21 jan. 2013.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Trabalhadores nos canaviais de Alagoas: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Carlo, São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tdearquivos/24/TDE-2012-06-01T143454Z-4479/Publico/4379.pdf>

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Maria Célia Azeredo; LIMA, Jaldir Freire; BRAGA, Natália Mesquita. **Setor Sucroalcooleiro Brasileiro: evolução e Perspectivas**. Brasília: BNDES, 2007. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv\\_perspectivas/07.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/07.pdf)> Acesso em 20 jan. 2013.